



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA – FAPSI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CÍNTIA MARIA RAMOS DE CASTRO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS MÃES SOBRE O ABUSO
SEXUAL INTRAFAMILIAR SOFRIDO POR SEUS FILHOS**

MANAUS - AM
2013

CÍNTIA MARIA RAMOS DE CASTRO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS MÃES SOBRE O ABUSO
SEXUAL INTRAFAMILIAR SOFRIDO POR SEUS FILHOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, por Cíntia Maria Ramos de Castro, sob a orientação da Prof^a Dr^a Rosimeire de Carvalho Martins, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Psicologia.

MANAUS - AM
2013

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS MÃES SOBRE O ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR SOFRIDO POR SEUS FILHOS

CÍNTIA MARIA RAMOS DE CASTRO

Banca Avaliadora:

Prof^ª Dr^ª Rosimeire de Carvalho Martins (UFAM, *Orientadora*)

Prof^ª Dr^ª Maria de Penha de Lima Coutinho (UFPB, *Membro Externo*)

Prof. Dr^ª Denise Machado Duran Gutierrez (UFAM, *Membro Interno*)

Manaus, ____ abril de 2012.

Dedico este trabalho:

A todas as mães que participaram deste estudo.

A minha mãe Maria Emília.

Ao meu pai Milton (In memoriam).

Aos meus avós Eurídice e Raimundo (In memoriam).

Aos meus irmãos Gilberto e Roberto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde, sabedoria e força para percorrer este caminho da pesquisa e na elaboração deste trabalho, apesar dos entraves durante o percurso.

Minha infinita gratidão e amor eterno a minha querida mãe, que, mesmo não sabendo quem eu sou, me oferece seu carinho e amor, mas eu sei quem ela é e o quão ela foi importante na minha trajetória de vida, me ensinando os valores morais, a falar, a escrever e a aprender a tabuada, mas hoje é essencial como meu bebê muito amado.

Meus sinceros agradecimentos a todas as mães que participaram deste estudo.

Minha imensurável gratidão e apreço pela minha orientadora Prof^ª Dr^ª Rosimeire de Carvalho Martins, pelas horas em que estivemos a trabalhar juntas na elaboração desta dissertação, pelas orientações, pelo empréstimo de livros, por ter me acolhido como orientanda, pelas inúmeras caronas, também por me escutar, pelo compartilhamento de ideias, confidências e cafés: uma incansável trabalhadora, por quem tenho imensa admiração.

Minha eterna gratidão pela co-orientação da Prof^ª Dr^ª Maria da Penha de Lima Coutinho, por ter participado com excelentes contribuições na minha qualificação, além de ter me recebido com muito carinho e respeito em sua residência, por ser uma excelente anfitriã e pesquisadora, por ter me auxiliado no processamento dos dados pelo programa Alceste e depois colaborado na análise dos resultados, enfim, por sua disponibilidade em me ajudar.

Minha imensa gratidão, ainda, à Prof^ª Dr^ª Denise Machado Gutierrez, por ter participado com ótimas sugestões na minha qualificação, pelo empréstimo de livros, por ter me possibilitado escrever em conjunto com ela um capítulo de livro sobre um estudo de caso com a temática do abuso sexual intrafamiliar, por ter sido minha orientadora no estágio em atendimentos com famílias no SAPEM e pelo seu apreço comigo.

Minha enorme gratidão a Ana Lúcia Mitouso de Araújo Carvalho, por sua ternura em me acolher, por sua solicitude, por ter aberto as portas do CREAS e assim possibilitar o meu acesso às mães das crianças que estavam em atendimento psicossocial, além de me fornecer dados relevantes a minha pesquisa.

Meu agradecimento especial a Patrícia Cavalcante Souza e a Nivya Kellen de Castro Valente pela atenção e por terem me auxiliado enormemente no CREAS na realização das

entrevistas, por sua grande solicitude durante a coleta dos dados, bem como pela ajuda de toda a equipe do CREAS.

Meus agradecimentos sinceros a Sulamita Souza de Castro, Afrânio Alves da Silva e Karine Diniz Pontes, pela solicitude e por terem me auxiliado na coleta de dados.

Minha imensa gratidão a Tânia Licurgo Leal, pelo auxílio prestimoso na Faculdade de Psicologia com a resolução de todos os entraves referentes à matrícula, revisão de histórico, impressão de documentos, pelo esmero em resolver todas as pendências burocráticas do mestrado, por ser amiga, por sua solicitude em fornecer informações para a resolução de diversos problemas, por ser amiga, por compartilhar comigo muitas conversas, sorvendo cafés e saboreando comidas nos almoços, por sua receptividade ofertando a todos o seu sorriso, atenção e carinho.

Minha grande gratidão a Ana Cristina Cunha, por sempre me atender com sorriso e carinho, por ter partilhado comigo vários almoços, conversas, brincadeiras e histórias advindas da nossa trajetória como estudantes do Instituto de Ciências Exatas.

Agradeço a todos os meus professores do mestrado, com quem tive o privilégio de apreender muitos conhecimentos para ser uma pesquisadora.

Agradeço a todos os colegas do mestrado, especialmente a Karine e Mônica, pelas caronas, brincadeiras e confidências, a Letícia, pelas conversas e apoio, e a todas elas por compartilharmos muitas prosas, segredos e cafés.

RESUMO

O objetivo geral da presente dissertação foi apreender as representações sociais das mães sobre o abuso sexual intrafamiliar sofrido por seus filhos. O abuso sexual intrafamiliar contra crianças foi tratado segundo um enfoque psicossociológico, por meio do arcabouço teórico da Psicologia Social, conduzido pela Teoria das Representações Sociais, de Moscovici, acompanhado das contribuições de Doise. O estudo compreendeu uma técnica de pesquisa de campo. O *locus* do estudo situou-se no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em Manaus, no Amazonas. Participaram trinta e duas mulheres, com faixa etária de 23 a 50 anos de idade, que responderam a uma entrevista semiestruturada com perguntas fechadas sobre os dados sociodemográficos e outras abertas que contemplaram os objetivos. Os conteúdos das entrevistas foram tratados pela Análise Lexical do *software* Alceste, por meio do procedimento padrão resultando na Classificação Hierárquica Descendente. Os dados coletados foram analisados pela estatística descritiva e inferencial (qui-quadrado). Os resultados demonstraram que as mães representaram socialmente o abuso sexual intrafamiliar contra suas crianças objetivando-o como horrível, um ato que acontece só com as crianças inocentes e meigas, ou algo que se vê, faz e se toca. Representaram os fatores facilitadores da ocorrência do abuso sexual ancorados na violência física e psicológica que sofriam por parte de seus companheiros, além da precariedade financeira, desemprego, falta de assistência psicológica e social. Quanto às consequências dos atos abusivos, objetivaram seus discursos nas sequelas físicas sofridas por suas crianças, como rompimento do hímen, diarreias, vômitos e dilaceração genital. Já em relação aos danos padecidos por elas, objetivaram em: intrapessoais, com sentimentos negativos de ódio, repulsa, revolta, culpa, dor, tristeza, pesadelos, traição, autoimagem negativa, vingança, mágoas, rancor e a sensação de impotência; interpessoais, com evitação em novo envolvimento afetivo devido ao medo de expor seus filhos a um outro perpetrador de violência; dificuldades financeiras, devido ao desemprego e à falta de ajuda do ex-companheiro quando este foi o perpetrador; descrença na justiça dos homens em antinomia à crença na lei divina. Procurou-se ainda sugerir a proposição de futuras pesquisas.

Palavras-chave: abuso sexual, intrafamiliar, mães, representações sociais.

ABSTRACT

The overall goal of this dissertation was to seize the social representations of mothers about the domestic sexual abuse suffered by their children. The domestic sexual abuse against children was treated under a psychosociological approach, through theoretical Social Psychology, conducted by the theory of social representations, Moscovici, together with the contributions of Doise. The study comprised a technique of field research. The locus of study was at the center of Social assistance Specialized Reference (CREAS) in Manaus, Amazonas. Participated thirty-two women, aged 23 to 50, who responded to a semi-structured interview with closed questions about the sociodemographic data and other open questions that contemplated the objectives. The contents of the interviews were handled by Lexical Analysis from the software Alceste, through the standard procedure resulting in Descending hierarchical classification. The collected data were analyzed by descriptive statistics and inferential understanding (Chi-square). The results showed that mothers were socially against the abuse considering it as horrible, an act that happens only with the gentle and innocent children, or something that can be seen, made and played. Representing the factors of occurrence of sexual abuse facilitators anchored in that physical and psychological violence suffered by their companions, in addition to financial insecurity, unemployment, lack of social and psychological assistance. About the consequences of abusive acts their speeches in physical side effects suffered by their children with torn hymen, diarrhea, vomiting and genital dilaceration. Concerning the damages they suffered the focus was on: interpersonal with negative feelings of hatred, disgust, anger, guilt, pain, sadness, nightmares, betrayal, vengeance, negative self-image, sorrows, rancor and the feeling of powerlessness; with interpersonal avoidance in new affective involvement due to fear of exposing their children to another perpetrator of violence; financial hardship due to unemployment and the lack of help from former when this was the perpetrator; disbelief in the Justice of men in antinomy belief in divine law of God. It was still suggest the proposition of future research.

Keywords: sexual abuse, domestic violence, mothers, social representations.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dendrograma com a Classificação Hierárquica Descendente – Entrevistas semiestruturadas.....	61
Tabela 2 – Variáveis fixas com os dados sociodemográficos das entrevistas semiestruturadas (N=32).....	62

LISTA DE SIGLAS

AFC - Análise Fatorial de Correspondência
AIDS - Acquired Immune Deficiency Syndrome
ALCESTE - Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte
CEDECA- Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia
CEP/UFAM - Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas
CHD - Classificação Hierárquica Descendente
CRAMI - Centro Regional de Registro e Atenção aos Maus Tratos na Infância
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DEAPCA - Delegacia Especializada de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente
ECA - Estatuto da Criança e Adolescente
HIV - Human Immunodeficiency Virus
LA - Liberdade Assistida
OMS - Organização Mundial de Saúde
PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PSC - Prestação de Serviços à Comunidade
RS - Representações Sociais
SAPEM - Serviço de Atenção e Proteção Emergencial a Mulher
SEMASDH - Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRS - Teoria das Representações Sociais
UCE - Unidades de Contextos Elementares
UCI - Unidades de Contexto Iniciais
UFAM - Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR.....	21
1.1 - Conceituando a violência	21
1.2 - Práticas históricas e culturais de violência contra crianças	27
1.3 - Definindo e caracterizando a violência sexual.....	29
1.4 - O abuso sexual intrafamiliar e suas consequências	23
CAPÍTULO 2: REFLEXÕES SOBRE FAMÍLIA	34
2.1 - A família no cenário das transformações histórico-sociais	34
2.2 - A família na visão sistêmica	39
2.3 - O papel da mulher e mãe na família e na sociedade	42
2.4 - A família que vivencia situações de abuso sexual.....	42
CAPÍTULO 3: PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	49
3.1 - Contribuição da Teoria das Representações Sociais.....	49
3.2 - Tipo de estudo.....	53
3.3 - Lócus da pesquisa.....	53
3.4 – Participantes	53
3.5 - Instrumentos.....	54
3.6 - Procedimento	55
3.7 – Coleta e análise dos dados.....	56
CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÃO	60
4.1 – Dados sociodemográficos	60
4.2 - Entrevista semiestruturada com tratamento do Alceste	60
4.2.1 - Classificação Hierárquica Descendente (CHD).....	60
4.2.1.1-Visão psicossocial do abuso sexual no contexto familiar	62
4.2.1.2 - Representação do <i>lócus</i> das ocorrências e da revelação do segredo do abuso sexual intrafamiliar	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE	132
ANEXO.....	136

INTRODUÇÃO

A violência é um problema de saúde pública que atinge as diversas sociedades no contexto global, configurando-se como causador de preocupação constante a um grande número de pessoas, de todas as gerações, sem considerar nível social, econômico, religioso ou cultural específico. Sua presença pode ser evidenciada em diversos espaços sociais, em todos os seus aspectos, dos mais visíveis aos mais camuflados, como a que ocorre no contexto familiar (COSTA et al., 2011).

Sob o olhar psicossocial, a violência estimula a desconfiança e o individualismo na nossa sociedade. Do ponto de vista político, acrescenta a adesão social a uma intervenção estatal também mais violenta, inclusive com ações contrárias a lei e ordem, como torturas e execuções sumárias. Todas essas circunscrições tensionam o ambiente social e elevam a probabilidade dos atos violentos voltarem a ocorrer (CANO, 2007).

No que tange ao viés sociológico, a violência é tida como uma gramática das relações sociais, um sistema de regras que dirige a interação entre as pessoas e legitima, sob certas condições, as atitudes violentas como formas resolutivas de conflitos, como afirma Cano (2007), pairando na sociedade como uma violência estrutural que se manifesta na desigualdade, na exploração, nas relações de poder e na deficiência das condições de sobrevivência humana (PEDERSEN & GROSSI, 2011).

Partindo dessas colocações, entende-se que a violência estrutural está infiltrada nos espaços públicos e/ou privados, nas relações institucionais, grupais e/ou interpessoais, seja em tempos de guerra ou de suposta paz. Não há elementos suficientes para abarcá-la na totalidade, um domínio tão amplo, alimentado por interconexões ainda pouco conhecidas (SCHRAIBER et al., 2006), que estimulam cada vez mais pesquisadores a investigarem variáveis que envolvem a ocorrência desses acontecimentos, principalmente no que se refere à subjetividade das pessoas que convivem num contexto familiar.

Em linhas gerais, no Brasil, a violência, segundo Schraiber et al. (2006), tem sido um agente desestabilizador das relações sociais, na medida em que se situa como questão social, de

saúde pública e violação de direitos, embora com expressões variadas, tal qual nos abusos e negligências inseridas em situações de caráter interpessoal no mundo privado. Especificamente, quando a violência ocorre na família, é uma expressão da distribuição desigual de poder entre os membros familiares, da repartição diferenciada de renda e de atos violentos praticados por qualquer parente por consanguinidade ou afinidade, sendo capazes de causar danos físicos, sexuais ou psicológicos às vítimas (PEDERSEN & GROSSI, 2011).

Nos EUA, calcula-se a ocorrência de um ato de violência sexual a cada seis minutos e que 25% das mulheres experimentaram um contato sexual não consentido durante a infância ou a adolescência (DREZETT, 2007). Segundo o “Department of Health and Human Services” dos EUA (2010), cerca de 34% das crianças desde o nascimento até 3 anos de idade foram vítimas de abuso e negligência somente no ano de 2009. Já o “National Child Abuse Statistics Childhelp” (2011) aponta que 68% das crianças são abusadas por membros da família, ocorrendo em todos os níveis socioeconômicos, em diversidades étnicas, culturais, religiosas e em vários níveis da educação.

No Brasil, 165 adolescentes ou crianças sofrem violência sexual por dia, uma em cada três ou quatro meninas jovens sofre abuso sexual antes de completar 18 anos, e anualmente cerca de 50 mil casos são registrados. Na maioria desses casos, o perpetrador é do sexo masculino e alguém conhecido da criança ou adolescente vítima, com destaque ao pai biológico, tendo como local de maior ocorrência do crime a residência da vítima, algum local próximo, ou a própria casa do protagonista (PELISOLI et al., 2010).

Segundo dados do serviço do Relatório do Disque 100 Denúncia Nacional, relacionado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2011), registrados no período de maio 2003 até abril de 2010, houve 123.322 denúncias referentes a abuso sexual, exploração sexual, violência, tráfico e negligência envolvendo crianças e adolescentes em todas as regiões do Brasil. Cerca de 79% das denúncias envolvem abuso sexual infanto-juvenil e 32% são casos de violência sexual.

Em Manaus, conforme dados do Relatório do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) foram atendidos no ano de 2011 um total de 531 casos de abuso sexual de crianças, sendo 80% meninas, dos quais 449 eram atendimentos novos e 82 antigos. Neste contexto, quando os atos abusivos ocorriam no sistema familiar, na maioria dos casos o perpetrador era o padrasto e depois o pai (MANAUS, 2011).

Os serviços oferecidos à população amazonense, mais especificamente às vítimas de abuso sexual, sejam crianças, adolescentes ou adultas, restringem-se principalmente ao atendimento das necessidades imediatas e defendê-las dos riscos de gravidez, de doenças sexualmente transmissíveis e das consequências psicológicas advindas da violência (MARTINS, 2010).

Estudos realizados internacionalmente confirmam que o abuso sexual infantil é um problema muito mais generalizado do que se pensava, mesmo com baixas taxas de prevalência, há um grande número de vítimas que precisa ser levado em conta, pois existem inúmeras crianças sofrendo atos abusivos em várias localidades do mundo, o que pode ser evidenciado nos dados epidemiológicos de uma pesquisa documental realizada na Espanha com sessenta e cinco artigos produzidos em vinte e dois países, cujos resultados mostraram uma predominância da vitimização do gênero feminino (PEREDA et al., 2009). Isso não quer dizer que os meninos não sofram violência, mas isso ocorre em menor proporção, principalmente quando se trata de abuso sexual infantil dentro da família (AZEVEDO et al., 2009).

Apesar do crescente interesse acadêmico e social acerca da violência sexual, os trabalhos, na maioria das vezes, estão reduzidos a analisar somente as consequências, demandando a urgente necessidade de se analisar o contexto social em que a violência é produzida, conforme sugerem Sanchez e Minayo (2006). Isso fica evidenciado no estudo realizado na Nova Zelândia com 1.000 adultos na idade de 25 anos, cujos resultados obtidos apontaram que os jovens expostos ao abuso sexual no período da infância tiveram maior risco de transtornos de personalidade, antissocial, ansiedade e de conduta, incluindo depressão, dependência de substâncias, ideação e tentativas de suicídio na faixa etária entre 16 a 25 anos (FERGUSON et al., 2008).

Em países da África, Lalor (2004) aponta um aspecto ainda mais desumano do abuso sexual infantil: as crianças correm grande risco de contaminação pelo vírus HIV e desenvolvimento da própria Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), uma vez que existe a crença de que manter relações sexuais com crianças pode servir como meio de prevenir o contágio ou, ainda, de que o sexo com uma virgem, um filho ou uma filha pode curar o HIV e outras doenças.

Já na Zâmbia Slonim-Nevo e Mukuka (2007) realizaram um trabalho com o objetivo de investigar a correlação entre o abuso físico e sexual por um membro da família e o conhecimento

da AIDS em atitudes e comportamentos de 3.360 mulheres na faixa etária de 10 a 19 anos de idade. Nesse estudo, os resultados indicaram a relação com as experiências de abusos precedentes no grupo familiar como ponto-chave desencadeador de envolvimento das jovens na exploração sexual, e ainda que, quanto mais elevado o nível de ocorrência de atos abusivos intrafamiliares, aumentava o envolvimento em qualquer tipo de comportamento de alto risco – por exemplo, em cada unidade de aumento da escala de abuso familiar, era cerca de 1,5 maior a probabilidade das jovens serem infectadas pelo HIV e fazerem negociação por sexo, tendo relações sexuais com pessoa desconhecida em troca de alimentos, dinheiro, drogas, presentes ou um lugar para ficar.

Outro estudo sobre o tema foi realizado por pesquisadores na Califórnia com 257 casos arquivados de processos no Tribunal de Menores de Los Angeles, tendo como vítimas de abuso sexual menores com idade entre dois e dezessete anos que após a revelação mais tarde negaram suas alegações. Os resultados da pesquisa demonstraram que as vítimas de abuso propensas a se retratarem eram as mais vulneráveis, ou seja, as crianças mais novas, as quais foram abusadas por uma figura paterna e não tinham o apoio de nenhum cuidador no contexto familiar (MALLOY et al., 2007).

É importante pesquisas envolvendo mães de crianças que foram vítimas de abuso, como um estudo realizado nos EUA com 102 mulheres com o objetivo de explorar como as genitoras descobriram que seus filhos tinham sido abusados sexualmente, se haviam suspeitas anteriores, se as ações foram tomadas para determinar a probabilidade e as barreiras para o reconhecimento. Os resultados indicaram que a metade das entrevistadas tinha desconfiança de algo, outras 66% tentaram esclarecer os sinais conversando com seus filhos, 39% procuraram observar as coisas mais de perto, 79% se convenceram após a divulgação do abuso pela criança, 74% pelo comportamento do filho e 60% demonstraram incerteza devido à negação do perpetrador da violência. O estudo permitiu concluir a necessidade de orientar as mulheres sobre as maneiras mais eficazes para explorar as suspeitas, com isso comprovar as evidências para aumentar a proteção materna e assim agilizar as investigações (PLUMMER, 2006).

Em uma pesquisa prospectiva e longitudinal com 127 mulheres no período de 1987 a 2007 nos EUA, foi analisada a relação entre a infância das mães com histórias de abuso sexual e suas práticas parentais. Nessa pesquisa os critérios para inclusão das participantes foram: (1) a vítima era do sexo feminino, com idades entre 6-16 anos, (2) a divulgação do abuso ocorreu antes de 6 meses de participação no estudo; (3) abuso sexual envolveu contato genital e/ou penetração;

(4) o autor era um membro da família, como pai, padrasto, irmão, tio, ou noivo da mãe e (5) que tivesse um cuidador na época (geralmente a mãe). Os resultados apontaram que a experiência da infância de disciplina punitiva das genitoras, os atuais sintomas dissociativos e a necessidade de satisfação com o suporte social intervêm nas atitudes não protetivas das genitoras com seus filhos (KIM et al., 2010).

Leifer et al. (2004) realizaram um estudo com objetivo de examinar a vulnerabilidade ou resiliência ao abuso sexual intergeracional, no qual, foram entrevistadas 196 pessoas, sendo mães e seus filhos, dos quais 96 vítimas de violência sexual e 100 não vitimados. Nessa pesquisa quatro grupos foram formados: (a) genitoras que sofreram abusos na infância com descendentes que não tiveram nenhuma ocorrência; (b) mães e crianças vítimas de violência sexual; (c) progenitoras e filhos não vitimados (d) genitoras sem história de abuso que tinham uma criança que tinha sido abusada sexualmente. Os resultados indicaram que 63% do grupo de mulheres abusadas sexualmente cujos filhos não foram vitimados e 43% de mães e crianças que padeceram com episódios abusivos relataram um relacionamento negativo ou inconsistente com a figura materna durante a infância e dificuldades nas relações de apego.

Cabe citar uma pesquisa realizada em Boston por Bolen e Lamb (2007), com 29 mães de crianças vítimas de abuso sexual perpetrado por seus companheiros, tendo como objetivo investigar as construções de ambivalência e apoio materno, mas o achado mais importante foi que as genitoras podem tanto serem ambivalentes e ao mesmo tempo darem total suporte aos filhos após a revelação. Em consonância com esse trabalho, Bolen e Lamb (2004), entrevistaram 30 mães de filhos violentados sexualmente, constataram a ocorrência de uma ambivalência mais intensa, logo após a descoberta da violência, especialmente no que se refere a decisões sobre a punição do protagonista. Esses sentimentos ambivalentes das genitoras estariam relacionados a estressores no trabalho, situação financeira, problemas familiares e outros relacionamentos interpessoais.

Na Venezuela uma pesquisa de campo descritiva teve como objetivo determinar o nível de conhecimento possuído pelos pais em relação ao abuso sexual infantil através de uma amostra de 19 mães de crianças no setor escolar Mara Hills II, Morón, no estado de Carabobo. A análise dos resultados permitiu concluir que 50% dos pais pesquisados não conversavam com seus filhos sobre essa situação, medida vital que pode prevenir o abuso sexual, tornando-se mais relevante a

necessidade de implementação de estratégias educativas para a prevenção e, assim, contribuir para combater esse mal social (MONRILLO et al., 2012).

No Brasil um estudo baseado na Psicologia Cultural de Jerome Bruner, realizado em Salvador por Inoue e Ristum (2010), que analisaram o significado de violência sexual e as estratégias de enfrentamento adotadas por 8 mães com idade superior a 18 anos e filhas na faixa etária de 0 a 11 anos e 11 meses que estavam em acompanhamento profissional por serviços especializados de atendimento a vítimas de violência sexual. Os dados foram coletados no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia (CEDECA) e no Programa Sentinela através de prontuários e de uma entrevista semiestruturada. Os resultados mostraram que as estratégias adotadas referem-se à assistência de profissionais às crianças e à notificação do crime, visando à proteção e à promoção da saúde através do afastamento do protagonista. No que se refere à busca de ajuda para si mesmas, essas mulheres recorreram ao auxílio espiritual e ao profissional.

Para a compreensão da relação mãe e filha, foi realizado por Amazonas et al. (2009) uma pesquisa em um Centro de Defesa de Direitos Humanos em Recife, em que entrevistaram 4 mães de crianças do sexo feminino, com idades entre 1 e 4 anos, que foram vítimas de abuso sexual incestuoso, perpetrado pelo pai biológico. Os resultados obtidos demonstram que, após a situação abusiva, as participantes tornaram-se presentes nas relações com suas filhas, mas tiveram dificuldades de estabelecer relação de contato físico com a criança, bem como agressividade da menina dirigida à genitora, sofrimento da genitora diante da aflição da filha e da mudança no comportamento desta, excesso de cuidado e de preocupação em relação às meninas e impedimento para a construção de novos vínculos amorosos, visto que, para elas, a possibilidade de se relacionarem com outros parceiros estava associada à repetição da situação de violência sexual na família.

Vale ressaltar, um estudo realizado por Santos e Dell'Aglio (2008) em um hospital público de Porto Alegre, com dez mães de meninas abusadas sexualmente que estavam sendo acolhidas em serviços especializados em situações de violência, a fim de investigar as reações maternas após o conhecimento da ocorrência do abuso sexual. Os resultados indicaram atitudes ambivalentes, onde a maioria das genitoras acreditou no relato das filhas e denunciou o abuso, embora nem todas tenham sido protetivas no sentido de afastar suas crianças do abusador ou de imediatamente procurar ajuda e realizar a notificação.

As pesquisadoras Santos e Dell'Aglio (2008) constataram que, para as genitoras cujas filhas tinham sido vítimas de abuso sexual por seus companheiros, a revelação acarretou em perdas e exigiu que as mães decidissem em quem iriam acreditar na época. O fato de apoiar e dar credibilidade ao relato das filhas poderia implicar no rompimento com o marido, alterando o status social, provocando um constrangimento, diminuição da autoestima e, quando o companheiro era o único provedor, comprometeria também a situação financeira da família.

Outro estudo foi realizado em João Pessoa, com o objetivo de analisar as vivências maternas sobre o abuso sexual intrafamiliar sofrido por suas filhas. Nessa pesquisa participaram 13 mulheres, com idades entre 25 e 50 anos, atendidas no Programa Sentinela, submetidas à entrevista semiestruturada, com questões versando sobre dados biossociodemográficos e história de vida, e submetidas à técnica de análise de conteúdo temático. Os resultados mostraram que as genitoras, após a revelação, vivenciaram sentimentos negativos como culpa, desconfiança, desamparo e embotamento afetivo, como também fizeram associação com suas experiências, quando foram vitimadas na infância, assim foram alvos de carga emocional negativa, levando ao sofrimento subjetivo, direcionado à forma com que se posicionaram e procederam diante do conhecimento dos atos abusivos (LIMA & ALBERTO, 2010).

Nessa mesma linha de investigação, foi realizada uma pesquisa com o objetivo de apreender a percepção de 10 mães cujas filhas foram vítimas de abuso sexual infantil. Os dados foram coletados em Fortaleza, mediante entrevista semiestruturada, depois foram analisados sob a técnica do discurso do sujeito coletivo, onde emergiram três temas: a culpa arraigada pelo mito materno, a dor do insuperável e o desespero como consequência do sentimento de impotência, permitindo apreender que as genitoras vivenciaram uma gama de sentimentos, destacando-se a aflição, a revolta e a impotência, como pontuam Carvalho et al. (2009).

Além disso, um trabalho efetuado por Ramos e Vieira (2010) em Recife com 7 mães de meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar perpetrado por pai ou padrasto teve como objetivo foi analisar as possíveis motivações do desmentido materno, bem como o posicionamento subjetivo das genitoras diante da situação abusiva vivida pelas suas descendentes. Os resultados alcançados demonstraram que mesmo não acreditando na ocorrência da violência sexual, algumas genitoras esboçaram uma reação de surpresa, redobrando os cuidados e procurando se reaproximar das filhas, enquanto que outras negaram o ocorrido, culpabilizando suas crianças pela desorganização familiar provocada pela revelação.

Nesse contexto, destaca-se um estudo realizado no Programa Sentinela no Paraná por Vicentin (2007) com 15 crianças do sexo feminino na faixa etária de 6 a 10 anos e suas respectivas mães, que teve como objetivo identificar variáveis que podem comprometer os processos funcionais da dinâmica de famílias permeadas por violência sexual praticada pelo pai contra a filha. A teoria sistêmica foi o referencial teórico e a coleta dos dados foi realizada através de uma entrevista com as genitoras e o teste do desenho em cores da família. Os resultados demonstraram que as famílias apresentaram problemas relacionados à competição, sentimentos de inferioridade, desvalorização de si mesmas, necessidade de apoio, depressão e insegurança.

Por conseguinte, a pesquisadora Vicentin (2007) em seu estudo concluiu que o ambiente familiar tornou-se mais individualizado, com muitos conflitos, sentimentos de rivalidade, ciúmes, impedindo atitudes de afeto e com baixa autoestima dos seus membros, evidenciando desorganização nos subsistemas familiares, bloqueios e afastamento entre os familiares, prejudicando a comunicação, os papéis e a integração dos mesmos. Somados, esses problemas podem acabar tornando difícil a superação e a reorganização da família.

Em outra pesquisa com oito famílias cujos filhos (crianças ou adolescentes) sofreram abuso sexual, realizada por Penso et al. (2005), foram encontradas reflexões a respeito das dificuldades que as genitoras enfrentaram em conter a violência sexual dirigida às crianças e aos adolescentes, devido a elasticidade e fragilidade com que se apresenta esse tipo de violência, sendo seus filhos alvos fáceis de reincidência, tanto no meio familiar, quanto em outros espaços nos quais estavam inseridos.

Embora existam pesquisas relevantes sobre os danos decorrentes da violência sexual na vítima, há carência de estudos que proporcionem uma compreensão sobre o impacto da ocorrência no cotidiano das mães de crianças vítimas, bem como sobre as estratégias utilizadas por elas para lidar com as consequências desencadeadas pela violência e/ou por sua revelação/denúncia sobre a vida da criança e de sua família. Dúvida sobre orientação sexual pós-violência, informar ou não à escola, proibir contato com pessoas do sexo masculino e procurar serviços especializados (LIMA & ALBERTO, 2010).

Lima e Alberto (2010) ressaltam ainda que conhecer como as mães de crianças conceituam ou significam a violência sexual é de fundamental importância, especialmente considerando que, na maior parte dos casos, há uma relação de dependência do filho que está em

fase de desenvolvimento para com sua genitora. O apoio proporcionado pelos familiares não agressores à vítima tem sido descrito como um aspecto suscetível à diminuição do impacto sofrido pelas crianças.

De modo complementar, há que se evidenciar a importância de considerar o objeto de estudo do abuso sexual intrafamiliar infantil sob o olhar da teoria das Representações Sociais, identificando os discursos sociais mais comuns das mães, considerando que a representação acerca de um fenômeno é parte construtiva do mesmo, “criando-o” de certa forma (PORTO, 2006).

É importante frisar que não foi encontrado na literatura pesquisada na base CAPES (teses e dissertações) no período de 2000 a 2012, e no levantamento em outros sítios eletrônicos disponibilizados pelas universidades públicas e particulares, pelos Institutos e Centros de Pesquisa, pela base fornecida pelo Google Acadêmico na biblioteca eletrônica Scielo (Scientific Electronic Library Online) e em revistas internacionais sobre mães de crianças vítimas de abuso sexual tendo como embasamento teórico a Teoria das Representações Sociais, validando a originalidade e o ineditismo da dissertação, apesar de não ter sido descoberto nenhum estudo em questão, conseguiu-se através da metodologia qualitativa obter os resultados advindos das entrevistas com as participantes utilizando-se a Teoria das Representações Sociais para a compreensão do fenômeno nas dinâmicas complexas do sistema familiar.

Em linhas gerais, o interesse e a escolha da temática pesquisada decorrem de questões levantadas pela pesquisadora após atendimentos realizados com várias famílias que tinham crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar no Serviço de Atenção e Proteção Emergencial a Mulher (SAPEM), no estágio supervisionado em clínica familiar na modalidade: “intervenções com famílias em instituições” do curso de pós-graduação *Lato Sensu* de Psicologia Clínica Institucional da UFAM em 2008, e posteriormente ao trabalhar na Casa Abrigo Antônia Nascimento Priante.

Assim, o presente trabalho, objetivou contribuir para a singularidade da análise do tema da violência com a especificidade do abuso sexual sob a compreensão das mães dos filhos vitimados por familiares, buscando colaborar para a construção de caminhos alternativos de intervenção no campo e o debate sobre a temática, em especial, por que os atos abusivos contra crianças provocam um impacto psicológico negativo no sistema familiar, deixando algumas sequelas. Deste modo, para acessar a esse objeto social surgiram as seguintes questões

norteadoras: *“Quais os fatores que propiciaram a ocorrência do abuso sexual intrafamiliar”?* *“Como o abuso sexual pode ser avaliado no contexto familiar”?* *“Quais as consequências percebidas”?*

Para alcançar a tais questionamentos, foram traçados os seguintes objetivos:

- Apreender as representações sociais das mães sobre o abuso sexual intrafamiliar sofrido por seus filhos;
- Investigar os fatores que propiciaram a ocorrência do abuso sexual infantil intrafamiliar;
- Identificar os sentidos das representações sociais das mães sobre o abuso sexual infantil na interação familiar;
- Avaliar as consequências do abuso sexual infantil intrafamiliar percebidas pelas mães.

CAPÍTULO 1: VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

Neste capítulo são abordadas as definições sobre a violência, além da conceituação da violência sexual, depois se envereda sobre o abuso sexual intrafamiliar e suas consequências, em seguida percorre-se o caminho da violência contra crianças no contexto histórico e cultural, com o intuito de discutir a interligação entre esses construtos e detalhando-os.

1.1 - Conceituando a violência

A violência é um fenômeno social complexo, com raízes na alta esfera política e nas relações mais íntimas, esgarçadas pelas crescentes dificuldades de sobrevivência, como pontuam Giffin e Dantas-Berger (2007), logo, “não é possível saber da complexidade do fenômeno, dos seus efeitos, das suas causas e não se posicionar” (ELSEN, 2004, p.173). A violência é considerada multicausal e biopsicossocial, e sua dinâmica complexa emerge na vida em sociedade (TAQUETTE, 2007a).

Para a Organização Mundial da Saúde, a violência é definida como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., p. 5, 2002).

Essa definição da Organização Mundial de Saúde inclui injúria psicológica, privação e desenvolvimento precário, mas há que se considerar que muitas formas de violência humana podem resultar em problemas físicos, psicológicos e sociais que não representam ferimentos, incapacidade ou morte. Tais consequências podem ser imediatas ou latentes e permanecer durante anos após o ato violento inicial (DAHLBERG & KRUG, 2006).

À luz desses esclarecimentos, Souza (2004) argumenta que o conceito de violência está restringido às relações sociais, seu entendimento conduz uma polissemia que estabelece uma explicação do seu alcance e dos seus limites, que sofrem mutação no transcorrer do tempo e com o espaço da ocorrência. O autor ressalta, ainda, que a simples utilização da força ou de coação contra uma pessoa dificilmente poderia ser caracterizado como um ato violento, visto o mesmo estar subordinado ao conjunto de interesses da sociedade e das normas culturais.

Na visão de Chauí (2011), a violência é entendida como um processo pelo qual um indivíduo é transformado em coisa, como se fosse irracional, insensível, mudo, inerte ou passivo, sendo uma ação que está presente na assimetria de poder nas inter-relações. Ou seja, é uma situação que implica uma coisificação das relações humanas.

A violência nem sempre é visível, às vezes se apresenta como um acontecimento ou um fato oculto e sutil, podendo o ato violento ser compreendido como natural, cuja essência e consequência indesejada passam despercebidas. Perceber a violência exige esforço para descaracterizá-la enquanto um ato natural e inscrito no campo das coisas. Por serem naturalizadas, certas práticas violentas podem parecer hábitos, costumes e leis da convivência social, tidas como normais na vida da sociedade (FRANZOI, 2007).

Por isso, a compreensão desse fenômeno leva à análise histórica, sociológica e antropológica, considerando as interfaces das questões sociais, morais, econômicas, psicológicas e institucionais. Pela sua natureza complexa, a violência envolve as pessoas na sua totalidade biopsíquica e social, de forma dinâmica, e as particularidades humanas se redefinem nas condições emocionais e socioculturais (TAQUETTE, 2007b).

O estudo sobre a violência deve considerar que a interpretação de tal fenômeno pode estar diretamente ligada a situações de interações conflituosas e de sociabilidade dos grupos e indivíduos. Essas interações são marcadas por ideias assimétricas de poder, de hierarquia e pelo emprego arbitrário da força com o propósito de impor determinada vontade sobre um indivíduo ou um grupo. Dessa maneira, pode-se ainda refletir e considerar que a violência não é apenas um conjunto de práticas objetivas, pois ela também se apresenta no campo das representações e valores, como no caso de algumas culturas, ideologias religiosas e políticas (MICHAUD, 2001).

Por conseguinte, a violência possui diferentes configurações e pode ser autoinfligida e interpessoal. A autoinfligida se subdivide em comportamento suicida e autoagressão, enquanto que a interpessoal se desdobra em: violência intrafamiliar (abuso contra crianças e adolescentes, maus tratos de idosos e de parceiros íntimos); a comunitária, perpetrada contra vizinhos e desconhecidos; e a coletiva, em instituições como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos, cuja natureza é social, política e econômica (BARCELLOS, 2006; DAHLBERG & KRUG, 2006).

O fato é que a violência não respeita classe social, escolaridade, cor, religião ou faixa etária e se faz presente das mais variadas formas no cotidiano das pessoas. Desse modo, é um

instrumento capaz de desprover os desejos do outro e as fantasias, levando a pessoa vitimada à condição de “coisa”, podemos compreender que, quando acontece no âmbito familiar, pode se manifestar em atos violentos sexuais, psicológicos, morais e patrimoniais, com destruição de móveis e documentos (BRITO, 2007).

Segundo Cortez (2006), a violência ocorre como imagem do poder concedido ao longo dos anos ao homem e tem propiciado a regulação e afirmação do seu papel hegemônico, ressaltando que dentro de uma família e em nossa sociedade mais comumente à figura masculina é outorgada diversos direitos sobre aqueles que vivem sob sua tutela e por ele são sustentados.

Dessa forma, quando se trata da violência intrafamiliar, primeiramente há que se pontuar que esse fenômeno encontra-se cercado de mitos e crenças a respeito do direito privado, sagrado, supremo e absoluto do sistema familiar e suas inter-relações (de casal, pais e filhos, intergeracional e entre os gêneros). Secundariamente, existe uma interface ambígua entre família e sociedade, constituindo uma relação de exigência sobre o lar como ambiente seguro e afetivamente ideal em contraposição à ausência de suporte social às necessidades de sobrevivência desse sistema (BARCELLOS, 2006).

A ocorrência de vários tipos de violência no âmbito intrafamiliar se expressa em diferenciadas formas e, quando relacionadas às crianças, costuma-se classificar como negligência, abuso físico, sexual e psicológico, que desencadeiam consequências seja pelos atos violentos ou pelas omissões, mesmo quando não são fatais, geram danos à saúde, pois causam traumas, sequelas e incapacidades temporárias ou permanentes, além de provocarem sofrimentos físicos e emocionais (SOUZA & JORGE, 2006).

1.2 - Práticas históricas e culturais de violência contra crianças

Muitas crianças ao longo da história foram emparedadas, sacrificadas, utilizadas como amuletos, torturadas, afogadas, surradas e humilhadas em várias épocas e culturas, sendo submetidas a violências no âmbito privado do lar e em locais públicos, como destaca Pimentel (2010).

Para o pesquisador DeMause (1976, 1991, 1993, 1998, 2002, citado por SANDERSON, 2005), a história do abuso sexual em crianças está relacionada com o próprio conceito de criança

e infância, demonstrando que as crenças sobre esse tema sofreram mudanças em seus padrões ao longo da história.

Por conseguinte, Sanderson (2005) descreve que os padrões de cuidado com os filhos da antiguidade ao século IV, que DeMause denomina de *modo de infanticídio*, tinham como alicerce o conceito de que as crianças existiam para atender às necessidades e à comodidade dos adultos. As filhas eram comumente estupradas, as defeituosas eram responsáveis por suas desgraças e as indesejadas eram assassinadas.

Ainda segundo Sanderson (2005), do século IV ao XIII havia o *modo de abandono*, em que as crianças eram vistas como possuidoras do mal, por isso apanhavam e eram mantidas distantes dos pais, abandonadas ou vendidas para escravidão. Era prática comum vender a criança para monastérios e conventos, em que os meninos ficavam sujeitos a abusos sexuais, como a sodomia.

Destarte, no período entre o século IV ao XIII as crianças eram também frequentemente surradas com instrumentos, como chicotes, açoites, pás, varas de madeira e de metal, feixes de varetas, correias, agulhão (ponta de ferro de uma vara comprida utilizada para ferir a cabeça ou as mãos da vítima por castigo), e *flapper* (instrumento em forma de pêscoço com um buraco para causar bolhas). No século XII a criança era vista como um adulto pequeno e sem oportunidades, já no século XIII passou a ser vista como ser angelical, inocente e puro (LEITE et al., 2006).

Já no século XIV ao XVII, Sanderson (2005) descreve que ocorria o *modo de ambivalência*, e nele os pais eram mais unidos emocionalmente aos filhos, mas ainda os temiam como se estivessem com um mal absoluto, e tendo esses genitores como tarefa moldar os filhos, reprimindo-os e batendo neles. Apesar dessas práticas, no entanto, as crianças eram punidas se fossem pegas se masturbando. As punições incluíam recriminações verbais, circuncisão, clitoridectomia, infibulação e introjeção de objetos nos órgãos genitais para impedir que fossem tocados. Além disso, somente a partir do século XV a sociedade passa a modificar sua visão sobre a criança, encarregando-se de auxiliá-la e de prepará-la para o mundo adulto, transmitindo-lhe a moral vigente (LEITE et al., 2006).

No século XVII o tratado de educação *Civilité nouvelle* aconselhava como os pais deveriam corrigir as crianças, se tivessem se portado como adultos seriam bem tratadas, se praticassem blasfêmia, roubo ou mentira, e ainda proferido algum insulto ou injúria contra criados, ou sido desobediente, demonstrando teimosia e arrogância, seriam surradas com uma

vara. E persistia o fenômeno do infanticídio tolerado, apesar de não ser um crime tolerado pela Igreja e severamente punido. No entanto, era praticado em segredo, escondido, sob a forma de um acidente, ocorrendo a morte das crianças asfixiadas no leito dos pais, nada sendo feito para reanimá-las (ARIÈS, 2009).

Já no século XVIII acontecia o *modo de intrusão*, onde as crianças eram menos ameaçadoras e malignas, mas os pais procuravam conter as vontades dos filhos, controlando seus comportamentos por meio de ameaças, culpas e punições. E nesse cenário europeu as famílias recebiam injunções do Estado e das ciências médicas para orientar a sua prole acerca do desenvolvimento infantil, sobretudo moral, sexual e emocional. Nesse ínterim, as crianças sofriam violações e abusos, eram prostituídas, exploradas em fábricas, morrendo prematuramente, enquanto poucas eram cuidadas e protegidas (SANDERSON, 2005; PIMENTEL, 2010).

A isso se seguiu o *modo de socialização* do século XIX ao XX, no qual os pais tentavam guiar, treinar e ensinar boas maneiras, bons hábitos, corrigir o comportamento em público e fazer com que a criança correspondesse às expectativas dos outros. As crianças eram surradas por causa de desobediência, mas não eram mais vistas como intrinsecamente más. Os adultos, em geral, se tornaram menos abusivos sexualmente e começaram a enfatizar a educação das crianças, como pontua Sanderson (2005).

Para Sanderson (2005), a partir da metade do século XX, os padrões de cuidado com os filhos eram caracterizados por um *modo de ajuda*, no qual se considerava que as crianças sabiam de tudo o que ocorria ao redor delas. A punição e a disciplina não eram mais enfatizadas, uma vez que se acreditava que, se o potencial da criança fosse cumprido em cada estágio, esta cresceria para ser autêntica, gentil, alegre, talentosa, criativa e sem medo da autoridade.

Existem culturas diferentes, as quais têm diversas práticas de educação e, dentro delas, as relações sexuais com crianças podem ser normais e aceitáveis, não sendo consideradas abusivas pelos adultos e nem por outras pessoas. Em algumas tribos da Índia, o incesto era regra, o que se reflete no velho provérbio indiano: se uma garota ainda é virgem aos 10 anos é por que ela não tem irmãos, nem primos, e muito menos pais. Nesses grupos primitivos, as meninas eram frequentemente masturbadas para dormirem bem, enquanto que os meninos eram estimulados sexualmente para se tornarem másculos (SANDERSON, 2005).

Segundo Sanderson (2005), no Japão medieval, em áreas rurais, era comum aos pais se casarem com as filhas depois da morte da mãe, de acordo com as tradições familiares feudais. O compartilhamento da cama entre os jovens entre 10 e 16 anos e o fato das meninas dormirem com os pais eram práticas comuns. Na China as crianças eram utilizadas como escravas ou servas sexuais ou vendidas para a prostituição. O concubinato infantil era comum, bem como a pederastia de garotos.

Há que se pontuar, que os Baigas – uma tribo indo-europeia da Índia – ainda praticam o casamento incestuoso entre pai e filha e, em alguns casos, crianças com 5 ou 6 anos saem das camas das famílias para dormitórios nos quais têm relações sexuais com homens por até três dias seguidos sob ameaça de curra. Em alguns países no Oriente Médio irmãos mais velhos estimulam os genitais de bebês, e as crianças maiores juntam-se às menores para masturbação mútua, felação e coito anal (SANDERSON, 2005).

No Brasil, do século XIV ao XV, durante o período da colonização portuguesa, o conceito de infância não circulava socialmente. E no cenário brasileiro, desde o período colonial, como destacam Pedersen e Grossi (2011), as embarcações oriundas de Portugal navegavam repletas de crianças órfãs do rei, que eram submetidas aos abusos sexuais praticados pelos marujos e, em caso de tempestade, era a primeira carga a ser jogada ao mar (AZAMBUJA, 2006). Entre os séculos XVI e XIX, várias gerações de crianças nasceram e morreram na escravidão, foram abusadas sexualmente, sem nenhuma proteção, pois os senhores poderiam vendê-las caso necessitassem (PRADO JÚNIOR, 2004).

Nessa época colonial, a criança se acostumava desde cedo à imposição de castigos físicos extremamente brutais e a obediência era a única forma de se fugir da punição. As violências sofridas pelas escravas infantis passavam por castigos físicos como palmatórias, chicotes, instrumentos de suplício e por sevícias sexuais, como estupros cometidos por brancos (FREYRE, 2011).

No período colonial, cerca de 4% dos escravos que desembarcavam no Rio de Janeiro, eram crianças de menos de dez anos de idade, porque os comerciantes e mercenários do tráfico negreiro capturavam crianças ao passarem por várias tribos africanas, as quais eram presas nos porões dos navios, para depois serem desembarcadas no Brasil e expostas nos mercados públicos para serem vendidas aos senhores de engenho ou a qualquer pessoa que tivesse poder aquisitivo para manter escravos (DOURADO, 2009).

Percebe-se que as crianças eram mercadorias no Brasil durante o período colonial, como destaca Pimentel (2010), logo foram reduzidas ao papel e a forma da lei como infante, sofrendo atos violentos, fortalecendo assim as relações de subordinação com os adultos, mas ainda hoje há algumas culturas com certo grau de tolerância social quanto aos casos de violência na infância, talvez por acreditarem que quem cuida, ou custeia, tem direito ilimitado sobre a criança, sendo uma expressão das relações sociais dominadas pelo poder do mais forte (RICAS et al., 2006).

Destarte, a violência sexual segundo Faleiros (2005) sempre existiu na história da humanidade em todas as classes sociais e em várias sociedades, no entanto, esta pesquisa não visa adentrar neste debate especificamente, mas sim sobre o abuso sexual intrafamiliar, e para uma maior compreensão sobre a temática, a pauta a ser discutida no próximo item será a visão de diversos autores sobre a definição e caracterização do fenômeno.

1.3 - Definindo e caracterizando a violência sexual

A violência sexual é definida pela Organização Mundial de Saúde como qualquer ato sexual, tentativa de obtê-lo, comentários ou investidas sexuais indesejadas, ou atos direcionados ao tráfico sexual ou, de alguma forma, voltados contra a sexualidade de uma pessoa usando a coação, praticados por qualquer ser humano independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer cenário, seja no domicílio ou em outro ambiente fechado ou em local aberto (KRUG et al., 2002).

Além disso, Ferreira e Azambuja (2011) destacam que a violência sexual pode ser definida como atividades sexuais onde há envolvimento de crianças e adolescentes que não têm condições de compreender plenamente os atos abusivos que lhe são imputados, pois são dependentes e imaturos quanto ao seu desenvolvimento, logo, são incapazes de dar consentimento.

As práticas sexuais violentas se configuram conforme o agente do ato, o contexto, o vínculo parental, a intenção e as consequências, e podem ser classificadas como: a) incesto: qualquer relação de caráter sexual entre um adulto e outra pessoa com idade inferior com um laço familiar, direto ou não, ou em uma relação de cuidado; b) estupro: constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso; c) estupro de vulnerável: prática sexual com uma pessoa com menos de 14 (catorze)

anos; d) assédio sexual: ocorre por chantagem ou intimidação e caracteriza-se pelo ato de constranger alguém com o intuito de obter vantagem sexual, sendo o agente superior hierárquico; f) violação sexual mediante fraude: ter conjunção carnal ou praticar outro ato libertino com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a vontade da vítima (ARAÚJO & PIMENTEL, 2006; CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, 1940; LEI N.º 12.015, 2009).

Nessa perspectiva, a violência sexual pode ser compreendida como um abuso, sendo este intra ou extrafamiliar. O intrafamiliar ocorre com pessoas próximas e com laços afetivos ou de parentesco, como pai, padrasto ou outros e se existe uma relação de responsabilidade entre protagonista e vítima. O tipo mais comum se encaixa na categoria de incesto. Já o extrafamiliar é aquele ato cometido por desconhecidos da vítima ou sem vínculo familiar, afetivo ou de tutela, embora o perpetrador possa ser um desconhecido, na maioria das vezes ele é alguém que a criança conhece e em quem confia (SAYÃO, 2006; DE ANTONI et al., 2011).

Para tanto, o abuso sexual é definido como todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado. Essas práticas sexuais são impostas às crianças ou aos adolescentes por violência física, ameaça ou indução de sua vontade. Pode variar desde atos em que não há contatos físicos, mas que envolvem o corpo (assédio, voyeurismo, exibicionismo), a outros com contato físico, sem penetração (sexo oral, intercurso interfemural) ou com penetração (digital, com objetos, intercurso genital ou anal). Engloba, ainda, a situação de exploração sexual, que inclui: abuso de jovens com fins de lucro financeiro, confecção e venda ou veiculação de material pornográfico, o turismo sexual, além do tráfico humano para outras localidades. Tais modalidades podem ocorrer no espaço público ou privado, e seus autores podem ser pessoas conhecidas ou não (SOUZA & JORGE, 2006; TAQUETTE, 2007b; VIEIRA & ABREU, 2007).

O abuso sexual geralmente é praticado por adultos que gozam da confiança da criança ou do (a) adolescente e, muitas vezes de caráter incestuoso. Nesse tipo de violência, o perpetrador utiliza sedução ou ameaça para atingir seus objetivos, não tendo que, necessariamente, praticar uma relação sexual genital para configurar a violência. Entretanto, o coito acontece nesses casos numa incidência bastante alta. A prática de atos libidinosos diferentes da conjunção carnal tais como toques, carícias e exibicionismo também é comum e pode não deixar marcas físicas, mas nem por isso, deixa de ser abuso grave devido às consequências emocionais para suas vítimas (TAQUETTE, 2007b).

1.4 - O abuso sexual intrafamiliar e suas consequências

O fenômeno do abuso sexual intrafamiliar ocorre em escala mundial e se faz presente na história da humanidade, sendo praticado em todas as culturas, sociedades, religiões e classes sociais, manifestando-se num tipo de violência camuflada, como destacam Pedersen e Grossi (2011). Originalmente, foi concebido como a atividade sexual abusiva entre membros de uma mesma família nuclear, ou seja, entre pais e filhos ou entre irmãos. Na atualidade, o conceito ampliou-se e abarca a atividade sexual abusiva cometida também por um cuidador. Ocorre, portanto, não apenas entre familiares consanguíneos, estendendo-se a outros graus de parentesco e de relação de proteção, tutela ou cuidado, tais como padrastos, tutores ou cuidadores de uma criança ou adolescente (NARVAZ, 2005).

Para Habigzang et al. (2005), o abuso sexual intrafamiliar se estabelece sempre com relações incestuosas, mesmo aquelas nas quais o adulto assume uma função de proteção, ainda que o vínculo não seja de consanguinidade, por conseguinte é difícil dimensionar o agravo causado à criança quando o abusador possui o papel social e histórico de cuidador (WASSERMANN, 2011).

Além disso, as crianças vítimas de abuso sexual por pais, avós, tios ou outro membro importante de sua família constituirão uma imagem distorcida dos relacionamentos interpessoais e do mundo, em se comparando com outras que se desenvolverão em ambiente saudável, num contexto familiar amoroso, protetor e com fronteiras familiares bem definidas (FERREIRA & ROCHA, 2011).

Destarte, segundo Santos e Dell'Aglio (2008) o abuso sexual intrafamiliar contra a criança, frequentemente, é realizado sem o uso de força física, havendo coação, sedução, que, muitas vezes, não deixam marcas físicas visíveis e dificultam a sua identificação e registro. Dessa forma, o fenômeno passa a ser uma violação dos direitos ao respeito, à dignidade, à liberdade, à convivência familiar saudável, e à oportunidade e facilidades para o desenvolvimento físico, mental, moral, social e sexual (BRASIL, 2005).

Vale ressaltar que o abuso sexual contra crianças no contexto familiar é crime, mas não costuma ter testemunhas, a cena se dá entre o protagonista e a vítima, porém quando outros familiares estão presentes ou estão diretamente envolvidos se tornam consciente ou inconscientemente cúmplices da violência (SCHMICKLER, 2006). Corroborando, Aded et al.

(2006) afirmam que a permanência da situação abusiva conta com a participação, mesmo que indireta, de outros da família, em especial da mãe. Muitas vezes a genitora não ocupa o papel de protetora dos filhos e, sim, de cúmplice do agressor, e a filha ocupa o lugar de companheira do pai e, portanto, rival, como destaca o CRAMI, 2005.

Em contrapartida, Narvaz (2005) afirma que muitas mães realmente desconhecem a ocorrência do abuso sexual. São mulheres que, muitas vezes, possuem uma história passada de vitimação semelhante e que, dessa forma, encontram barreiras emocionais para admitirem a incidência na sua família da situação de violência em si, então não compreendem, não conseguem dispor de mecanismos internos para se expressarem abertamente, elas mantêm uma relação com o mundo que as cerca, com o pensamento voltado para si e seus múltiplos papéis sociais (mãe, esposa e dona de casa), isso porque têm a intenção de atuar de forma mais satisfatória possível para manter uma união familiar (MARCELLO, 2005).

Essa perspectiva de culpar a mãe pelo abuso sexual tem relação com a imagem idealizada da figura materna que supõe que a mulher, ao tornar-se genitora, é rapidamente transmitida a capacidade de intuir e de prover as necessidades dos filhos, sem levar em consideração a sua condição humana, do modelo de figura materna, ou de suas próprias necessidades como pessoa de prover o sustento e o cuidado para com a criança (SATTLER, 2011).

Cumprir refletir, ainda, que a visão que alguns autores têm da ocorrência da cumplicidade materna no abuso sexual intrafamiliar tem sido fortemente criticada pelos movimentos feministas, que acusam o determinismo de deslocar a atenção do protagonista, de ignorarem que, frequentemente, essas mães são vítimas de violência conjugal, de atribuir a responsabilidade única pelo bom funcionamento do sistema familiar às mulheres e de confundir atributos predisponentes das genitoras com o impacto que o próprio abuso pode ter nelas e no relacionamento parental (MAGALHÃES, 2005).

Assim, o impacto do abuso sexual sobre a mãe pode propiciar a incapacidade de proteção à criança, atrelado às dificuldades econômicas da família, o conflito de fidelidades, o poder de manipulação do protagonista de violência e a falta de provas, além de características individuais das genitoras como transtorno mental, reduzida tolerância às frustrações, baixa autoestima, vulnerabilidade ao estresse e precedentes de atos violentos ou maus-tratos na infância (FAZENDA, 2010).

Segundo Sattler (2011) existe a mãe que não tem conhecimento do abuso sexual intrafamiliar, porque muitas vezes os episódios de violência acontecem na sua ausência, e quando tem, na maioria das vezes, a genitora busca alguma forma de auxílio, depois de algum tempo de dúvidas e suspeitas, enquanto que aquela genitora que sabe e não toma nenhuma atitude parece que possui dependência afetiva e uma prévia fragilidade emocional decorrente de sua história de vida de agressões no ambiente familiar.

Quando em um ambiente familiar se observam abusos contra algum de seus integrantes, é quase certo que todos acabam sofrendo agressões, embora com diferenciações hierárquicas, no entanto, as crianças são as maiores vítimas, pois a raiva, os ressentimentos, as impaciências e as emoções negativas dos outros membros as atingem como se elas fossem tubos de escape, além das suas fragilidades físicas que as tornam alvos fáceis do poder dos adultos (SANCHEZ & MINAYO, 2006).

Assim, as crianças, por serem frágeis e se submeterem ao poder do adulto protagonista de abuso sexual no sistema familiar, sofrem várias consequências, as quais podem variar, dependendo muito de questões como a idade das vítimas na época que iniciaram os abusos, a duração destes, bem como a intensidade dos atos violentos ou ameaças sofridas, diferença de idade entre a pessoa vitimada e o perpetrador, o vínculo afetivo entre eles, a ausência de figuras parentais protetoras, o tempo de manutenção do segredo e também os recursos individuais e sociais presentes na vida da criança que sofreu os episódios abusivos (MARTINS, 2010).

Por conseguinte, a respeito dos danos psicossociais decorrentes da violência sexual, o estudo realizado por Dattilio e Freeman (2005) comprovou que as vítimas parecem ser afetadas de diferentes maneiras e graus. Enquanto algumas vítimas parecem sofrer consequências mínimas, outras passam por graves problemas sociais e psiquiátricos, assim, as evidências indicam que a criança pode apresentar alterações comportamentais, afetivas e cognitivas, tais como hiperatividade, perda da autoestima, agressividade, autodestruição, medo, perda de interesse pelos estudos e brincadeiras, isolamento social, ansiedade, redução da capacidade de concentração, além disso, podem apresentar distúrbios de conduta com recursos verbais e físicos, tais como mentiras, roubos, usos de drogas, fugas de casa, ideias suicidas e uma representação anormal da sexualidade (ADED et al., 2006).

Segundo Schmickler (2006), a criança sempre sofre danos, por estar despreparada para emoções de natureza sexual, não podendo integrá-las ao ambiente social de suas vivências

infantis, desencadeando sintomas como depressão, culpa, tristeza, raiva, indiferença com relação a seus iguais, além de uma tendência a sexualizar todas as suas relações, em sua tentativa de receber afeto, o que contribui para a configuração de um círculo vicioso. Também pode apresentar outros sinais como medo do escuro, de ficar sozinha, de pai ou mãe ou de alguma pessoa do mesmo sexo que o perpetrador do abuso sexual, como aduzem Salvagni e Lueska (2011).

Há ainda outras consequências que as crianças vítimas de abuso sexual apresentam, como lacunas na emissão de comportamento pró-social: não compartilham, nem ajudam e muito menos se associam a outros pares. Essas dificuldades de adaptação interpessoal com outras pessoas, em geral, abrangem a questão da confiança, do controle de emoções, a formação de ligações inseguras, dissociação ou embotamento afetivo levando a uma espécie de congelamento emocional, com pensamentos intrusivos e visualizações dos atos abusivos que a amedrontam (SANDERSON, 2005).

Outro ponto referente às consequências, notam-se crianças que externalizam sua mágoa com ataques de hostilidade, impulsividade e distúrbios de conduta. Seja qual for o modo como responde emocionalmente, a origem dessa resposta é um turbilhão interno de vergonha, apatia, sentimento de desamparo, indiferença, confusão, fobias, pesadelos, anorexia, bulimia, dores abdominais recorrentes, queixas anal e genital, enurese e encoprese, que podem desencadear severos danos ao longo do seu desenvolvimento psicossocial (SALVAGNI & LUESKA, 2011).

Cabe mencionar, ainda, outras consequências graves dos atos abusivos que ocorrem em longo prazo, como os processos psicóticos de cisão, clivagem e negação da realidade, os quais ocorreriam em decorrência da incapacidade de controlar acontecimentos conflituosos. Esse fenômeno se deve aos mecanismos utilizados para anular a realidade que a vítima produz dentro da síndrome de segredo, chegando muitas vezes a desenvolver personalidades múltiplas, como forma de evitar integrar a realidade do abuso ao todo de sua realidade existencial (SANDERSON, 2005).

Segundo Sartor et al. (2008), crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar têm mais predisposição à utilização de bebidas alcoólicas no período da adolescência ou na fase adulta, além de terem maior probabilidade de apresentar comportamentos violentos, incluindo homicídios, como também grande possibilidade de serem abusadas sexualmente por um

desconhecido e de precisarem de vários atendimentos médicos devido a lesões físicas (BREWER-SMYTH, 2008).

Há outras sequelas manifestas no transcorrer do desenvolvimento até a maturidade, envolvendo interferência nas relações familiares, medo de não casar por não ser virgem ou de sofrer outro abuso, cansaço, dor de cabeça, esquecimento acentuado, interrupção dos estudos, constrangimento social perante as pessoas que venham a saber o que ocorreu com ela, sentir-se sempre imunda, rebeldia, não conseguir se apaixonar, rancor em relação à família, saída da casa dos pais, saudade da convivência familiar, falta de apetite, emagrecimento exagerado, gastrite, enjôo, ameaça de violência física por parte do padrasto e de adquirir doenças sexualmente transmissíveis (MARTINS, 2010).

Também ocorrem múltiplas consequências do abuso sexual infantil na fase adulta, conforme descrito no estudo de Luo et al. (2008) realizado na China com 1519 mulheres e 1475, as quais foram descritos como: hipersexualidade com níveis altos de masturbação, pensamentos recorrentes sobre o sexo e as variedades de práticas sexuais, rotatividade de parceiros, adulto do mesmo sexo do protagonista era indesejado nas relações sexuais, sintomas urogenitais, doenças sexualmente transmissíveis, disfunções e sofrimento psíquico.

Há outro dano secundário decorrente da incorreta ou ausência de intervenção profissional, que pode ocorrer na forma de estigmatização da vítima e familiares; traumatização no processo de acompanhamento interdisciplinar à família, principalmente quando se dá numa dinâmica punitiva; falta de credibilidade das crianças e negação de seu abuso (FURNISS, 2002).

CAPÍTULO 2: REFLEXÕES SOBRE FAMÍLIA

Neste segundo capítulo abordou-se a família numa contextualização histórica e social e sistêmica, como grupo familiar onde há ocorrência de abuso sexual infantil, discorrendo sobre a visão de mulher como mãe entrelaçada como esposa na conjuntura familiar e na sociedade.

2.1 - A família no cenário das transformações histórico-sociais

A família não é algo biológico, natural ou dado, mas produto de formas históricas de organização entre os humanos. As diferentes formas de organização familiar foram se configurando ao longo da história. Uma dessas formas de organização, centrada na figura masculina, foi a patriarcal. Houve, e ainda há, outras configurações familiares, entre elas as famílias chefiadas por mulheres, as matrifocais, matrilineares e matrilocais, centradas na figura e na descendência feminina (NARVAZ, 2005).

Na Idade Média, a família de origem ficava responsável pela transmissão da vida, dos bens e dos nomes, não podia alimentar um sentimento existencial entre pais e filhos. Os genitores se preocupavam preferencialmente com a contribuição ao patrimônio comum, ao estabelecimento da família que era uma realidade moral e social, mais do que sentimental, como destaca Ariès (2009). O autor ressalta que as crianças dispensavam os cuidados das mães ou amas, por volta dos sete anos, e iam participar dos jogos e trabalhos do dia com os jovens, adultos ou velhos, sendo muitas enviadas para receber educação em outras famílias. Iam para a casa de outras pessoas para fazerem os serviços domésticos e permaneciam nesses lares na faixa etária entre aproximadamente 14 e 18 anos.

No século XIV, a divisão de atividades entre os sexos passou a colocar o poder de decisão formal nas mãos do homem como provedor da mulher e dos filhos, por costumes e tradições apoiados por leis. As funções do mantenedor e protetor garantiam a dominação masculina em um tipo de sociedade patriarcal. A incumbência básica da mulher residia no bom desempenho do trabalho dos empregados e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços (SAMARA, 2004).

Segundo Bruschini (2005), no século XIV, a família extensa passa para o modelo conjugal, com privilégio das funções afetivas, então o clã familiar passa a se concentrar em suas atribuições de procriação e disciplina do impulso sexual. Entre pais e filhos desenvolve-se maior intimidade e diminui a prática de castigos corporais. Apesar de transformada, a família preserva um traço típico do predomínio da culpa moral, que reprime a sexualidade feminina, mantendo o tabu da virgindade e a intolerância para com o adultério feminino, enquanto reforça no homem a prática da sexualidade, trazendo em seu bojo a tolerância da sociedade para com o adultério masculino.

Nos séculos XVI e XVII, não havia separação rigorosa entre público e o privado, as famílias viviam nas ruas, nas festas, não se isolavam. A família não tinha a função socializadora, mas era constituída visando apenas à conservação dos bens, a prática de um ofício, a ajuda mútua cotidiana, a proteção da honra e da vida em caso de crise, em que o homem e a mulher ficavam unidos para sobreviverem (ARIÈS, 2009; BRUSCHINI, 2005).

O Brasil colonial tinha na família sua organização fundamental, desempenhando importantes funções econômicas e políticas. Nos séculos XVI e XVII, a estrutura doméstica patriarcal caracterizou-se pela importância central do núcleo conjugal e da autoridade masculina, consubstanciada na figura do patriarca, chefe ou coronel, dono de poder econômico e mando político (BRUSCHINI, 2005).

Ainda conforme Bruschini (2005), a família patriarcal distinguiu-se, também, pelo controle da sexualidade feminina e regulamentação da procriação, para fins de herança e sucessão. A sexualidade masculina se exercia livremente e os casamentos eram realizados por conveniência, entre parentes ou entre membros de grupos econômicos que desejavam estabelecer alianças.

No século XVII, o casal raramente dormia sozinho, mas com outras pessoas. Em um só e pequeno cômodo podia haver muitas camas, onde dormiam vários casais ou grupos de meninas e meninos. A vida familiar era partilhada em público, não existia quase nenhuma intimidade, porque as pessoas viviam misturadas umas as outras, com senhores e criados, crianças e adultos, em casas permanentemente abertas às indiscrições, logo, a família não existia como sentimento ou valor (ARIÈS, 2009).

Ainda em Ariès (2009) se observa que a partir do fim do século XVII no âmbito familiar, o clã começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar tal importância que a

criança saiu de seu anonimato e se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor. A partir desse período passa a vigorar a concepção de que se devia limitar o número de filhos para melhor cuidar deles.

A partir do século XVIII, a família começa a manter a sociedade à distância, valorizando a intimidade da vida privada no lar e passa a ter a necessidade de uma identidade, unindo-se também pelo sentimento. A instituição família vai se responsabilizando pela transmissão de valores e conhecimentos e pela socialização da criança, tornando-se fundamental pelos laços afetivos para o processo de subjetivação da criança. Nesse período, ainda, ocorreu a diminuição da mortalidade infantil, porque os pais, instigados pelas mudanças nas mentalidades, passaram a ser mais cuidadosos com as crianças, sendo que a partir desse final de século a família torna-se território estratégico e fronteira em que os conflitos entre o público e o privado aparecem (ARIÈS, 2009).

Com o passar dos séculos, os progressos da afeição entre os familiares seguem os avanços da vida privada e da intimidade doméstica. O sentimento de família não se desenvolve quando a casa está muito aberta para o exterior, porque ele exige um mínimo de segredo, e na Idade Média as condições da vida cotidiana não permitiram esse entrincheiramento devido ao afastamento das crianças, enviadas para outras casas como aprendizes, e a substituição dessas por outras estranhas no lar (ARIÈS, 2009).

Todavia, o retorno das crianças, devido à escola, e as consequências sentimentais desse fechamento da família não bastaram, pois a antiga sociabilidade com os divertimentos sempre coletivos não se distinguiram como na atualidade em atividades isoladas, assim como não existia separação entre a vida profissional privada, mundana e social (ARIÈS, 2009). O autor ressalta que, nos séculos XVIII e XIX, a família e a escola retiram a criança da sociedade dos adultos enclausurando-a no internato, privando-a da liberdade de que gozava entre os adultos, infligindo-lhe o chicote, a prisão, em suma, as correções reservadas aos condenados das condições mais baixas.

Por conseguinte, no século XIX, o filho torna-se objeto de investimento existencial dos pais. É nesse período que a infância ocupa posição central dentro da família, que, por sua vez, torna-se um lugar de afetividade, onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos, lugar de atenção e de cuidado. Contudo, ainda há no imaginário dos pais dentro da nossa cultura, a prática cultural do castigo como forma ideal de educação, sendo um modelo de

reprodução dos antepassados que utilizavam surras e maus tratos como indicativo de que as crianças deveriam se cuidar sozinhas (LIMA, 2011).

A partir do começo do século XX, a coesão da família é restaurada em torno de sua função como unidade de consumo. A vida se torna mais privatizada, a família extensa cede importância à nuclear e, dentro do casamento, os papéis sexuais tornam-se menos separados (BRUSCHINI, 2005). Aos poucos, a família moderna se opõe à sociedade e se transforma num grupo composto de marido mulher e filhos, obtendo a denominação de conjugal, nuclear e doméstica (CERVENY, 2006). A relação conjugal é o elo mais forte do que os outros laços consanguíneos. Nesse sistema, os indivíduos adultos pertencem a duas famílias distintas, de origem e de procriação (BRUSCHINI, 2005).

Esse sistema de organização social da família é denominado por Göran (2006) de pós-patriarcado, onde reside a autonomia adulta com relação aos pais e direito de família iguais para homens e mulheres e não somente como direitos proclamados, mas como direitos passíveis de reivindicação judicial. Mas, apesar de todas essas transformações acontecidas no interior no grupo familiar, podemos dizer que ele ainda se mantém idealizado e desejado por todos, não importando a configuração que assuma, continuará a existir, pois é o que pode assegurar à criança, aos novos sujeitos que se apresentam ao mundo, o direito ao amor, ao acolhimento no mundo humano e à palavra (AMAZONAS & BRAGA, 2006).

Atualmente, ao se falar sobre família, é preciso tratar de famílias (no plural), devido à diversidade desse grupo social, o qual está em constante mudança de configuração e muitas vezes de domicílios. E nessas novas configurações familiares, embora haja solidariedade, existe ainda hierarquia, o que significa reconhecer a ocorrência de conflito e violência intrafamiliar. Por último, é necessário assimilar a existência de uma forte permeabilidade da família ao âmbito público, pois se borram, cada vez mais, as fronteiras entre o público e o privado, e nesse contexto vem se tornando objeto de intervenção das políticas públicas (MACEDO, 2008).

Em relação ao exposto, ressalta-se que não é mais possível falar de um modelo unificado e singular de família, pois esta reflete uma pluralidade e é reflexo das mudanças que ocorrem na atualidade, fazendo com que a mesma vá se organizando e estruturando das mais diversas formas de mutação para cumprir com seus deveres e responsabilidades, perante o que lhe é imposto pela cultura e sociedade, mas nem sempre é possível (PEDERSEN, 2010).

Além disso, destaca-se que novas configurações, arranjos ou diferentes formas de organização familiar ganharam visibilidade, especialmente nas grandes cidades, e atualmente, sem dúvida, é cada vez maior a aceitação de famílias que apresentam outras composições, como as monoparentais, ou outras formadas por parceiros que se mantêm como família mesmo sem haver coabitação com o companheiro afetivo (TOLEDO, 2007).

Destarte, com esses novos arranjos, a família é vista, segundo Dessen e Braz (2005), em constante processo de adaptação e readaptação, num contexto complexo promotor do desenvolvimento primário, da sobrevivência e da socialização da criança. Portanto, todos os membros familiares são participantes ativos nas relações; logo, o sistema familiar, como produtor e transmissor de significado e cultura, desenvolve cotidianamente questões como o aumento da heterogeneidade das estruturas familiares por tipos e etapas do ciclo de vida familiar; a diversidade de arranjos e modalidades de manutenção dos vínculos de solidariedade e subsistência; e a ampliação das possibilidades de convivência intergeracional com o prolongamento da expectativa de vida (MACEDO, 2008).

Enfim, a diversidade de arranjos familiares não implica na modificação das funções do grupo familiar, as quais permanecem reguladas pelos investimentos afetivos dos seus membros, embora, com formas de expressão diferenciadas. Isso significa dizer que os sentidos que circunscrevem a família, tanto no plano individual quanto no grupal, dependem da economia de afetos, o que revela performances diferentes em cada desenho familiar, mas que, em configurações semelhantes, apresenta também particularidades, tendo em vista as dinâmicas intrasubjetiva e intersubjetiva que se estabelecem entre todos (PASSOS, 2005).

Em arranjo familiar em contexto de pobreza, no qual muitas famílias vivem no Brasil, nota-se a existência de dificuldades enfrentadas para realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, considerando que diante de uniões instáveis e empregos incertos, propiciam configurações que necessitam do apoio da rede de parentesco e amigos, salientando que tais relações familiares e comunitárias tem que suprir não só os recursos materiais, mas também afetivos (SARTI, 2011).

Fica evidente que o núcleo conjugal desenvolve um importante papel na assistência aos filhos desde a sua concepção. No entanto, com a evolução da sociedade, têm-se mudado também os valores culturais referentes ao cuidado da criança, pois, com a inserção da mulher no processo de trabalho, esse zelo passou a ser desenvolvido por outras pessoas, quer sejam familiares,

vizinhos ou empregados, os quais muitas vezes têm sérias dificuldades no exercício de papéis parentais de proteção, como destaca Monteiro et al. (2008).

2.2 - A família na visão sistêmica

Na perspectiva sistêmica, definida como ecológica, globalizante e interacional, a família humana pode ser descrita como um sistema biológico, geracional ou conceitual, o qual é definido por certos papéis e parentescos (consanguíneo e de aliança), implicando em direitos e deveres recíprocos, vínculos de poder, de dependência afetiva, econômica e social, que podem variar em diferentes e similares culturas, como também em distintos períodos de tempo (CAPRA, 2006).

Dessa forma, a família é um quadro vivo de sua própria história, na qual enquadra as identidades de seus membros como organismos sociais. Apresenta-se, pois, em forma de uma teia complicada de relações e eventos, na qual conexões de diferentes espécies se alternam, se sobrepõem ou se combinam, e desse modo determinam a contextura de um todo (CAPRA, 2009), entendendo-se que nenhum grupo familiar pode ser igual a outro, e cada família tem características próprias configurando sua complexidade, como descreve Relvas (2006).

Além disso, a família é um sistema semiaberto, cujas fronteiras apresentam diferentes graus de permeabilidade. Às vezes muito suscetíveis às trocas com o meio ambiente ou diminuindo as influências vindas do exterior regidas por padrões e processos recíprocos, que atuam dentro de um campo de sistemas interpenetrantes, onde cada evento e comportamento dos membros familiares formam padrões repetitivos que funcionam para equilibrar o ambiente familiar (VASCONCELOS, 2006).

De acordo com Capra (2009), existe uma autorregulação do sistema familiar, o qual é dinâmico e formado por totalidades integradas, cujo funcionamento de todos os membros é guiado por modelos cíclicos de fluxo de informações, ou seja, laços de retroalimentação ou “realimentação”, equilibrando-se em torno de certas transações e proporcionando resistência a mudanças além de suas fronteiras, mantendo assim os seus padrões de interação.

Assim sendo, o sistema familiar é uma teia de comunicação que apresenta circularidades intrínsecas. O resultado dessas conversas dá origem a outras, de modo que se formam ligações de realimentação. O fechamento decorre num sistema compartilhado de crenças, de explicações e de valores, sendo um contexto de significados continuamente sustentados numa reprodução

autopoietica, em que os componentes usam comunicações produzidas e reproduzidas numa rede com fronteiras de expectativas, confiança e lealdade (CAPRA, 2006).

Segundo Relvas (2006), cada família enquanto sistema vivo é um todo, mas é também parte de outros sistemas, de contextos mais vastos aos quais se integra (comunidade e sociedade), embora que dentro do âmbito familiar existam outras totalidades menores, que são os chamadas subsistemas.

As unidades sistêmicas, na medida em que estão de algum modo circundadas por fronteiras ou limites semelhantes a membranas semipermeáveis, permitem a passagem seletiva de informação, tanto entre a família e o meio como entre os diversos subsistemas familiares. O grau de entrada ou fechamento desses limites, considerados como normas que definem quem participa num subsistema, e o modo como o fazem são variáveis, conforme as próprias famílias e o momento de evolução que atravessam. Tal abertura refere-se à influência de pressões exteriores a que o sistema está permanentemente sujeito, bem como as que ele próprio exerce sobre o meio (RELVAS, 2006).

Na abordagem sistêmica, a família é entendida como um sistema, uma globalidade constituinte de vários subsistemas, sendo eles: o individual (constituído pelo indivíduo); o conjugal (englobando marido e mulher, o casal); o parental (formado pelos pais); e o fraternal (composto pelos irmãos). Cada elemento da família participa em diversos sistemas e subsistemas, ocupando simultaneamente diversos papéis em diferentes contextos numa complexidade relacional de comunicações como ingredientes das interações, segundo Relvas (2006).

Por conseguinte, o indivíduo, como membro de um sistema inserido em outros sistemas mais amplos, atua em todas as dimensões, influenciando e recebendo influxos, interferindo no seu contexto sócio-histórico e sendo influenciado em sequências de ação constantemente recorrentes. Numa família, ele é um membro de um conjunto social, ao qual deve se adaptar. Suas ações são governadas pelas características desse grupo familiar e os efeitos de suas próprias atuações passadas. Esse subsistema responde ao estresse em outras partes do sistema, às quais se acomoda e pode contribuir para estressar outros membros (RELVAS, 2006).

Ainda segundo Relvas (2006), o indivíduo, para além do seu envolvimento na intimidade do sistema familiar, desempenha em outros sistemas fora da família, como no seu ambiente de trabalho, estudo e outras instituições, funções e papéis que interagem com o seu desenvolvimento pessoal e, logo, com o seu posicionamento dentro da família.

A transição do indivíduo para o casal se faz através de ajustes e do estabelecimento de normas, de modo mais ou menos formal e consciente, a fim de definir uma estrutura-base das interações conjugais que integre e articule as normas herdadas de cada família de origem, bem como as expectativas e valores de cada um dos novos companheiros. Cada um dos cônjuges deve abrir mão de parte de suas ideias e preferências, perdendo individualidade, porém ganhando em pertinência (RELVAS, 2006).

Considerando a perspectiva estrutural, vê-se que a estruturação de novos padrões de interação do sistema conjugal se faz através da negociação e renegociação, num processo nunca acabado. Vai se elaborando e reelaborando em certos casos, com pouco ou quase nenhum esforço, quando as experiências individuais e familiares do passado são semelhantes, o acordo mútuo aparece como algo predeterminado. Em outros casos, essa estruturação pode exigir maior esforço, tornando-se mesmo dolorosa, quando as diferenças atingem níveis importantes na relação (RELVAS, 2006).

Para Relvas (2006), o subsistema conjugal é fundamental no desenvolvimento das crianças, ao constituir-se como modelo nas interações cotidianas e futuras. A criança nele aprenderá modos de exprimir afeto, tipos de relacionamento entre iguais, formas de apoio e solidariedade, meios de compartilharem alegrias e sofrimento. Serão esses os modelos com que as crianças se abastecerão e se prepararão para enfrentar o meio extrafamiliar e, mais tarde, as suas relações mais íntimas.

Instala-se no casal, com o surgimento do subsistema parental e o aparecimento do filho, uma hierarquia natural com os respectivos estatutos e níveis de poder e autoridade. Há agora duas gerações, diferenciadas em termos de capacidade, potencialidades e necessidades, onde os adultos têm a responsabilidade de cuidar, proteger e socializar os filhos, porém têm direitos de tomar decisões para a sobrevivência do sistema e de determinar o papel que cada criança desempenhará no funcionamento familiar (RELVAS, 2006).

Relvas (2006) acrescenta que é necessário estabelecer limites claros entre as novas funções e as previamente definidas como associadas à conjugalidade. Por outro lado, esses limites deverão ser bem clarificados junto aos filhos, que não poderão e não deverão se intrometer no subsistema conjugal. Entre eles deverá existir a flexibilidade necessária a uma boa comunicação, mas cada um deles terá que estar suficientemente diferenciado de modo a impedir interferências dos outros.

Sabe-se que o nascimento de um filho não irá resolver os conflitos e dificuldades conjugais. Mesmo que essa relação seja adequada e estável, ela vai sofrer perturbações e influências negativas concomitantes à inserção de novos membros, pois, conforme assinala Relvas (2006), o aparecimento de uma criança traz consigo um decréscimo na intimidade e satisfação conjugal, com a diminuição das relações sexuais e do tempo e atenção mutuamente disponível entre os membros do casal.

A autora ainda esclarece que a parentalidade organiza-se a partir do ajustamento e da articulação entre a interação com a realidade da criança, a qual não é um elemento passivo. Ela participa com suas competências e características próprias na modelação dessa função. A situação exige ainda ajustamento na relação com as famílias de origem e, ainda, nas expectativas socioculturais e familiares que acompanham o nascimento do filho.

Ressalta-se ainda que o encargo de cada membro do par conjugal na função do subsistema parental difere conforme a idade dos filhos e de acordo com a fase do ciclo vital em que se encontra a família (RELVAS, 2006). Os pais têm que ir encontrando respostas distintas para as diferentes necessidades do sistema familiar e de cada um dos seus membros.

O subsistema fraternal formado pelos irmãos é o primeiro grupo de iguais que o ser humano conhece. Funciona como um laboratório da vida social em que as crianças aprendem a cooperar, liderar, competir, rivalizar e negociar. Aprendem como criar amigos e aliados, mas também como devem lidar com inimigos e opositores. É o contexto privilegiado para aprendizagem da resolução de conflitos. Essa modelação progressiva das relações entre iguais e os esquemas transacionais aí organizados e experimentados vão ser utilizados no grupo de iguais, mais tarde, na vida profissional e nas escolhas e relações afetivas adultas (RELVAS, 2006).

No subsistema fraterno há experimentação de papéis e de tarefas relacionais no universo familiar que repercutirão posteriormente no mundo externo, como na escola e com o grupo de amigos (RELVAS, 2006). É o chamado treino das relações entre iguais que, obviamente, começa a estruturar-se em casa. Em suma, a relação fraterna nos fornece uma base para compreendermos a forma como as experiências das crianças, com os seus irmãos e irmãs pode proporcionar variações no bem-estar individual e a adaptação na infância, adolescência e, ainda, na vida adulta, segundo Lima (2011).

2.3 - O papel da mulher e mãe na família e na sociedade

Em meados do século passado, casar-se e ter filhos constituía o ser mulher e se isso não ocorresse significava fracasso. Gerar descendentes sem estar casada não era bem visto socialmente, o que deixa evidente como e o quanto a maternidade era valorizada no matrimônio. Assim, a crença em uma natureza maternal constituía justificativa comum quando a questão era a motivação para o exercício da maternagem como vocação natural para o cuidado e a compreensão das necessidades da criança (COUTINHO & MENANDRO, 2009).

É interessante observar que o padrão de papel materno é idealizado: as mulheres se identificam com comportamentos das suas genitoras e de sua comunidade, modelados pelo discurso dos membros da sociedade e cultura em que estão inseridos. Assim, depositou-se no ideal da mãe perfeita a responsabilidade pela unidade familiar e pela garantia ao homem de maior disponibilidade para outras obrigações sociais, cabendo à progenitora perfeita unir sexo, estabilidade conjugal e responsabilidade com os filhos (TOURINHO, 2006).

O papel deliberado às mulheres é o de que sejam cuidadoras do marido, do lar e dos filhos. Essa concepção atravessou séculos, materializando-se na crença de que a mãe deveria dedicar-se integralmente aos seus descendentes. A ideia de que as genitoras biológicas criem e zelem pelos filhos é divulgada pelo discurso masculino desde Rousseau, para quem a maternidade é a mais bela função cívica das mulheres (NARVAZ, 2005).

Merece destaque acrescentar que as atitudes decisórias femininas em gerar ou não filhos, quando e como tê-los, somente começaram a aparecer como possibilidade no final do último século, mais precisamente nas últimas décadas, período em que as mulheres começaram a considerar e questionar as dificuldades inerentes ao trabalho desenvolvido na maternagem, o adiamento de projetos profissionais e a completa responsabilização pelas crianças geradas, logo, essas preocupações surgiram, sobretudo, naquela mulher que exercia e se dedicava a uma profissão, o que possibilitou que a maternidade começasse a ter visibilidade como uma opção, como confirma Tourinho (2006).

Nas famílias brasileiras o papel da mulher ainda remete a chefe e dona da casa, a “patroa”, ao cuidado com o marido e os filhos, enquanto o homem é o provedor, além de manter o sustento, envolve questões de exercício da disciplina e da autoridade moral e mediador com os grupos externos. A responsabilidade pelas tarefas domésticas é predominantemente feminina, trabalho reprodutivo ocultado, negligenciado e desvalorizado pelo contexto social. Embora a participação dos homens das classes econômicas desfavorecidas no âmbito doméstico seja

precária, persiste o modelo e a crença de ser o legítimo mantenedor financeiro e de comando do sistema familiar. A atribuição das mulheres no sustento econômico não tem visibilidade e muitas vezes é desqualificada perante a sociedade (NARVAZ, 2006b; SARTI, 2011).

Nessa linha de pensamento, a representação do que se instituiu como papel feminino ideal leva muitas mulheres a assumirem seus filhos por obrigação e culpa, pautadas em uma idealização materna surgida a partir do século XVIII. A imagem difundida dos sentimentos maternos inatos foi transmitida através de gerações através de troca de experiências, de histórias e de contos, onde era asseverada a dedicação que a mãe devia ter à prole, levada ao extremo de renúncia em prol da preservação e sobrevivência dos seus descendentes, exaltando-se as qualidades de uma boa genitora. Esse discurso moralizador, mesmo nos dias atuais, ainda persiste e exige um exercício da maternidade com amor e cuidados incondicionais aos seus rebentos (TOURINHO, 2006).

Tudo isso leva a crer que, na contemporaneidade, a conquista de poder, pela mãe, dentro do grupo familiar, aconteceu em conjunto ao declínio do poder do pai no modelo de sociedade patriarcal. As mulheres, então, passaram a transcender o lugar de genitoras, através de sua entrada no mercado de trabalho e de sua assunção, muitas vezes, do lugar de provedora da família, como acontece nas famílias monoparentais (BRAGA & AMAZONAS, 2005).

2.4 - A família que vivencia situações de abuso sexual

As famílias que vivenciam situações de abuso sexual são vistas como estruturas fechadas, tendo seus familiares, inclusive as crianças, pouco contato social. A obediência à autoridade masculina não é contestada, tem um padrão de relacionamento com regras de convivência camufladas e a comunicação é fechada e truncada, o que propicia a confusão da vítima e, por conseguinte, a permanência do silêncio. Logo: como revelar o que não se consegue definir, não se comenta? Então, não ocorreu e não existe.

As formas de o protagonista demonstrar carinho e afeto são erotizadas e muitas vezes a criança assume funções de mãe, tais como cuidar dos irmãos menores, das tarefas domésticas, e às vezes é percebida pela família como promíscua, sedutora e mentirosa. Enquanto que a vítima pode acreditar que o contato sexual é uma forma de afeto e brincadeira, ou passa a falar estórias citando outro protagonista para proteger esse membro da família, como destaca Pereira (2005).

Ao contrastar a concepção já marcada de família como ideal, sagrada, que, mesmo diante das mudanças, traz como função acolher e proteger, e aquela em que existe a presença da violência sexual, observa-se uma tendência a considerar esta última com características de insensibilidade, patologia e desestruturação. Os vínculos afetivos são pensados, nessas famílias, como sendo frágeis, tendendo à inexistência, onde a figura paterna e a figura materna são percebidas, de maneira geral, de forma inversa à percepção idealizada atribuída aos papéis parentais (MATIAS, 2006).

A adesão a modelos estereotipados de gênero e a distribuição rígida e hierárquica de papéis dentro da família têm sido percebidos na dinâmica dessas famílias com situações de violência sexual, cujas relações parecem corresponder à configuração típica das estruturas patriarcais, como afirmam Narvaz e Koller (2006a). Nesse contexto, o abuso sexual intrafamiliar é extremamente complexo devido às relações familiares serem corrompidas, com a transgressão dos limites da autoridade dos pais, ocorrendo o complô do silêncio, que mantém os fatos na clandestinidade (CRAMI, 2005). É uma situação circunscrita no espaço comunicacional da família, mas costuma não ser compartilhada no meio externo, onde o sigilo impera como uma regra imposta que organiza a relação e garante a sobrevivência do sistema familiar (SCHMICKLER, 2006).

O silêncio da família frente à sociedade pode ocorrer por vários motivos: para manter a aparência de sagrada, por temor pela reação dos familiares; por conivência entre as pessoas que sabem do fato e não fazem a notificação; por uma ideia de que nada pode ser feito para resolvê-lo; por ser um assunto tabu; e por não se saber o que fazer, como pontua Cohen (2009). Nota-se ainda que a dificuldade em romper o segredo tem correlação com a obtenção de provas forenses e de evidência médica, a necessidade de obter acusação verbal pela criança, o constrangimento da vítima em fazer a notificação de um crime sexual, pelo desconhecimento de que aquela era uma situação inadequada e da atitude da sociedade, o que são fatores apontados para a falta de denúncia, com destaca Pelisoli et al. (2010)

Logo, a omissão dos adultos frente ao crime e a ignorância sobre os deveres e direitos relativos às crianças e aos adolescentes são barreiras que o atual interesse social e político não conseguiram romper. As crianças comumente estão aterrorizadas, com sentimentos confusos e com medo de não serem acreditadas, e o silêncio delas pode representar o desejo de não prejudicar o agressor, provocando agravamento da desagregação da família. Muitas se sentem

culpadas e com medo de serem castigadas, não compreendendo suas condições de vítimas (ADED et al., 2006).

Segundo Fuks (2005), quando o abuso sexual infantil intrafamiliar é revelado, confronta todos os implicados com uma situação de perda, seja da sensação de normalidade, do lar e da família como lugares seguros e, ainda, da privacidade, quando técnicos e profissionais passam a se envolver no caso. Globalmente, experimenta-se a intensa sensação de que toda uma visão de mundo está ameaçada, de que os suportes de opiniões compartilhadas, a confiança e a previsibilidade de que dependem a vida e as interações cotidianas foram transtornadas.

Além disso, há fatores que contribuem consideravelmente para a demora na revelação do abuso sexual no âmbito familiar, entre eles a dificuldade do estabelecimento de papéis definidos, bem como a confusão e a perplexidade que se instalam em todos os envolvidos, propiciando o segredo e a negação dos fatos pela criança (FERREIRA & AZAMBUJA, 2011).

De acordo com Anton (2005), a organização da família permite que a violência seja mantida com segredos, medos, submissões e não responsabilização por atos cometidos, sendo as crianças facilmente envolvidas pelos familiares em quem confiam e tendo muitas dificuldades de se desvencilharem de situações que lhes causam desconforto, desprazer ou dor, quando percebem que gratificam e proporcionam prazer ao protagonista de abuso, que, consciente do seu comportamento abusivo, costuma exigir silêncio da criança, e com frequência a intimida, ameaçando-a e a seus familiares, às vezes recorrendo a adulações para que seja guardado segredo do que acontece, que não pode ser desvelado, afirmando dizer respeito somente aos dois (SCHMICKLER, 2006).

É preciso considerar que, ao se referir ao papel materno, existem duas situações que emergem quando o pai ou padrasto é o protagonista da violência sexual: a primeira, quando a criança conta sobre o abuso e a genitora não acredita ou finge não crer; e a segunda, quando ela confia ou flagra o abuso e reage, tomando medidas de proteção imediatas que induzem a vítima à revelação. No primeiro caso, a mãe teme pela perda da unidade familiar, de ficar desprovida financeiramente, principalmente quando o homem é o provedor; não acredita que seu marido seja capaz de abusar sexualmente da própria filha/filho ou por lembranças da sua própria vivência de abuso na infância (NARVAZ, 2005).

Por conseguinte, Narvaz (2005) aduz que, na segunda situação, a mãe prefere fazer a notificação contra o agressor, mas algumas não o fazem de imediato, levando até mesmo anos

para ter coragem de enfrentar o marido e as consequências. Logo, o que se vê é um discurso de culpabilização das mães, que traz implícito o desvio da responsabilidade do verdadeiro algoz, uma vez que não se pode atribuir igual responsabilidade às pessoas que têm diferente percentual de poder em um sistema familiar.

Há que se levar em consideração que algumas mães de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar, a posteriori da revelação de seus filhos, ficam tão traumatizadas que não conseguem cumprir as suas tarefas diárias no lar. O conhecimento de quem é o autor pode causar conflitos de lealdades, multiplicando o peso do trauma. Durante essa fase pós-revelação, as mães podem sentir que a informação é intolerável e ainda não são capazes de dar testemunho perante a justiça, como aduz Toledol (2010).

Também, é preciso ponderar que, mesmo diante dos sinais de situações abusivas, a genitora suspeita de que seja verdade, mas prefere persistir na dúvida a averiguar a veracidade dos fatos, preferindo acreditar até que foi a filha que seduziu o pai. Desse fato nasce uma hostilidade entre mãe e filha, a descrença materna, bem como a acusação de que a vítima causou consequências danosas que culminaram com a ruptura da estrutura familiar, o que faz com que seja melhor a evasão da criança de casa para outro lar (NARVAZ, 2005).

De modo geral, segundo Santos e Dell'Aglio (2008), mães de crianças abusadas sexualmente não se configuram como as perpetradoras do abuso, mas de alguma forma encontram-se envolvidas, seja como vítimas ou testemunhas dessa situação. Por outro lado, vários fatores influenciam as reações maternas frente à revelação do abuso, tais como a percepção da rede de apoio social e as características de personalidade da mãe.

No que concerne à fase antecipatória à revelação do abuso, a mãe sente-se confusa diante da suspeita ou da constatação de que o companheiro abusa sexualmente da filha, surge então um sentimento ambivalente em relação à menina, a genitora sente raiva e ciúme, ao mesmo tempo em que atribui a si a culpa por não protegê-la. Na verdade, essa mulher é igualmente vítima da violência familiar, logo, o ato de negar, desmentir a criança ou culpá-la pela sedução é uma forma de suportar o impacto do desapontamento e da frustração diante da ameaça de aniquilamento da família. Em qualquer das situações, o desmentido materno, a afirmação de que nada aconteceu, é o pior que pode acontecer à vítima que revela e é novamente vitimada (NARVAZ, 2005).

Para compreender quem são as mães das crianças que sofreram abuso sexual intrafamiliar é importante resgatar a trajetória de vida dessas mulheres, os quais, segundo os estudos de Padilha e Gomide (2004), são percursos vivenciais caóticos, com abandonos e sofrimentos, marcados por carências afetivas, instabilidade em relação aos cuidadores primários e pouca provisão de apoio mútuo, logo, é premente avaliar se essas genitoras têm igualmente o papel de vítima e reconhecer suas dificuldades em romper o desvelar do segredo intrincado no fenômeno da violência. Quanto aos demais membros da família, em geral, estes tentam negar o abuso, alegando que a criança não teve nenhum ferimento visível, ou explicam que aconteceu quando o pai estava bêbado ou drogado. Isso ocorre muitas vezes por temerem as consequências legais com o aprisionamento do perpetrador, financeiras, no trabalho e na carreira profissional, separações, suicídio, assassinato, violência e o estigma social (AMENDOLA, 2004; LEIFER et al., 2004).

Em situações abusivas intrafamiliares, muitas vezes, o segredo é mantido por um longo período de tempo, podendo ultrapassar gerações. E muitas vezes após a revelação do abuso sofrido pelo filho (a) é que a mãe revela ter sido vítima na infância do mesmo ato abusivo, como destacam Narvaz e Koller (2004). Nesses casos, observa-se a repetição de um padrão de relacionamento multigeracional, em que essas mães não revelaram a violência sofrida e não conseguiram proteger suas filhas, pois de alguma forma tornaram-se impotentes e descrentes de que essas histórias se repetiriam (NARVAZ & KOLLER, 2005). Contudo, como afirmam Santos e Dell’Aglia (2007), é necessário destacar que não se trata de um padrão de relacionamento determinista. Ou seja, o fato de uma criança ser vítima de qualquer forma de maltrato infantil, não significa que quando adulta irá repetir tal comportamento com seus filhos.

CAPÍTULO 3 – PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

Este capítulo aborda o método, contendo a teoria das Representações Sociais para o entendimento do fenômeno, tipo de estudo, local da pesquisa, os aspectos éticos e os benefícios, critério de seleção e o número de participantes, e também são informados os instrumentos e os procedimentos de coleta e análise dos dados pelo programa Alceste.

3.1 - Contribuição da Teoria das Representações Sociais

A pesquisa em Psicologia Social enfoca fenômenos psicológicos intrincados no tecido social e cultural, sendo o conhecimento sempre produzido em interação e comunicação, e sua expressão está atrelada aos interesses humanos, onde as necessidades e desejos encontram satisfação, expressão ou frustração. Esse conhecimento emerge onde as pessoas se juntam e interagem, surgindo assim das paixões humanas (MOSCOVICI, 2009).

Outro ponto relevante é a posição de Moscovici (2009) sobre a Teoria das Representações Sociais, afirmando que “[...] permanecerá criativa por tão longo tempo, o quanto ela souber aproveitar as oportunidades que cada método disponível possa oferecer” (p.14-15) e que se desenha “[...] como uma ‘rede’ de ideias, metáforas e imagens, mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais móveis e fluídas” (p. 210).

É importante enfatizar, como faz com propriedade Jodelet (2001), que as Representações Sociais são,

[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico (p. 22).

As representações sociais funcionam como orientadores para a ação. Logo, constituem modalidades de pensamento prático, orientadas para a comunicação, compreensão e domínio do entorno social, material e ideológico, cujos conteúdos referem-se às condições e aos contextos em que surgem as representações, mediante as comunicações nas relações intergrupais, consistindo em uma maneira de interpretar e de pensar a realidade cotidiana, uma forma de conhecimento social que ocorre através do contexto concreto em que se situam os indivíduos e os grupos e,

sobretudo, da comunicação que se estabelece entre eles, pela bagagem cultural de cada um, pelos valores e ideologias (JODELET, 2001).

Representações são sempre construtivas; elas constituem um mundo tal como ele é conhecido e as identidades que elas sustentam garantem ao sujeito um lugar nesse mundo. Assim ao serem internalizadas, as representações passam a expressar a relação do sujeito com o mundo que ele conhece, ao mesmo tempo, elas o situam nesse mundo. (JODELET, 2001, p. 267)

Para Duveen (2009), a Teoria das Representações Sociais e suas proposições oriundas de Moscovici são compreendidas em três correntes teórico-metodológicas complementares. A primeira é liderada por Denise Jodelet, que corresponde à utilização de métodos qualitativos, com predominância do uso da observação de campo e da entrevista em profundidade. A outra corrente teórica, comandada por Jean-Claude Abric, enfatiza a dimensão cognitivo-estrutural, utilizando uma metodologia experimental, com a coleta de palavras por meio da associação livre e do tratamento de dados por programas computacionais. A terceira corrente, liderada por Willem Doise, procura articular a teoria moscovicianiana com uma perspectiva mais sociológica, que utiliza os tratamentos estatísticos correlacionais, com a aplicação de questionários a um grande número de participantes (SÁ, 2002).

Não se teve a pretensão neste estudo de discutir cada uma dessas vertentes teóricas, que trazem diferentes contribuições metodológicas. A intenção aqui é apenas situar quais os desdobramentos que têm se delineado a partir da proposta de Moscovici, marcando uma aproximação com a vertente seguida por Doise, que define as Representações Sociais como princípios organizadores de relações simbólicas entre indivíduos e grupos, decorrentes de esquemas de regulação próprios do indivíduo e das suas interações com o mundo social (DOISE, 2002).

A preocupação de Doise (2002) é articular esclarecimento de ordem individual com explicações de ordem societal, além de mostrar como o indivíduo dispõe de processos que lhe permitem funcionar em sociedade e, de maneira complementar, de que forma dinâmicas sociais, particularmente interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais, orientam o funcionamento desses processos grupais.

As representações sociais de um grupo constituem o resultado de um processo de transformação daquilo que é não familiar em algo familiar, tendo como função básica a

integração da novidade, o que é conseguido através de processos interligados envolvendo a *ancoragem* e a *objetivação*, mas a transformação não se processa de maneira automática na vida dos indivíduos, pois conta com a participação da memória e das conclusões pré-estabelecidas. O processo de ancoragem transfere o desconhecido para o esquema de referência, por meio da comparação e da interpretação, logo, *ancorar*, segundo Moscovici (2009),

[...] é, pois classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Nós experimentamos uma resistência, um distanciamento, quando não somos capazes de avaliar algo, de descrevê-lo a nós mesmos ou a outras pessoas. O primeiro passo para superar essa resistência, em direção a conciliação de um objeto ou pessoa, acontece quando nós somos capazes de colocar esse objeto ou pessoa, em uma determinada categoria, de rotulá-lo com um nome conhecido. (p. 61-62)

Enquanto que o processo de objetivação consiste em materializar as abstrações, corporificar os pensamentos, tornar físico e visível o que não era manifesto, imaterial, enfim, transformar em objeto o que é representado, percebe-se assim que nesse processo as palavras são acopladas às coisas, o abstrato torna-se real, o conceito é transformado em uma figura ou núcleo figurativo (NÓBREGA, 2003).

Para ser representado, o objeto social necessita da propriedade de incitar a curiosidade, para que o novo seja incorporado e assimilado à própria rede de categorias, por meio de uma classificação e uma nomeação ou rótulo. O objeto ou evento social sem classificação e sem nomeação parecerá estranho, inexistente e até ameaçador para o indivíduo. Para Moscovici (2009),

O primeiro passo, para se superar a resistência e trazer o objeto ou pessoa mais próxima de nós, é realizado quando atribuímos uma categoria preferida, para rotulá-lo com uma palavra que pertence à nossa linguagem. O mero fato de ser capaz de falar ou fazer um julgamento sobre alguém, isto é, de ser capaz de comunicar sobre ele, nos permite imaginar o incomum dentro de nosso mundo ordinário. Ao categorizar o não-categorizável ou nomear o não-nomeável, nós já estamos representando. (p. 11)

Segundo Moscovici (2009), o indivíduo funciona ativamente, de modo a tornar a neutralidade impossível, uma vez que, para cada objeto social, seja atribuído um valor positivo ou negativo e uma ordem hierárquica. Desse modo, ao classificar e nomear um objeto, o indivíduo está revelando sua própria teoria sobre a sociedade e sobre a natureza humana. Ao categorizar o

novo ainda não categorizado, ou ao nomear o que não foi nomeado, o sujeito está essencialmente representando.

Como já enfatizado, as Representações Sociais são construções de sujeitos sobre objetos socialmente valorizados no senso comum como estruturas cognitivas e afetivas. Seu estudo propicia a compreensão da interação entre o indivíduo e as condições sociais, favorecendo assim uma apreensão dos processos que intervêm na acomodação sociocognitiva dos indivíduos em sua cotidianidade e em seu meio social e ideológico (MARTINS, 2010).

Logo, os indivíduos constroem em seu meio social as realidades sociais através da relação dialógica marcada pelo conflito, onde os envolvidos tentam mudar a perspectiva do outro e confirmar a sua, mediante um rico e multifacetado processo de comunicação. Esse processo denomina-se dialogicidade, de acordo com Marková (2006).

Ao serem articuladas dialogicidade e representações sociais, tem-se a compreensão das oposições nomeadas por Marková (2006) de antinomias que estão na base do conhecimento social, sendo ativas no pensamento e na comunicação humana, considerando que o pensamento é, por natureza, antinômico, ou seja, se desenvolve a partir do conflito de opiniões contrárias. A autora esclarece: “Por que nós falamos e pensamos em antinomias? Porque, eu imaginei, o ato de pensar e falar em antinomias é uma expressão da dialogicidade da mente humana” (p. 277). Isso porque, segundo a mencionada autora, adotamos o pensamento em antinomias fazendo distinções sem reflexão, no processo de transmissão geracional.

Segundo Farr (2009), em qualquer sociedade existem pontos divergentes, sem sentido, onde emergem novas representações em forma de criação coletiva. Como as sociedades precisam estabelecer a ordem e o sentido, criam representações compartilhadas, não significando que todas as pessoas irão apresentar a mesma representação de um objeto, mas o que existe é uma base comum com elementos partilhados, que são significativos e amparam a identidade grupal, enquanto há partes que são particulares, na medida em que são determinadas pelas circunstâncias e pelo tipo de inserção no grupo (COUTINHO & MENANDRO, 2009).

É nesse sentido que se acredita que as mães entrevistadas para a realização deste estudo irão construir representações do abuso sexual intrafamiliar para estabelecer um sentido a esse posicionamento diante do fenômeno. A partir dessa perspectiva, é fundamental analisar o senso comum, as visões de mundo das mães sobre o abuso sexual intrafamiliar sofrido pelos filhos, porque se compreende que é no âmbito do cotidiano da vida social que se edificam as

representações sociais que proporcionam a compreensão das aparentes ambiguidades e incoerências com relação ao objeto em estudo.

3.2 - Tipo de estudo

O presente estudo é de cunho qualitativo e abrangeu uma técnica de pesquisa de campo de caráter exploratório e descritivo. Logo, designa-se como pesquisa de campo por ser realizada em local físico e social onde os dados foram coletados. É considerada como exploratória, porque se tem a oportunidade de estabelecer relações com diferentes atores sociais, tendo como perspectiva descritiva o ponto de vista dos participantes, feita com ética científica do pesquisador, abarcando uma compreensão holística que inclua aspectos históricos, culturais e religiosos, procurando juntar o significado colhido da linguagem verbal, com manifestações de emoções cifradas, entonações, ironia invisível a ser desvelada, as quais o pesquisador atribui sentido (CHIZZOTTI, 2006; NARITA, 2006).

3.3 - *Lócus* da pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada em uma sala de atendimento psicossocial do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), local onde são realizados os serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA); de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos (as) e suas famílias; e especializado em abordagem social.

3.4 – Participantes

A escolha das participantes foi realizada de acordo com as considerações de Gaskell (2007) sobre a finalidade da pesquisa qualitativa, que busca “[...] explorar os espectros das opiniões das diferentes representações sobre o assunto em questão” (p. 68).

O número de mulheres que iriam participar foi definido previamente como 30, mas houve disposição em alterá-lo, caso fosse necessário, para ser alcançado o objetivo do estudo.

Logo, foram seguidas as recomendações do critério de saturação definido por Sá (1998), o que possibilitou a ampliação da quantidade inicialmente estabelecida.

Dessa forma, participaram na presente pesquisa 32 (trinta e duas) mães de crianças que sofreram abuso sexual intrafamiliar e que estavam em atendimento psicossocial no CREAS, na faixa etária de 23 a 50 anos. Quanto à escolaridade das participantes, 14 com até o ensino fundamental, enquanto que 11 cursaram o ensino médio e 7 concluíram o ensino superior. No que se refere ao estado civil, 17 são solteiras e 15 são casadas.

3.5 - Instrumento

Foi utilizado como instrumento para coleta dos dados uma entrevista semiestruturada (apêndice A) constituída de duas partes, com a primeira contendo questões fechadas com a finalidade de se obter o perfil da amostra através do levantamento de dados sociodemográficos, e questões abertas de cunho qualitativo para que as participantes individualmente falassem de suas experiências, expressarem reflexões, concepções e sentimentos de forma livre.

Na investigação qualitativa, a entrevista ganha um espaço legítimo na produção de novos conhecimentos nas ciências humanas. Para tanto, consiste em uma ferramenta interativa que adquire sentido dentro de um espaço dialógico, em que o estabelecimento do vínculo entre o pesquisador e os sujeitos investigados cumpre uma função essencial. Portanto, o papel do entrevistador (do pesquisador) não se restringe à atividade de perguntar. E nem o sujeito investigado se restringe a responder às questões formuladas pelo investigador, pois as suas respostas não estão prontas *a priori*, mas são construções pessoais implicadas no espaço dialógico da entrevista, no tipo de vinculação estabelecido com o entrevistador (GONZÁLEZ REY, 2002).

Dessa forma, a entrevista é um instrumento que tem o privilégio de possibilitar a fala enquanto reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos, transmitindo as representações de grupos em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas. O comportamento social e individual obedece a modelos culturais interiorizados, e nas consciências individuais se expressam as consciências coletivas que podem ser reveladas na entrevista (MINAYO, 2008).

Na entrevista, o pesquisador deve levar em consideração que ele está fazendo emergir sentimentos, afetos pessoais e fragilidades e, por isso, deve respeitar a singularidade da pessoa pesquisada. Deve ser capaz de ler num sentido implícito, ou seja, reconhecer as estruturas invisíveis que organizam o discurso do entrevistado, segundo Boni e Quaresma (2005). Sendo assim, a entrevista visa apreender as motivações, os significados, os valores e os pontos de vista dos atores sociais situados em uma conversa com finalidade, um guia que deve servir de facilitador para abertura, ampliação e aprofundamento da comunicação dinâmica da conversação, como pontua Minayo (2008).

Esse sistema conversacional permite ao pesquisador deslocar-se do lugar central das perguntas para ingressar-se em uma dinâmica de conversação que toma diversas formas e que é responsável por um tecido de informações no qual implique, com naturalidade e autenticidade, os participantes. Assim, eles se sentem sujeitos do processo, facilitando a expressão de cada um por meio de suas necessidades e interesses, facilitando a emersão de sentidos subjetivos (GONZÁLEZ REY, 2002).

Nesse sentido, a entrevista semiestruturada é um instrumento para a coleta dos dados que parte de questionamentos básicos, apoiados em teorias que interessam à pesquisa atual, oferecendo grande margem de discussões, advindas de questões que emergiram à medida que se recebiam as respostas das entrevistadas. Dessa forma, favoreceu circunstâncias para que as participantes alcançassem a liberdade com espontaneidade na linha de seus pensamentos e de suas experiências dentro do foco principal colocado pela pesquisadora, o que propiciou, desse modo, um enriquecimento na elaboração do conteúdo a ser pesquisado.

Em suma, a entrevista semiestruturada é um dos instrumentos de coleta de dados escolhidos que atendeu os objetivos deste trabalho, por ter a sua predominante característica de manter simultaneamente a presença atuante da pesquisadora e das participantes da pesquisa, favorecendo a descrição dos fenômenos sociais, sua explicação e a compreensão de sua totalidade, além de mapear o discurso a partir das dimensões internas da representação, seus elementos cognitivos e o investimento afetivo, como pontua Spink (2009).

3.6 - Procedimento

O projeto de pesquisa foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM), em 09 de julho de 2011 (anexo 1), em obediência à Resolução Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, nº 196, de 10 de outubro de 1996 (BRASIL, 1996). As participantes foram esclarecidas acerca dos objetivos da pesquisa, do anonimato e sigilo das informações e sobre a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem que isso implicasse qualquer tipo de prejuízo ao atendimento oferecido pela instituição ou espaço no qual o trabalho foi desenvolvido.

Buscando respeitar questões éticas como o comprometimento com a saúde dessas mulheres entrevistadas, com uma postura flexível na estratégia das entrevistas e no uso deste estudo, foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice B), o qual foi assinado pelas partícipes e um Termo de Anuência (apêndice C), direcionado à coordenadora do CREAS onde ocorreram as entrevistas. Contudo, foi informado pela pesquisadora que a pesquisa seria suspensa em qualquer fase, se as participantes que assinaram o TCLE quisessem retirar suas autorizações.

Por se tratar de uma temática de cunho muito pessoal, envolvendo o ato de recordar o episódio de violência sexual sofrido por seus filhos, que poderia mobilizar sofrimento psíquico para as participantes, foi seguida a orientação de Lisboa e Koller (2002) quanto ao estabelecimento do *rapport*, o qual

[...] é imprescindível para a criação do vínculo profissional-pessoa focalizada, garantindo o entendimento das participantes acerca dos procedimentos da pesquisa, do contrato de sigilo e da ausência de expectativa do pesquisador sobre respostas certas ou erradas. (p. 195)

Ressalta-se que as mulheres que participaram deste estudo foram informadas dos benefícios advindos com os resultados da pesquisa com uma maior apreensão sobre o senso comum das mães acerca da temática em questão, propiciando uma melhor compreensão social construída coletivamente, bem como a elaboração de um conhecimento científico sobre as implicações do sofrimento na sua qualidade de vida a fim de ensejar a formulação de políticas públicas voltadas para o acompanhamento psicossocial dessas famílias.

3.7 - Coleta e análise dos dados

Para a coleta de dados desta pesquisa, inicialmente, foram realizadas visitas à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SEMASDH), a fim de apresentar o projeto para dar conhecimento dos objetivos a serem alcançados e conseguir a autorização para a coleta no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Após os gestores da SEMASDH e do CREAS aprovarem e autorizarem a pesquisa, foi definida a infraestrutura de apoio à investigação, constando de vários aspectos, tais como o acesso às dependências do local da pesquisa, a reserva de sala individual para a aplicação do instrumento, o cronograma das atividades, a identificação preliminar das participantes, que só poderiam participar da pesquisa a partir do primeiro atendimento na instituição (triagem), condição decidida pela gestora em conjunto com as técnicas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Um entrave para a coleta de dados foi à determinação da equipe do CREAS em permitir o acesso da pesquisadora somente às mães que levavam seus filhos em um segundo atendimento psicossocial, fato que dificultou sobremaneira o início e a efetivação das entrevistas, porque muitas genitoras participavam somente da triagem e não retornavam para dar prosseguimento ao acompanhamento psicológico, que prioriza as vítimas e não a abrangência da família na sua totalidade, ou pelo menos aos familiares que cuidam das crianças e adolescentes vitimados. Além desse obstáculo, outro que contribuiu foi o fato de muitas crianças virem acompanhadas de outros parentes, como pai, tios, irmãos e não por suas genitoras.

O período de coleta de dados foi de junho a novembro de 2011, em que, para cada dia de comparecimento da pesquisadora ao *locus*, procedeu-se a seguinte sistemática em relação a cada participante: identificação preliminar, de acordo com os critérios determinados para a sua inclusão na amostra; convite para se dirigir à sala de atendimento individual; apresentação do termo de consentimento livre e esclarecido para participação em pesquisa com a gravação da sessão antes do início de cada entrevista; bem como solicitação de sua leitura e assinatura, no caso de concordância.

A partir da obtenção do consentimento livre e esclarecido das participantes, o instrumento foi aplicado, com tempo médio de aproximadamente 45 minutos, durante o qual as falas foram gravadas, com exceção de uma participante, mas todas deram o devido consentimento para a participação na pesquisa. A coleta aconteceu de forma individual, em uma sala definida previamente pelas técnicas do CREAS.

Houve grande preocupação de assegurar que as participantes ficassem confortáveis durante a entrevista, e quando houve necessidade de clareza relacionada a alguma resposta, foram feitas intervenções para elucidar aspectos relacionados ao abuso sexual na dinâmica familiar, ou aos espaços sociais em que ela se dava.

Em geral, as participantes foram muito disponíveis e receptoras e não demonstravam preocupação com o tempo das entrevistas, pois era visível em algumas participantes a necessidade em falar de suas experiências e serem ouvidas, apesar de terem ocorrido situações de choro, o pano de fundo conferiu um ar de confiança às conversas, o que favoreceu a interação e a espontaneidade, instaurando assim um clima de confiança que possibilitou a superação ou amenização do constrangimento.

Algumas participantes demonstraram certo desconforto e esquivas num primeiro momento da entrevista, por não saberem responder devidamente as perguntas. Esse fato foi contornado quando a pesquisadora deixou claro que o interesse da pesquisa era conhecer as experiências e concepções pessoais, para que não houvesse preocupações com respostas certas ou erradas.

Após as entrevistas, foi realizada a transcrição e depois foi utilizada a análise textual das falas das participantes que foram entrevistadas, porque, no campo das Ciências Humanas, os textos são considerados um material consistente de pesquisa que conserva a qualidade do fenômeno estudado de forma mais espontânea em conjunto com as interações sociais do que as respostas oriundas de questionários ou testes padronizados (CAMARGO, 2005).

Por conseguinte, o texto das entrevistas foi analisado por meio do software Alceste. Desenvolvido por Reinert (1993), o Alceste (*Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte*), o qual realiza, de maneira automática, uma análise lexicográfica de diálogos, questões abertas, enquetes socioeconômicas e textos diversos, tais como obras literárias, artigos de revistas, ensaios, entre outros. O objetivo é quantificar um texto para extrair as estruturas mais significativas do *corpus* estudado em função da distribuição de palavras dentro de cada enunciado, entretanto há duas condições imprescindíveis: primeiramente, o corpus deve se apresentar como um todo com certa coerência; depois, o documento deve ser grande o suficiente para que o elemento estatístico seja levado em consideração, como descreve Targetware (2010).

Cabe destacar que o software Alceste contribuiu fazendo o ajuste da análise psicossocial da linguagem tanto oral como escrita, possibilitando uma abordagem hermenêutica do conteúdo

dos discursos para uma melhor compreensão da comunicação. Assim, seu processamento permite o exame da linguagem das representações sociais que organizam e concede uma forma ao pensamento e ao conhecimento social (SARAIVA et al., 2011).

Primeiramente, o *software* permite quantificar os textos para extrair estruturas que apresentem significados mais representativos, acessando a informação essencial do texto em uma análise padrão não orientada do material, reconhecendo as unidades de contexto iniciais (UCI). Depois, reformata e divide o *corpus* em segmentos de tamanho similar, as unidades de contexto elementares (UCE), e em seguida agrupa as palavras por radicais, em forma de raízes (reduzidas) e calcula a sua frequência (CAMARGO, 2005; SARAIVA et al., 2011; SOUSA, 2009).

Destarte, conforme Camargo (2005), Saraiva et al. (2011) e Sousa (2009), o programa realiza a segunda fase, que consiste na seleção das UCE a serem consideradas, no cálculo das matrizes de dados para a efetivação da classificação hierárquica descendente e na realização da partição do *corpus* em uma classificação definitiva.

Por conseguinte, é realizada a terceira etapa, com a definição e a descrição das classes de UCE escolhidas, que consiste na operação mais importante, pois fornece resultados que permitem a descrição das classes obtidas, principalmente, pelos seus vocabulários característicos (léxico) e pelas suas palavras com asterisco (variáveis). Além disso, o programa fornece a análise fatorial de correspondência (AFC) feita a partir das UCE, que representa as relações entre as classes em um plano fatorial com dois eixos cartesianos (CAMARGO, 2005; SARAIVA et al., 2011; SOUSA, 2009).

Em seguida, segundo Camargo (2005), Saraiva et al. (2011) e Sousa (2009), o *software* Alceste realiza a quarta etapa, denominada etapa dos cálculos complementares, que complementa a terceira etapa, por meio do cálculo e apresentação das UCE mais características de cada classe, de modo a possibilitar a contextualização do vocabulário, depois os resultados do tratamento de segmentos repetidos nas UCE, a classificação hierárquica ascendente focada no léxico.

CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo encontra-se a descrição dos resultados obtidos com a entrevista semiestruturada, processados pelo software Alceste (*Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte*), que são discutidos sob a luz da Teoria das Representações Sociais.

4.1 – Dados sociodemográficos

As questões fechadas com os dados sociodemográficos foram aplicadas com o objetivo de identificar o perfil das participantes da pesquisa, em termos de frequência e percentagem. As participantes possuíam em média 32 anos de idade ($dp = 7,1$ e amplitude de 21 a 50 anos). A faixa etária mais frequente foi entre 31 e 40 anos, equivalendo a 46,9% das mulheres, seguida do intervalo entre 20 e 30 anos, com 40,6%, enquanto a faixa entre 41 a 50 anos correspondeu a 12,5%. Os níveis de escolaridade das participantes variavam desde o ensino fundamental (43,7%), com o maior percentual, ensino médio completo (34,4%) seguido pelo nível superior completo (21,9%). Com relação ao estado civil, a maioria era solteira (53,1%) enquanto que 46,9% eram casadas.

4.2 - Entrevista semiestruturada com tratamento do Alceste

Ao processar as respostas das participantes referentes às questões abertas da entrevista semiestruturada, sob o tratamento padrão do programa Alceste foi identificado um *corpus* constituído de 32 UCI, totalizando 62.971 ocorrências, sendo 4.200 palavras diferentes. Após a redução do vocabulário às suas raízes, foram encontrados 661 radicais e 1.194 UCE.

4.2.1. Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

A análise estatística executada pelo programa Alceste produziu uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD) – em forma de uma árvore (dendrograma), que reteve 96% do total de Unidades de Contextos Elementares (UCE) – e uma divisão do corpus em quatro classes.

Para a análise que se seguiu, foram consideradas as palavras com frequência igual ou superior à média de $\chi^2 \geq 17$, conforme disposto na tabela abaixo:

Tabela 1 – Dendrograma com a Classificação Hierárquica Descendente – Entrevistas semiestruturadas (N=32).

Representações Sociais das mães sobre o abuso sexual intrafamiliar sofrido por seus filhos							
Visão psicossocial do abuso sexual no contexto familiar				Lócus das ocorrências e a revelação do abuso sexual intrafamiliar			
Classe 1 1250 UCE 28%		Classe 2 1245 UCE 24%		Classe 3 1243 UCE 15%		Classe 4 1249 UCE 33%	
Visão do relacionamento familiar		Imagem do abuso, das consequências e do protagonista		Lócus e a ocorrência do abuso sexual		Revelação do abuso sexual	
χ^2	Palavra	χ^2	Palavra	χ^2	Palavra	χ^2	Palavra
81	Relacionamento	150	Pessoa	101	Semana	74	Disse (eram)
74	Ano (s)	65	Justiça	75	Levar (ante)	64	Falou (ei, ar, a)
69	Filhos	40	Adulto	69	Financeira (anceiramente, al)	56	Perguntei (a, ou, ava)
57	Todos	37	Posse (o, es, ível)	66	Escolar	43	Nela (e)
51	Moram	35	Uma	47	Virgindade	41	Tio
44	Droga	34	Pagar (as, ou, ando)	41	Criança (as), dia	40	Tocar (ou, ado, ando)
41	Bebida	31	Inocente, (ar, ando, ado)	40	Cama	39	Conversar (ei, a, ava)
37	Família	29	Vida (grávida, gravidez)	40	Dormir (ia, e, iu)	27	Delegacia
36	Sobrinho	29	Humano	40	Hora (s), senhora	26	Mandou (ei, ar, aram)
35	Velho	27	Abuso	40	Noite	25	Chateada (as, o)
32	Beber	27	Difícil	37	Casa	24	Chamou (ava, ei, ar)
31	Mês (es)	26	Apoio (ar, á-lo)	35	Deixar (ava, ou)	24	Tentou (ado, ar, ando)
26	Separar (ada, ação)	26	Seja	34	Entrou, Dentro	24	Banho
25	Carinho (oso)	26	Acredito (ar, ita, ava)	34	Carro	22	Irmão
22	Pai	24	Julgada (ar, am, ando)	34	Manhã	21	Tiver
22	Marido	24	Fácil	32	Botava (ando, ou)	20	Bater (ia, eu, e)
21	Normal	22	Sexual	32	Porta, comportamento	20	Irmã (ãs)
21	Sustentar (ava)	22	Advogado	31	Quis (er)	20	Acontecendo
20	Brigar (as, ava)	20	Dói (ido, s, da)	30	Pegar (uei, ou, ava)	18	Pedi (ir, ia)
20	Afastar (aram, ei, ou, ado)	20	Própria (s)	28	Abri (r, ndo)	18	Conselho (eiro)
20	Conhecia (am, mento)	19	Vejo	28	Rede	17	Errado (ada)

Tabela 2 – Variáveis fixas com os dados sociodemográficos das entrevistas semiestruturadas (N=32).

Variáveis fixas			
Idade (ida)	Estado civil (estcivil)	Escolaridade (esc)	Protagonista de abuso (prabuso)
ida_1 (20 a 30 anos)	estcivil_1 (solteira)	esc_1 (ensino fundamental)	prabuso_1 (pai)
ida_2 (30 a 40 anos)	estcivil_2 (casada)	esc_2 (ensino médio)	prabuso_2 (padrasto)
ida_3 (40 a 50 anos)		esc_3 (ensino superior)	prabuso_3 (tio)
			prabuso_4 (avô, irmão, sobrinho, genro, cunhado, enteado)

As classes 1 e 2 ficaram agrupadas e, unidas, formam o grupo “visão psicossocial do abuso sexual no contexto familiar”, enquanto que as classes 3 e 4 foram aglutinadas e denominadas “*Locus* das ocorrências e a revelação do abuso sexual intrafamiliar”.

Baseando-se nos dados expostos na tabela 1, as classes obtidas no dendrograma foram nomeadas com o objetivo de classificar um agrupamento de palavras com um descritor específico, que foi estipulado com base nos sentidos das palavras apresentadas.

4.2.1.1 -Visão psicossocial do abuso sexual no contexto familiar

No grupo contemplado no dendrograma denominado “visão psicossocial do abuso sexual intrafamiliar”, tem-se o agrupamento das classes 1 e 2; da classe 1 foram extraídas as representações sociais das mães das crianças vitimadas sobre o relacionamento familiar, enquanto que da classe 2 foram retiradas as crenças a respeito do abuso sexual e suas consequências, bem como sobre os protagonistas da violência.

Logo, com base nos dados da classe 1, denominada de “visão do relacionamento familiar”, foram selecionadas 1.250 UCE (28% do material analisado), composta por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 81$ (relacionamento) e $\chi^2 = 6$ (conhecia, conhecimento). Os discursos foram os principais responsáveis pela produção de UCE dessa classe, juntamente com as seguintes variáveis: referente a idade (ida_1 na faixa de 20 a 30 anos e na ida_3 entre 41 a 50 anos); relacionada a estado civil (estcivil_2 que é casada); escolaridade (esc_3 é ensino superior) e concernente ao perpetrador do abuso (prabuso_1 [pai] e no prabuso_4 [avô, irmão, sobrinho, genro, cunhado, enteado]) como as mais significativas que emergiram na análise.

Cabe mencionar que, para compreensão da classe 1, é necessária uma análise das UCE, sabendo-se que essa classe contempla conteúdos relacionados ao relacionamento familiar com conteúdos sobre separação, recasamentos, sustento do lar, brigas, envolvimento com bebida e drogas. Sendo assim, serão apresentados abaixo alguns extratos dos discursos das entrevistadas, dentro das subclasses.

Para ilustrar a classe 1 a seguir, encontram-se listadas algumas UCE representativas das subclasses: (i) relacionamento conjugal; (ii) relacionamento parental e (iii) relacionamento com outros familiares.

(i) O relacionamento conjugal

O conflito conjugal foi objetivado nas falas das genitoras abaixo:

[...] sem muitas brigas, mas também com algumas brigas, algumas discordâncias, que somos pessoas totalmente diferentes, porque somos diferentes, então a gente descobre algumas coisas, mas tem uma convivência bem amigável há dez anos.

O meu relacionamento era complicado, tinha medida protetiva pela da lei Maria da Penha pelas agressões, já teve separação antes, durante.

O meu relacionamento com ele era assim, sabe, regularmente a gente tinha brigas, regularmente a gente brigava, não na frente dela, ela veio, ela não morava comigo realmente.

[...] não era muito bom, não vou dizer que era bom não, senão eu estou mentindo, a gente discutia um pouco, às vezes até na frente das crianças e eu sempre falava isso para o meu companheiro que a gente tinha que conversar mais.

[...] ele que saiu de casa, sempre era ele que saía de casa em vinte anos de casados nos separamos oito vezes, da última vez ele saiu definitivamente, mas sempre vinha atormentar, me ameaçava. [...] meu primeiro casamento até quatorze anos foi bom, depois a minha vida foi uma vida de violência.

O senso comum identificado no discurso das mulheres é a vivência de vários episódios de violência física e verbal no sistema conjugal, com conteúdos que revelam como os casais viviam brigando, muitas vezes na presença dos filhos. Essas evidências corroboram com o que

pontua Maida et al. (2005), sobre as genitoras de crianças abusadas sexualmente viverem mais situações de violência com os parceiros que conviviam do que as mães que não tinham nenhum filho vítima de abuso sexual. É possível pensar que elas estivessem enredadas em seus próprios relacionamentos conflituosos com seus cônjuges sem poder superá-los e assim não conseguiram proteger os seus filhos.

Vale acrescentar que o subsistema conjugal é fundamental para o crescimento dos filhos, pois constitui um modelo de como são constituídas as relações de intimidade, isto é, a criança aprende meios de expressar seu afeto, de se relacionar com outras pessoas e de lidar com conflitos de iguais. Portanto, as crianças que são testemunhas da violência conjugal podem desenvolver em suas interações futuras o mesmo modelo aprendido em sua infância (MINUCHIN & FISHMAN, 2003).

Nesse recorte, há evidências de que as crianças que presenciam a violência conjugal enfrentam risco mais elevado de apresentarem ansiedade, depressão, baixo rendimento escolar, baixa autoestima, pesadelos, conduta agressiva e maior probabilidade de sofrerem abusos físicos, sexuais ou emocionais, conforme assinalam Day et al. (2003).

O que se deve frisar com referência ao relacionamento conjugal é que o sucesso de uma união não é alguma coisa “dada”, e sim algo que deriva da valorização de um compromisso de longo prazo e que pede uma atuação conjunta do casal, no sentido de se empenhar a manter a relação, com o comprometimento, o respeito mútuo e o companheirismo, apesar das dificuldades e diferenças existentes (JABLONSKI, 2003). Contudo, nem sempre as expectativas são realistas; crises e conflitos irão surgir decorrentes das frustrações e insatisfações mútuas, como pode ser observado nos comentários das genitoras.

Ressaltam-se relações conjugais marcadas por atos de violência física e psicológica contra as mulheres com a associação de bebidas alcoólicas utilizadas pelos companheiros, conforme evidenciado a seguir:

[...] ele se mostrou uma pessoa totalmente diferente do que eu conheci, fiquei em choque ele era uma pessoa extremamente agressiva, ele bebia chegava dizia que estava em estado de nervos e ele dizia que eu tinha caso com o menino, ele era doente, ele era muito apaixonado. [...] os olhos dele estavam vermelhos de bebida alcoólica ou se ele misturava alguma coisa, por isso me deu esse medo, fiquei com aquela coisa de repente esse homem vai me matar, teve um dia que estava fazendo a comida e ele chegou estava muito nervoso nesse dia ele discutiu comigo por nada e levantou a cama que deu dor na minha coluna e me ameaçou. [...] saí da companhia dele ela não tinha dois anos completo ainda, mas ele me ameaçou diversas vezes que ia me matar.

[...] com o segundo parceiro também foi uma vida de violência no começo, ele era uma pessoa totalmente insegura, tudo ele achava que eu sentia algo pelo meu ex-marido, eu não podia ver meus filhos, nem ter contatos com eles. [...] então no começo realmente existiu violência, maus tratos, depois de um ano que passamos a viver juntos ele deixou, tinha a bebida dele, bebia dormia na casa dos amigos, não aconteceu mais a violência, e tínhamos uma vida mais tranquila compramos uma casa, e foi assim minha convivência com ele, nunca deixou faltar nada para mim sempre me deu o que precisei, ao contrário do meu ex-marido, quando ia pedir algo dele dizia que não tinha.

[...] era ignorante falava palavrões o relacionamento era sem entendimento. O relacionamento entre nós era péssimo não conversava. [...] há dois anos ele bebia muito ficava agressivo nós se separamos e ai ele pediu perdão e voltamos novamente ficou pior aí é que não falava mais nada comigo ele falava que era o jeito dele não tinha diálogo não era amoroso nem comigo.

De modo geral mulheres que tinham companheiros que bebiam eram mais susceptíveis a atos de violência física, os quais propiciavam sentimentos negativos de medo, insegurança, temor pela própria morte, relações passionais com ameaças, logo, esse discursos validam os resultados de um estudo realizado por Kearns-Bodkin e Leonard (2005), que vinculam a violência contra a mulher protagonizada pelo companheiro a utilização de bebidas alcoólicas, trazendo mudanças negativas ao relacionamento conjugal. Os autores verificaram que existe associação entre o uso de bebida alcoólica por um dos cônjuges e a qualidade da relação conjugal. Os resultados revelaram ainda que o comportamento daquele que bebe interfere significativamente na satisfação do casal, pois com o passar do tempo o vínculo afetivo enfraquece devido ao envolvimento com álcool de um dos pares.

[...] nessa convivência de discussão, a gente já chegou a se deixar, mas voltamos era assim a nossa convivência e eu mandei ele embora. [...] o meu companheiro era muito estressado, quando ele chegava em casa ele queria descontar em mim e às vezes até nos meninos que não são filhos dele, a gente sempre não se deu muito bem não, a gente viveu uns dois anos juntos depois a gente casou e a gente está com dois anos de casado.[...] mas eu não sabia e foi até um dos motivos para a gente se separar logo no início e depois que nos casamos ele não usou mais, eu sei por que eu via os dedos dele, eu conheço o cheiro entranhado de cigarro, desde lá ele melhorou bastante. [...] o dinheiro dele rendia mais, até de corpo ele criou corpo, que ele era um homem acabado, seco, a pessoa drogada não come direito, não dormia direito, ele mudou muito o gênio dele.

As representações sociais das mulheres do presente estudo indicam a associação do uso de substâncias lícitas e/ou ilícitas ao comportamento agressivo dos seus companheiros, logo, crenças que corroboram com um estudo realizado por Sadigursky e Magalhães (2002), que

vincularam o consumo de bebidas alcoólicas ou drogas psicoativas como agentes ambientais que predisõem à vitimação de crianças e adolescentes na família ou em relações extrafamiliares. Corroboram também com os estudos de Martins (2010), que concluiu na sua pesquisa que algumas mulheres entrevistadas no grupo intrafamiliar disseram que todas as vezes que seus familiares agressores bebiam as estupravam e batiam nelas.

Em seguida, os conteúdos emergentes nas falas sobre os relacionamentos conjugais foram expressos com comparações entre os antigos parceiros e os atuais:

[...] com meu ex-parceiro era péssimo, baixaria e com o atual é ótimo.

[...] ele é muito agressivo, nunca chegou a me bater, mas praticamente falava bosta.

O teor das falas dessas genitoras do estudo sugere o que concerne aos conflitos conjugais, ofensas verbais, configurando atos de violência moral, legitimando os resultados encontrados por Kronbauer e Meneghel (2005), bem como confirmam Gomes e Freire (2005), sobre a ausência de diálogo na relação conjugal como um dos elementos que interferem na construção da identidade do homem que pratica atos violentos contra a sua companheira, trazendo repercussões negativas para a autoestima das mulheres, tornando-as menos seguras do seu valor e, com isso, elas ficam mais vulneráveis e tendem a sofrer mais com as difamações, calúnias e injúrias perpetradas por seus companheiros.

Verifica-se, no trecho a seguir, a relação conjugal repleta de sofrimentos com atos de violência física e sexual foi objetivada:

[...] com o meu ex-companheiro antes da gente se separar, ele me espancava, me amarrava para manter relações comigo e não era essas mil maravilhas, a gente brigava muito, ele me batia muito, também a gente não vivia, era briga de dia e de noite.

Cabe destacar, que esse enunciado demonstra que algumas mulheres eram vítimas de abuso sexual, o que ratifica as afirmações de Araújo et al. (2004, p. 26) de que “a violência sexual muitas vezes pode acontecer dentro da relação conjugal e, frequentemente, não é considerada como tal pela própria vítima”, e o que Bandeira (2004) chama de estupro marital, reconhecido pela sociedade com a Lei Maria da Penha.

Vale ainda citar relações conjugais complicadas permeadas por ciúmes, conflitos que propiciaram as separações:

[...] no caso o pai dela, era péssimo, porque ele tinha um ciúme doentio, pelo fato de ele ser mais velho e eu muito mais nova, era horrível, um ciúme doentio, era muito complicado, houve a separação.

[...] a gente quase não dormia mais junto, que a gente só se encontrava mesmo para fazer a necessidade mesmo.

Na dinâmica familiar das genitoras foi observada a existência de vários conflitos nos relacionamentos conjugais, além de variada intensidade da expressão de desordem, com disputa entre os casais, até episódios envolvendo violência física e sexual, com um ciclo evolutivo de agressões com ameaças, relações conjugais empobrecidas com falta de diálogo, envolvimento com drogas, uso excessivo de bebidas alcoólicas. Quanto aos fatores que se relacionam com questões sociais, encontram-se as dificuldades financeiras e as mudanças de habitações.

Observa-se pelas interlocuções acima mencionadas que as mulheres deste estudo objetivavam as relações conjugais em convivências conflituosas (discussões, palavrões, bebida, silêncio), ancoradas na violência física e psicológica. Isso evidencia que diferentes membros de uma população estudada partilham efetivamente certas crenças comuns concernentes a uma dada relação social, logo, é importante refletir que as representações sociais (RS) são construídas nas relações de comunicação que supõem referentes ou pontos de referência comuns aos indivíduos ou grupos implicados nessas trocas simbólicas, como destaca Doise (2002).

Em linhas gerais, percebe-se que a representação da violência cometida pelo homem, na visão da mulher, é vista como abuso de poder, como querer dominar, e pelo homem como justificção para manter a dominação na relação conjugal. Assim, a representação social do homem construída pelas mulheres reafirma o lugar de dominação que este ocupa na estrutura das famílias brasileiras, e a prática da violência conjugal traduz a relação de força entre os gêneros (RAMOS, 2003).

Em contrapartida, outros discursos trazem um contraste com os anteriores, logo, ocorre a antinomia de relacionamentos difíceis e outros bons, como segue nos enxertos:

[...] a gente se relaciona bem há oito anos, a gente conversa, o meu esposo é calmo, até agora não mostrou violência.

[...] coisa que o primeiro nunca fez, o meu companheiro é mão aberta uma pessoa que está o tempo todo me orientando, conversando comigo e em pequenas situações que eu não conhecia na minha vida, estou com ele há um ano e seis meses.

O relacionamento era ótimo, vivíamos juntos, me ajudava a pagar o colégio dela, levava ela para a escola, passeávamos muito.

Nota-se nessas narrações um sentimento de ambivalência frente ao afastamento do ex-companheiro, protagonista de abuso sexual, aparentemente considerado a única pessoa que pode ajudar financeiramente.

Apesar de a maioria das entrevistadas demonstrarem muito sofrimento e se mostrarem desesperançadas com seus relacionamentos, elas tinham se separado de cônjuges violentos e formaram novas relações afetivas, muitas vezes também intrincadas em situações de violência. Isso justifica os achados nas pesquisas de Marques (2005), Barcellos (2003) e Day et al. (2003), os quais encontraram alguns dos motivos alegados por mulheres para a manutenção de relações conflituosas: amor pelo parceiro; esperança de algum dia ele modificar suas atitudes violentas; cuidado com os filhos; dependência econômica; valores sociais, como não querer ser mãe solteira; medo e compaixão pelo companheiro.

Por conseguinte, compreender a relação dessas mulheres com seus parceiros e as escolhas conjugais implica em saber que o processo de seleção de um cônjuge é delineado ao longo do desenvolvimento do sujeito, no qual ele forma o seu repertório de comportamentos, de crenças sobre si mesmo, fazendo com que suas escolhas sigam na direção daquilo que lhe é familiar ou de contraexemplos familiares. Nos casos mencionados, pode-se pensar que essas mães procuraram e encontraram parceiros que repetem o modelo de abandono e violência vividos nas suas famílias de origem, como aduz Bitencourt (2000).

Percebe-se, nessa subclasse, a existência de constructos com divergências sobre a representação dos relacionamentos conjugais, o que indica que a sociedade é um sistema de relações caracterizado por diversas alternativas, onde cada indivíduo tem uma inserção específica no campo social. Essa pluralidade explica a variedade de expressões individuais de uma dada representação, o que implica que a noção de representações sociais não pode se limitar a um conjunto de crenças e opiniões consensuais sobre um objeto social, mas deve mostrar como,

através da diversidade de opiniões, manifestam-se seus princípios de organização, como pontua Doise (2002).

(ii) Relacionamento parental

As genitoras ancoraram seus comentários sobre as relações envolvendo antinomias, constituídas de falas representando bons momentos *versus* conflitos permeados de ciúmes nos relacionamentos dos seus companheiros com os seus filhos conforme as objetivações a seguir:

[...] ele com meu filho, ele passa tudo aquilo que ele deveria passar para os que estão distantes para o meu filho, é muito bom, ele se preocupa bastante. [...] eu achava que a princípio o meu marido não ia ter meu filho como filho.

O relacionamento do meu atual com ela é legal, ela gosta dele, ele conversa com ela, mas ele não convive muito com ela porque ela fica mais lá na avó dela e como a gente mora de quarto alugado não tem onde ela brincar, mas o relacionamento dele com ela é bom, meus filhos também, ele conversa, ele é uma pessoa de conversar muito e leva eles para brincar, brincar de bola, leva eles para algum canto para passear.

[...] eles gostam dele, meu filho mais novo adora brincar com ele, sai para passear com ele, normal não tem o que falar dele, o relacionamento entre eles é maravilhoso.

[...] em relação aos meus filhos sempre foi uma coisa natural assim de verdade eu não via nada de anormal naquilo, e sinceramente eu nunca esperei isso.

[...] eles não se falavam, ela nunca gostou dele, quando ela foi morar com a gente, tinha dez anos de idade até ano passado quando minha filha estava lá comigo de novo, ele queria matar a gente.

A minha filha tinha ciúme do meu companheiro, como qualquer criança tem ciúme do companheiro da mãe. O meu companheiro não gostava de estar de chamego com a minha filha, nada de agarração.

[...] ele sempre foi assim ciumento, ela arranhou marido e foi morar na casa dela, e a outra foi crescendo, depois foi com ciúme com a outra caçula, e a outra foi crescendo ficou moça ai começou o ciúme dele com ela.

[...] ele não gostava muito dela no começo, um amor de pessoa com ela, mas depois começou a mudar por que ela é morena e ele é branco, começou aquele atrito entre ele e ela, e ela não gosta dele e nem ele não gosta dela.

É o pai da minha filha, normal, uma relação normal, decidia ser pai, imagina tinha dias em que a minha filha não queria ir, de um tempo para cá a minha filha não queria mais ir com o meu ex-marido e eu forçava. [...] de um tempo para cá meio que passou a idolatrar. E às vezes eu me sentia até honrada, poxa que amor é esse que esse homem sente.

Há referências ainda de conflitos familiares intrincados em relações entre pais e filhos permeadas por violência, gerando medo, confusões e culminando em processos de separação, conforme as objetivações descritas a seguir:

A minha filha tem muito medo do pai dela, ela fica meio apavorada, ele é muito agressivo, começou a se afastar mais dela, ele não queria muito contato com ela, ele começou a dizer para ela não chamar ele de pai, que ele não era pai dela, começou aquela confusão, então preferi logo de uma vez separar do que criar de até dela se revoltar e fazer coisa pior.

[...] a gente se desentendeu, por causa que ele começou a tratar ela mal, com ignorância e a família dele também, como não é filha dele. [...] com meu segundo parceiro eles também não tinha um bom relacionamento porque todos eles se sentiram enciumados, eles achavam que esse rapaz me tirou deles, tirou o meu direito de ser mãe, eles nunca aceitaram, ele era mais novo que eu.

O meu relacionamento com a minha filha sempre foi o melhor possível ela é mimada, sentia que as crianças precisavam de carinho, pois saía às quatro horas para trabalhar e voltava só à noite e percebia essa carência de afeto, as coisas com relação às crianças ele só queria resolver batendo nas crianças se uma das crianças pedia uma fruta e se não tivesse mas a criança insistisse ele queria que eu batesse logo na criança. Falei para ele que não iria fazer nada com a minha filha do jeito que ele queria que era com peia nas crianças.

[...] me incomodava muito a relação dele com meus filhos, tanto que é por isso que eu procurei me dedicar muito aos meu filhos porque eles não tinha o carinho do pai. [...] ele nunca foi um pai presente não dava carinho, ele não procurava saber o que os filhos queriam se estavam procurando alguma coisa eu fui a mãe e o pai deles. [...] meus filhos todos se afastaram dele. [...] ele cobra tanto dos filhos o que ele não pode, eu digo para ele que para você cobrar você tem que saber ser pai, tem que ter moral, mas o papel que você faz não tem moral. [...] porque eu nunca devia ter deixado meus filhos com um homem irresponsável, eles só não passavam mais necessidades por causa do meu filho mais velho que trabalhava, ele queria que os meninos dessem um salário para ele que não tem precisão porque tem o trabalho dele.

Todas essas interlocuções evidenciam as dificuldades que as mães têm em se dedicar aos filhos, exercendo uma dupla função (materna e paterna) denunciando a falta de tratamento afável do marido e a culpa por ter abandonado suas crianças, denotando um esgarçamento dos vínculos parentais devido à separação conjugal, que pode contribuir para o risco da ocorrência do abuso sexual intrafamiliar, como valida um estudo realizado por Borges (2007), no qual meninas sem

ligações afetivas e sem cuidadores, de pais separados, ficam mais expostas pela entrada de um novo companheiro violento, ou por ficarem mais horas sob a guarda de um cônjuge perpetrador de violência, ou ainda por serem cuidadas por outros familiares ou por uma família substituta, que não as protejam de serem sexualmente vitimadas.

Em outro trecho referente à relação parental, ficam evidentes as atitudes violentas do pai com os filhos, que foram motivos da separação desta mulher deixando os seus filhos sob a guarda do ex-marido:

[...] eles não dão trabalho para ele como ele dá para os filhos, ele bebe chega em casa bêbado e é violento, briga, xinga, e hoje eu estou abrindo mão de tudo para ter meus filhos de volta.

Nesta interlocução supracitada, a mãe assume o seu desejo de se dedicar aos filhos e romper o relacionamento com violência no sistema parental. Essa genitora afirmou que o ex-marido bebe e tem atitudes violentas, percebe-se uma correlação da bebida alcoólica como um fator desencadeante da violência contra seus filhos. Para Moura e Lefevre (2010) o álcool pode aumentar a irritabilidade, reduzir o autocontrole e a capacidade cognitiva, mas no imaginário coletivo está presente a imagem de que a substância é “responsável” pelos episódios violentos.

No entanto, em famílias de alcoólatras, as fronteiras no subsistema conjugal podem estar emaranhadas ou serem rígidas, em que o subsistema parental (mãe-filhos) tende para o emaranhamento enquanto as crianças são pequenas, e nisso o pai pode assumir uma posição desligada em relação aos filhos. Por sua vez, o casal deve conseguir uma fronteira que o proteja da interferência das exigências e necessidades de outros sistemas, e os cônjuges em particular devem criar um território psicossocial onde possam apoiar um ao outro. No entanto, isso raramente acontece nos casais onde um dos elementos é alcoólatra (SOUZA, 2008).

Não obstante as falas das genitoras fazem referência aos protagonistas dos abusos sexuais, os quais eram padrastos e tratavam as meninas com violência física e psicológica, logo, esses homens negam o interesse pelas crianças, fato comum segundo Scodelario (2002), que afirma que o perpetrador de abuso sexual geralmente deprecia a pessoa que foi vitimada, expressando verbalmente que ela é desinteressante, feia e sem qualidades, isso lhe favorece na manutenção do controle e do poder sobre a vítima, que se sente acuada. Verificam-se a seguir trechos referentes ao tratamento que esses homens dispensavam às enteadas:

O relacionamento de pai não existia com a minha filha somente com o filho dele, chamava a minha filha de olho de boi.

[...] ele era bastante agressivo com essa menina de nove anos, a mais velha, com ela, ele era bastante agressivo com ela, muito ignorante, já com os outros não era tanto, mas com ela era mais.

Vale acrescentar que há narrativas nas quais as genitoras sugerem o predomínio de dificuldades de convivência permeadas por revelações *versus* segredos, vínculos protetivos com um filho em detrimento de outro, enfim, ambigüidades nesses sistemas parentais, como pode ser evidenciado nas falas abaixo:

[...] meu filho sempre morou comigo por temporadas, por temporadas. [...] ele não me esconde as coisas, nota baixa, tudo ele me fala, poxa pensei que ele ia me falar. [...] eu não sabia dessa portinha do meu filho que o meu filho escondia, não sabia que era um fato novo, poxa vida, como eu não conheço o meu filho direito.

A citação acima retrata a pouca convivência com o filho porque ele morava com a avó, denota ainda a dificuldade de sua criança em revelar as situações abusivas, fazendo uma comparação com o segredo não revelado como uma porta escondida, assim a situação de violência intrafamiliar produziu marcas que impossibilitaram a revelação do abuso sexual, ao mesmo tempo em que compreende que não conhece o seu filho.

O meu esposo e os meus filhos se relacionam bem, só não o mais velho que não é filho dele. [...] é que nem pai o meu filho tem, eu sou mãe e pai e os outros têm pai. Dizem que eu gosto mais dele que dos outros, mas tudo é filho e eu trato todos do mesmo jeito, eu gosto de cada um deles.

Foi possível verificar nos trechos supracitados que a mãe justifica que o filho mais velho não se relaciona bem com o padrasto, e nega a sua preferência pelo progenitor que foi o protagonista de abuso contra o irmão. Nota-se que essa genitora não conseguiu estabelecer as interdições, os limites e as leis impostas por nossa cultura com o intuito de coibir o abuso sexual entre irmãos e promover os cuidados e a proteção, pois não fez a notificação da violência perpetrada pelo filho mais velho contra o caçula.

Quanto a essa questão do abuso sexual entre irmãos, chama a atenção que é ainda mais subnotificado do que entre pais e filhos, logo, os familiares e outras pessoas da circunvizinhança em dificuldade em notificar, conforme descrevem Caffaro e Conn-Caffaro (2005). Assim, alguns

estudos recentes têm explorado o protagonista como irmão da vítima, embora esse grupo apareça mais especificamente nos abusos perpetrados por adolescentes contra crianças (WORLING, 2001).

(iii) O Relacionamento com outros familiares

Quando as mulheres se referiram ao relacionamento com outros familiares como as irmãs, irmãos, pais e tios, objetivaram seus discursos em expressões com antinomias de revolta *versus* ajuda, amparo que tiveram após a ocorrência dos abusos sexuais contra seus filhos:

[...] esse acontecimento interferiu no relacionamento da família toda, as minhas irmãs é que me prestaram ajuda, meus pais souberam, mas como moram no interior não tem como ajudarem muito.

[...] foi a minha irmã que tava comigo resolvendo esses problemas, só que, depois disso, eu fui morar com a minha irmã, até quando ele foi preso.

[...] meu irmão ficou revoltado, minha minhas tias ficaram tudo revoltadas, o meu pai, todo mundo ficou revoltado, porque eles conviviam com aquele cabra dentro de casa, dentro da minha casa.

[...] lá em casa todo mundo ficou revoltado com o meu ex-marido, até meu irmão também queria brigar com ele, aí eu falei não, não perde teu tempo não porque eu vou brigar com ele e vai ser na justiça.

[...] a minha família por parte de mãe me orientou, minhas irmãs ajudaram.

É possível afirmar que a rede de apoio das irmãs pode atuar como um moderador, auxiliando a mãe frente a essa situação de ter uma criança vítima de abuso sexual. De acordo com o estudo de Plummer (2006), mães que receberam apoio de pessoas próximas apresentaram mais ações de proteção do que aquelas que não tiveram alguém para compartilhar esse problema.

Em contrapartida, em antinomia às relações difíceis, outras falas objetivaram relacionamentos normais com os seus familiares com a conservação da união familiar, mas não tiveram coragem de contar sobre a violência sexual sofrida por filhos, logo, há manutenção do segredo, como segue nos trechos:

O meu relacionamento com as minhas irmãs, meu cunhado e meu sobrinho é normal nem conta, minha família não sabe, quanto à do meu marido, tem prevenção sim, ele acha que vão ficar contra ele, eles acham que eu estou mentindo.

Graças a Deus que não gerou nenhuma desunião entre a família, entre eles lá, e da minha família com quem eu tenho mais contato é com o meu pai, mas nem meu pai sabe disso, eu ainda não tive coragem de falar para ele.

Segundo as falas das mães que tiveram seus filhos abusados por familiares, observou-se a dificuldade em comentar ou revelar a outros membros da família sobre a violência sexual sofrida por suas crianças, isso reporta à necessidade dessas mulheres em manterem sigilo, emerge o sentimento de vergonha e culpa diante da possibilidade de serem julgadas e assim provavelmente não contam com o apoio e a credibilidade do sistema familiar diante dessa situação de conflito.

Nessa mesma linha de pensamento, cabe citar o estudo de Steel et al. (2004) sobre a percepção das crianças vítimas de abuso sexual e de suas mães sobre o apoio recebido por parte de seus familiares, tendo o amparo recebido ter sido mencionado como um mediador das consequências negativas para a família.

Na classe 2, cujo conteúdo temático foi denominado de “representação social do abuso, das consequências e do protagonista”, o programa elegeu 1.245 UCE (24% do material analisado) e teve em sua composição palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 150$ (pessoa) e $\chi^2 = 19$ (veja). Vários discursos foram responsáveis pela produção de UCE dessa classe, e as variáveis: referente à idade (ida_2 com faixa etária 31 a 40 anos); relacionada a estado civil (estcivil_1 que é solteira); escolaridade (esc_3 que é ensino superior) e concernente ao protagonista do abuso (prabuso_4 (avô, irmão, sobrinho, genro, cunhado, enteado)) são as mais significativas que surgiram nos resultados processados no programa.

Por conseguinte, para a apreensão da classe 2 é necessária uma análise das UCE, compreendendo que essa classe 2 agrupa conteúdos relacionados à representação social do abuso, imbricado com as consequências, e a visão das participantes acerca do protagonista, gerando a expressão de sentimentos como ódio, dor, vingança, injustiça, e inclusive a incapacidade de expressar em palavras o significado de abuso. Além disso, constata-se também que o fato de se sentirem apoiadas por Deus para dar sustentação às suas vidas e terem o amparo da justiça divina devido ao descrédito na representação jurídica. Dessa forma, para ilustrar o contexto dos

discursos das mães, apresentam-se a seguir os trechos das falas atrelados em subclasses representativas.

Vinculados à classe 2, seguem os enxertos relacionados às UCE nas subclasses: (i) definição de abuso; (ii) consequências físicas; (iii) consequências intrapessoais; (iv) consequências interpessoais; (v) descrença na justiça e o suporte em Deus; (vi) falta de condições financeiras e (vii) percepções sobre o protagonista do abuso sexual.

(i) Definição de abuso sexual

Os extratos abaixo representados, os quais foram retirados das falas das mães exprimem ideias de não entendimento sobre a construção social do tema abuso sexual e das vítimas serem crianças, logo, assim revelaram:

[...] porque para mim é inadmissível, eu não consigo entender porque um ser humano tem a capacidade de fazer uma coisa dessas com uma criança, porque é inocente e meigo, não tem maldade. [...] uma criança é tão meiga porque acontecer tudo que acontece.

[...] é uma coisa que eu não entendo até hoje, por que como é que você pode abusar de uma, uma criança inocente, uma pessoa que não tem a mínima proteção de nada, que não tem aquele, aquela coisa assim que vai eu vou contar, eu vou proteger.

O abuso sexual, para mim hoje é uma coisa muito horrível é uma coisa que eu não entendo até hoje, por que como é que você pode abusar de uma, uma criança inocente, uma pessoa que não tem a mínima proteção de nada.

Foi possível verificar a complexidade em compreender os atos de violência sexual contra uma pessoa imatura como é uma criança. De fato, uma característica própria da infância é uma grande dependência física e emocional em relação ao adulto, bem como formas de pensar, verbalizar e formas de defesa primitivas, tornando-as mais vulneráveis aos atos de violência mais sutis, porém não menos danosos, como aduz Gonçalves (2003).

É imprescindível para a criança ser reconhecida e respeitada pela família e sociedade, isso é o protótipo, o modelo ou matriz icônica, conforme a concepção proposta por Moscovici (2009). É com base nesse padrão que, durante o processo de formação do senso comum, o grupo de mães ancorou a representação social da violência sexual contra seus filhos. Essa imagem está fundamentada nas suas crenças, nos seus pensamentos e na sua expectativa de que a criança,

como um ser dependente de uma pessoa adulta cuidadora, colheria o amor, o carinho, a atenção, a proteção e uma boa orientação com direitos e limites bem delineados para sua trajetória de vida. No entanto, ao se deparar com as vivências dos atos violentos sofridos pelos seus filhos, essas genitoras expressaram o não entendimento de ter crianças vitimadas por violência sexual.

Algumas genitoras revelaram nas suas falas a impossibilidade de representarem o abuso sexual, logo assim há que se acrescentar que o abuso sexual implica em algo da ordem do traumático, do que não pode ser representado e, por isso mesmo, ocorre a resistência em ser expresso em palavras, como afirma Inoue (2007). A condição de subjetividade dessas mães em si fica ameaçada e fragilizada como efeito da situação abusiva, na medida em que se sentem incapazes de qualquer possibilidade de entender os atos violentos sofridos por seus filhos.

[...] é assim eu ainda não consegui defini-lo assim ainda está meio uma nuvem pairando sem, sem definição por enquanto.

O abuso sexual para mim é, não sei nem o que dizer. [...] abuso para mim, eu não sei nem o que dizer sinceramente.

Em contrapartida, há uma conceituação definindo o abuso sexual, objetivando-o com impressões sensoriais e associando-o como intrafamiliar e não extrafamiliar. Além disso, nota-se em outro comentário o abuso sexual compreendido como uma ocorrência que não iria acontecer dentro da família, depois a afirmação de que cotidianamente várias genitoras vivenciam a mesma experiência de ter um filho vitimado, como segue nessas falas abaixo:

[...] o abuso é aquele negócio que você, que você vê, que você faz, que toca você, que você não pode fazer nada, é o que acontece dentro de sua família.

É uma tragédia horrível, horrível mesmo, não desejo isso a ninguém achei que eu nunca ia passar por isso, mas eu estou passando por isso. [...] também vejo que não só eu que sofro com isso, existe milhares de pessoas, de mãe que passa por isso, estão passando, por que todo dia acontece todo dia, todo dia, então não sou a única.

Revela-se outro comentário de uma mãe, quando respondeu sobre o que lhe vinha à mente quando era falado o tema abuso sexual – logo se referiu ao fato de ter sofrido três episódios abusivos na sua infância e adolescência, os quais ela nunca divulgou como segue:

[...] eu tenho trinta e seis anos e já tive três tipos de abusos sexuais na minha infância e adolescência e sei muito bem como é isso, o que acontece.

Nesse comentário, a mãe afirmou ter sofrido abusos sexuais na infância e adolescência, nota-se que ela nunca teve coragem de falar sobre o que ocorreu com ela, mas somente depois da violência sofrida por sua filha, conseguiu contar sobre os episódios violentos que sofreu.

Esse fato de divulgar a ocorrência da violência sexual depois de muito tempo transcorrido difere de algumas crenças que a sociedade americana sustenta sobre o abuso sexual, que, segundo Shackel (2008), são: a) que a demora entre a ocorrência e a sua divulgação por parte da vítima ocorre em curto espaço de tempo; b) que as crianças fogem e mostram-se geralmente com muito medo dos protagonistas de violência; c) que as vítimas, frequentemente, manifestam claramente comportamentos de terem sido abusadas sexualmente; d) que na maioria dos casos foi utilizado o uso da força física e relações sexuais com penetração, e e) que sempre haverá necessariamente vestígios físicos.

(ii) Consequências físicas

Nas falas abaixo percebe-se a antinomia de descrença e a crença da ocorrência de abuso sexual contra os seus filhos, isto dependendo da evidência física comprobatória. Em contrapartida, há um comentário que agrega o desvirginamento da filha como uma subtração furtiva da inocência e da sanidade mental da criança, bem como outro enxerto comentando sobre o abuso fisicamente invisível:

[...] a madrinha mentiu para mim dizendo que tinha exames em mãos disse que a menina tinha duas rompiduras, eu não sabia nem o que era rompiduras, depois que fui entender ao longo desse processo, mas na verdade era tudo mentira tudo para tirar a menina de mim, se a madrinha queria minha filha porque a madrinha não chegou comigo e falou, não tivesse que incriminar uma pessoa inocente. [...] o único problema de saúde que a minha filha teve dessa foi infecção urinária que já estava afetando o rins dela.

[...] olhar para minha filha e saber que foi roubada a virgindade dela, foi roubada a infância, foi roubada a saúde mental.

[...] ele não chegou às vias de fato graças a Deus, mas ele abusou.

Verifica-se nos extratos citados que as genitoras não fazem nenhuma alusão à possibilidade de a criança ter sofrido uma violência psicológica, logo, o dano físico grave seria o rompimento do hímen e, em decorrência, suas filhas estarem desonradas perante a sociedade.

Em contrapartida, há que se considerar que nem sempre o exame físico descarta a possibilidade de a criança ter sofrido o abuso sexual, mas a inexistência das evidências físicas pode ser o resultado de uma elasticidade da membrana himenal ou a rápida cicatrização dos tecidos anal e genital, logo, é importante destacar a raridade em encontrar sinais visíveis em pacientes pediátricos vítimas de violência sexual (SALVAGNI & LUESKA, 2011).

Segundo Inoue (2007), a maioria das mães acredita haver gravidade da violência sexual quando ocorre o intercurso genital entre a vítima e o protagonista com o rompimento do hímen, indicando assim que houve um contato sexual com penetração, causando dores, desconforto e mesmo dilaceração nos corpos infantis, os quais não estão preparados para o ato sexual. Outro fato a considerar é que ainda na atualidade existe nas sociedades patriarcais e machistas a condição de virgindade como garantia a uma futura união estável.

Cumprido mencionar as consequências dos abusos sexuais sofridos pelas crianças com graves evidências físicas, como segue nos relatos com vozes com uma forte entonação de revolta e raiva, como segue abaixo:

O meu filho só vivia doente, meu filho vivia internado lá, só que o meu filho vomitava muito, o meu filho era fraco, vivia com diarreia, só que ninguém percebia, vivia internado, quando eu ligava para lá.

[...] o meu ex-marido masturbou a minha filha, ficou em carne viva, negra, do jeito que ele fazia comigo, a minha filha tinha vômitos, náuseas tinha que fazer banho de assento para recompor a flora da minha filha.

[...] foi horrível ela ficou muito mal além dele fazer, ele agrediu minha filha.

Nota-se que as condições físicas principalmente quando há penetração genital são frequentemente usadas pelas genitoras nas suas falas para dar significado de agravamento da violência sexual de modo geral, enquanto que, para os profissionais das áreas da saúde e psicossocial que conhecem o conceito de gravidade, consideram-se outras consequências relevantes, como as emocionais e sociais nas ocorrências de caso de vítimas sexuais.

É conveniente considerar, segundo Inoue (2007), que a avaliação da gravidade da violência sexual deve ir além dos aspectos físicos, mas sim compreender o estado emocional e investigar a relação da vítima com o perpetrador, do nível de intimidade, dos papéis de autoridade, de responsabilidade de proteção e afeto e de suas consequências, que muitas vezes são invisíveis a olho nu e se desvelam a curto, médio ou em longo prazo.

Mesmo que a violência sexual exista, isso não implica que tenha havido contatos físicos ou sinais evidentes, que envolvem traumas nas regiões genital, anal, retal, nos mamilos, nas nádegas, baixo ventre e coxas, com ardência, dor ou prurido, além de infecções, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez (SANDERSON, 2005). A peculiaridade do abuso sexual reside no fato de não existir, muitas vezes, provas físicas de sua ocorrência e pela justificativa do protagonista em argumentar que não forçou a criança a realizar nenhuma prática libidínica, como pontua Padilha (2002).

Nesse recorte, em uma pesquisa realizada por Habigzang et al. (2005), em 94 casos de violência sexual infantil, as autoras verificaram que a forma de violência sexual perpetrada contra as vítimas, na maioria dos casos, foi sem penetração, seja pelo coito anal ou vaginal, fato que suscita que a preferência do protagonista pelos atos libidínicos se justifique em razão de este tipo de violência dificilmente deixar evidências ou sinais físicos aparentes, evitando-se, assim a possibilidade de comprovação e culpabilização. As principais categorias obtidas nesse estudo foram o agressor esfregar-se no corpo da vítima ou passar a mão pelo corpo (39%), sexo vaginal (28,6%), tirar as roupas (27,3%), coito anal (24,7%), prática oral (19,5%), exibicionismo da genitália (15,6%), assédio sexual (14,3%), masturbação da vítima pelo agressor e vice-versa (13%).

(iii) Consequências intrapessoais

Essa subclasse de consequências intrapessoais é constituída pelo maior número de citações das mães, cuja autculpabilização pela ocorrência do abuso sexual sofrido por seus filhos se manifesta em alguns trechos abaixo:

(...) eu me senti culpada por isso, porque querendo ou não eu tive uma parcela de culpa, deixei meus filhos que precisavam de mim, a procura de um emprego.

Ao se refletir sobre a culpabilidade da mãe que sai de casa para trabalhar e deixa as crianças sozinhas, nota-se que este é um sentimento comum, segundo Barbosa e Rocha-Coutinho (2007), pois o fato de as mulheres trabalharem fora do domicílio acarreta como consequência o sentimento de culpa e então surge a necessidade materna de compensar seu afastamento em relação aos seus filhos.

[...] já me culpei por isso, sabe, porque a nossa relação foi muito difícil, as pessoas que eu converso, acham que foi tão difícil que ele estuprou a filha.

[...] fiquei mal, arrasada porque você vê que a culpa é sua.

[...] eu tento até me tirar um pouco de culpa porque a gente se sente até culpada, por não poder estar ali e ajudar.

Atribui-se ao papel de mãe realizar os cuidados e a proteção dos filhos, renunciando, quando necessário, o desvelo consigo em detrimento do exercício da maternidade, como ressaltam Mello e Dias (2004). Em vista dessas cobranças quanto à função materna e considerando como predicados básicos os atos de cuidar e oferecer segurança, a genitora de uma criança vítima de abuso sexual dentro da família comumente se culpa por não ter protegido seu filho (MENDONÇA, 2002).

As falas das mães refletem o sentimento de culpa, que, segundo Hardy (2001), anda de “mãos dadas” com as genitoras. Logo, esse sentimento se tornou uma emoção naturalizada, transformando a maternidade num campo minado, sobre o qual a mulher caminha, sem dispor ao menos de um mapa que a guie, sentindo que transgrediu as formas aceitáveis de condutas estabelecidas pela sociedade, sendo, assim, merecedoras de punição. Essa autoavaliação negativa, emergidas por meio de comportamentos de culpabilidade, se manifesta porque as genitoras se sentem inferiorizadas, expostas e degradadas perante o meio social, o que insufla nelas tensão, remorso e pesar, que motiva uma atitude reparadora por não serem perfeitas, segundo Sanderson (2005).

Nessa perspectiva da visão de ser uma mãe perfeita, foi realizado por Carvalho et al. (2009) um estudo no qual as participantes relataram a culpa como grande responsável pelo sofrimento, arraigada ao forte elemento cultural da “perfeição materna”. Logo, essas normas implícitas e explícitas advindas da utopia da genitora ideal, mesmo quando não convertidas em

práticas, são assimiladas como regras confiáveis para o desempenho da função materna, que é relacionada a esquemas referenciadores que não só abalizam como, acima de tudo, normatizam essas vivências através de regras estabelecidas, cujo rompimento mobiliza sentimentos e sensações tais como frustração, angústia, culpabilização e impotência, conforme Santos et al. (2003).

Em face do sentimento de culpa, foi sensível o desespero materno expresso pelas declarações de ideias de vingança, como pode ser observado nos seguintes relatos:

[...] sinto vontade de castigar aquela outra de um jeito tal qual ele possa querer que jamais fazer aquilo novamente. [...] porque eu tenho coragem de matar essa pessoa literalmente, eu juro para traz tudo eu sou capaz de matar pela minha filha. [...] a primeira vontade que dá é de matar a pessoa, você quer esganar.

[...] devia ser excluído da face da terra essa pessoa, é uma pessoa que está fazendo mal para uma criança.

[...] eu tenho raiva de quem faz isso com uma criança, hoje em dia acho que isso era para existir prisão perpétua para matar.

[...] na minha revolta disse a ele que Deus me livre que se eu visse ele, a minha atitude seria de dar pelo menos um murro na cara dele.

As mães ancoraram suas representações numa ação vingativa aos protagonistas de abuso sexual sofrido por seus filhos, logo, verifica-se a expressão de um ato ressentido e amargo. E como bem aduzem Eizirik e Trevisan (2006), a vingança ressentida necessita de tempo, é estratégica, e, com o passar do ocorrido, causa cansaço e, por fim, torpor. Envenena de tal maneira a consciência, que ela, ao invés de paralisar, agita-se compulsivamente em uma infinita excitação pelo justo e pelo correto.

É bem verdade que na Idade Média era frequentemente permitida a vingança, mas atualmente, nas sociedades modernas, a violência legítima é centralizada, cabendo somente ao Estado sob a égide da justiça, que é a única organização social que possui essa prerrogativa em seu território (SABADELL, 2002).

Abaixo configuram-se nos depoimentos das mães os sentimentos de ódio, repulsa, muitas vezes revelada enfaticamente com revolta, culpa, dor, tristeza, sensação de impotência, pesadelos, traição e autoimagem negativa:

[...] para mim é muito doído. [...] dói muito, dói dentro de mim. [...] sinceramente é muito triste, muito doído. E dói na alma, dói na alma da gente, dói na alma, dói, a gente como mãe que ama o seu filho, dói na alma, porque só quem passa a dor é quem sabe, sabe dói a alma. [...] eu fiquei nervosinha com aquela situação e chega a doer a alma por dentro, Deus o livre, você se deparar com uma situação daquela ali e muito difícil.

[...] que eu sinto me senti a pior pessoa do mundo, que você confiar numa pessoa e você vê que ela está maltratando a sua filha, você vê que ela está fazendo isso com a sua filha. [...] vê a sua vida desabar, seu mundo desabar eu estou sem chão, eu trabalho porque é necessário trabalhar porque ela está comigo, mas não tenho vontade de fazer nada.

[...] eu tenho ódio eu não consigo ver isso. [...] e eu tenho uma revolta uma repulsa, quando eu vejo isso me dá um ódio. [...] isso me revolta muito essa é a questão. [...] é como se ele estivesse destruído tudo aquilo que eu imaginei que eu pudesse ser.

(...) só que é uma tristeza muito grande que eu sinto.

(...) uma vez acontecido fica sempre na mente, uma coisa que fica guardada, são mágoas guardadas, rancor.

[...] eu me sinto traída, me senti traída por ele ter invadido nossa, ele poderia ter me dado uma surra, ele poderia ter me roubado, ele poderia fazer qualquer coisa comigo e com o tio dele, não com meu filho, eu me sinto, me sinto traída.

[...] eu tenho muitos pesadelos à noite, eu lembro e sonho. [...] um trauma é complicado demais, e eu acho que é a pior experiência, que eu estou passando, é pior do que a morte do meu filho.

Nos relatos acima se evidencia a existência dos sentimentos de revolta, impotência, mágoas, rancor, são as dores da dificuldade de superação sentidas pelas mães das crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar, porque são mulheres que convivem com a ideia de não terem podido evitar o sofrimento dos filhos, ou seja, protegê-los, impedi-los de vivenciar os danos psicológicos de serem abusados sexualmente.

Os efeitos descritos nessa subclasse denotam o impacto da violência sexual experimentado pelas genitoras, os quais envolvem estados emocionais de culpa, impotência, tristeza, ódio, vingança, dor, revolta, mágoas, rancor e sentimentos de inferioridade.

Na literatura encontra-se ainda referência ao desrespeito a si mesmo, ansiedade, depressão, timidez, ideação suicida ou homicida, sentimento de impotência, desamparo, apatia, abuso de substâncias químicas, automutilação, comportamentos obsessivos compulsivos, queda

no rendimento laboral ou acadêmico, a revivência da situação traumática, a sensação de entorpecimento e a evitação de atividades que recordem essa experiência. Esses sintomas podem ocorrer de forma aguda ou crônica frente à situação de testemunhar ou ser informada sobre o abuso sexual de suas crianças (AMENDOLA, 2004; SANDERSON, 2005; DATTILIO & FREEMAN, 2005).

Por outro lado, Inoue (2007), em seu estudo, observou que, com o transcorrer do tempo, as oito mães que tiveram suas filhas vítimas de abuso sexual apresentaram melhora nos sentimentos de raiva, revolta, tristeza e vergonha, mas em nenhum dos casos as genitoras referiram-se ao sentimento de recuperação completa das consequências advindas da violência.

(iv) Consequências interpessoais

Essa subclasse envolve comportamentos manifestos, emoções e sentimentos vivenciados pela pessoa e que estejam relacionados à dificuldade de interação e qualidade dos relacionamentos com os outros. Sintomas como a inibição social, interações dependentes e hostis, medo de intimidade, contato físico e sexual contra outras crianças são as alterações emocionais e comportamentais mais frequentes entre as vítimas de abuso sexual (NEVES et al., 2006; SANDERSON, 2005).

Destarte, assim algumas falas expostas a seguir denotam um sentimento de desconfiança e emergiu uma preocupação nessas mulheres em estabelecer novas relações afetivas, logo, o desejo intenso dessas genitoras de proteger seus filhos torna-se, inclusive, um bloqueio para que elas reconstruam suas vidas e seus relacionamentos amorosos. O que se salienta é uma dificuldade enorme de voltar a acreditar nos homens:

[...] hoje eu não tenho ninguém por medo de alguém vim a abusar da minha filha e já aconteceu, e por isso eu não quero ninguém tenho um pavor devido a tudo o que eu passei.

[...] eu fiquei com uma sensação de que ninguém mais presta nesse mundo, não tenho mais confiança em ninguém, eu não confio mais em ninguém depois disso tudo.

[...] hoje eu não sinto mais vontade de ficar com ninguém, não tenho vontade de manter relacionamento.

[...] não quero mais ninguém convivendo comigo, essa é uma decisão minha, eu não vou voltar atrás porque não vale a pena abrir mão do amor dos seus filhos para viver com homem, eu não quero mais ninguém, foi um erro.

A desconfiança agora com todo o mundo, a gente não confia mais em ninguém, não confia mais em ninguém, fica aquele negocio, será que vai acontecer de novo, será que vai acontecer a mesma coisa, a gente já não confia mais em ninguém.

Hoje eu estou uma pessoa desconfiada, para mim ninguém tem credibilidade principalmente os homens.

Essas falas das mães acima permitem compreender que alimentam os sentimentos de desconfiança para com os homens, pois emerge o medo de expor seus filhos a novos episódios de abuso sexual intrafamiliar. Desse modo, evitam ter futuros relacionamentos amorosos, logo, o pensamento que parece prevalecer é o de que devem priorizar a proteção e o cuidado com as suas crianças. Essa consideração permite refletir numa perspectiva que percebe e universaliza o ser mulher entrelaçado ao papel de mãe, provocando, assim, uma crença de que a função materna se constitui como imperativa e central a toda mulher e se sobrepõe à de esposa ou à de qualquer outra no sistema familiar (MARIANO, 2005).

Há outra referência com relação às dificuldades que uma criança tem se relacionar com outras pessoas após ter sofrido vários episódios de abuso sexual nesse comentário:

[...] ele está arredio com as pessoas, se dá muito bem com os animais e muito mal com o ser humano. [...] e nesse tempo ele está terrível, implica com as pessoas.

Contemplando as principais consequências do abuso sexual infantil na literatura, temos o comportamento sexual “inapropriado”, baixa autoestima, sentimentos de desamparo, ódio e medo, relações interpessoais rompidas, intenções suicidas, isolamento, evasões de casa, dificuldade de confiar no outro, estabelecer relações interpessoais. Quanto às psicopatologias estão os transtornos de humor, de ansiedade, dissociativos, alimentares, déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), além do abuso de substâncias químicas (BRIERE & ELLIOTT, 2003; MACMILLAN et al., 2001; PUTNAM, 2003; TYLER, 2002). Deve-se observar que o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) é a psicopatologia mais encontrada em vítimas de violência sexual, principalmente em mulheres que demoraram a fazer a revelação do abuso, foram elas que apresentaram os maiores sintomas (NURCOMBE, 2000, ULLMAN & FILIPAS, 2005).

(v) Descrença na justiça e o suporte em Deus

Nas falas a seguir, as mães discursivamente objetivam a devoção religiosa como fator de apoio e segurança, por não sentirem amparadas nas leis que regem a justiça brasileira, devido à morosidade do sistema jurídico em julgar os casos de violência sexual denunciados, como segue:

É como se a vida da minha filha estivesse na mão de pessoas que vão julgar se é verdade ou não, e essas pessoas pelo andar da carruagem vão dar a ele a inocência, com a minha filha, não vão fazer justiça. [...] ninguém acredita que a minha filha falou que foi o pai, então é mais fácil inocentar o que fez, do que acreditar no laudo do Instituto Médico Legal, do que acreditar que uma criança falou e tem um laudo, mas esse laudo ultimamente, praticamente não está valendo de nada, eles querem acreditar que é vingança, o advogado dele foi muito inteligente, como isso é uma situação corriqueira da justiça. [...] hoje a gente só pode se apegar a justiça de Deus, que a justiça da terra só misericórdia mesmo, as pessoas tendem a não fazer justiça, parece que são pagas para não se fazer a justiça, isso é muito injusto. [...] é tão, é tão injusto é muito injusto sabe é incrível como a justiça perde a credibilidade por que eu estou totalmente desenganada, eu não tenho dinheiro para pagar, não tenho conhecimento, não tenho amizade. [...] hoje a justiça dizer que foi mentira minha, meu Deus do céu, ninguém é louca assim. [...] eu estou sendo injustiçada de estar inventando uma mentira, inventei um mentira por conta de uma vingança de um ex-marido porque ele queria tomar a guarda da minha filha, então esse é o foco da justiça, do advogado dele, da defesa e eu sei qual é a verdade, eu sei que não estou fazendo isso por vingança. [...] a justiça dizer que não aconteceu, que a mãe que fez isso mentindo por vingança, aí eu te pergunto e o estado físico quem fez então, se for mentira minha, quem estuprou minha filha? [...] estou sendo julgada sabe, pelo passado, pela relação, pela pessoa errada que eu me envolvi, hoje a justiça quer achar muitas outras pessoas, está fazendo o papel dela, tentando achar um outro que estuprou, ou seja, não acredita no que a minha filha falou, é complicado, é complicado demais, justiça hoje só de Deus. [...] que eu sei qual a verdade, que eu não sou uma das loucas que inventam isso, eu estou pagando por aqueles que inventam, é muito complicado você tem que provar a verdade, hoje eu só faço e orar, pedir que Deus traga a verdade, faça justiça.

[...] tem sempre um porquê, e não procura nem resolver, é muito, é muito difícil, só mesmo Deus para dar força para gente. [...] hoje minha mãe sempre diz minha filha, só é buscar força em Deus minha filha. [...] eu me ajoelho no chão, me jogo no chão e clamo a Deus, eu todos os dias.

[...] quantas vezes eu já falei com Deus, porque eu não suporto isso, ver alguém agredir uma pessoa.

O fato de as pessoas confiarem na justiça está relacionado à existência de uma relação verticalizada entre o Sistema de Justiça e a comunidade, com papéis previamente definidos, onde

o poder de solução para as mazelas familiares e conflitos de seus membros é atribuído a um ser poderoso e mais capaz de encontrar alternativas para solução de suas dificuldades.

Em contrapartida, nessa situação específica, relatada na fala da mãe, há uma descrença na Justiça como sistema de garantia de prerrogativas e, principalmente, como restaurador de proteção à criança, porque associa a sua condição financeira precária para enfrentar o processo, a falta de amigos influentes e conhecimentos jurídicos com a ausência de mecanismos de investigação e responsabilização para esse tipo de crime de estupro de vulnerável, segundo Costa et al. (2008).

No tocante às provas periciais comprobatórias dos laudos, tem-se que elas não oferecem condições de se medir e indicar os danos psíquicos e o reconhecimento dessas consequências para as vítimas, que podem ser evidenciadas imediatamente ou posteriormente em seu desenvolvimento, fato constatado em uma pesquisa realizada por Silva Junior (2006) com prontuários de crianças abusadas sexualmente, pertencentes a um Instituto Médico Legal. E como acrescenta Cesca (2004), os casos de abuso sexual que não apresentam provas conclusivas têm graves implicações de revitimização.

Há que se levar em conta, também, a possibilidade de falsa denúncia, devido à síndrome de alienação parental, na qual a criança ou adolescente é induzido ou convencido a acusar um dos responsáveis que estão vivenciando crises conjugais, ou como meio de impedir a guarda daquele filho ou filha, ou mesmo como instrumento de vingança, como descrevem Pfeiffer e Salvagni (2005).

Nesses casos, em que há a comprovação da violência sexual intrafamiliar, a conduta inadequada do pai explica a alienação, ou seja, há motivo justificado para o distanciamento entre o filho e seu genitor.

Como bem explicado por Gardner (2006), a alienação parental é gênero, sendo um termo geral que abrange qualquer situação em que uma criança pode ser alienada de um pai. Ela pode ser causada por abuso físico, verbal, emocional, psicológico, sexual, abandono e negligência, enquanto a síndrome de alienação parental é espécie, com características bem definidas, resultando da combinação da manipulação das crianças e das contribuições do próprio filho alienado nas investidas difamatórias dirigidas ao progenitor alvo da denúncia.

[...] se vão dar causa ganha paro o meu filho não sei, porque o que o promotor quer é um laudo psicológico. [...] sim e aí qual é a justiça, até agora nada. O promotor, já

achou que aquilo era normal que era normal, que não era, que tinha sido uma esfregada não sei o quê.

A função do laudo psicológico como uma avaliação clínica forense é de averiguar o ocorrido com a criança e a relação do fato com seu desenvolvimento, verificar se ela deve ser escutada ou se dispõe de condições para tanto, indicar um local de proteção seja com um familiar confiável ou num abrigo, caso haja perda do pátrio poder, além disso, deve determinar se a criança apresentava algum distúrbio precedente ao abuso sexual e sugerir um acompanhamento psicológico, logo, deve posicionar-se de forma adequada ao que lhe foi solicitado pelo juiz (FERREIRA et al., 2011).

(vi) Falta de condições financeiras

A narrativa abaixo traz às consequências atreladas a doença, desemprego acarretando a falta de dinheiro para o sustento da família constituída por ela e seu filho de quatro anos, pois seu ex-marido e pai da criança não lhe proporciona nenhuma ajuda financeira, principalmente por não acreditar na ocorrência do abuso sexual perpetrado por seu enteado:

[...] no meu caso ficou as consequências, porque meu filho ficou doente, eu fiquei sozinha, desempregada, sabe, e sem condição financeira de ajudar meu filho, por que ele estava precisando, fiquei sem apoio de ninguém. [...] e como eu não tenho dinheiro para pagar um advogado por enquanto esta lá sabe, não sei se eles ainda vão julgar.

Isso revela que o desemprego é uma doença do mundo contemporâneo, no qual o trabalho representa a independência financeira individual, a renda das pessoas e o seu status social perante a sociedade de consumo. Devido à reestruturação dos arranjos familiares, os conflitos se acirram ainda mais, pois, como mostra o trajeto histórico, os sistemas familiares deixaram de ser espaços em que somente os homens eram provedores, particularmente porque a mulher recebeu o legado de assumir o papel de mantenedora do domicílio e da família (CARVALHO et al., 2009).

Vale destacar que a falta de dinheiro para contratar um advogado e suprir as necessidades básicas para o sustento da família é o fator estruturante nesta interlocução no comentário que segue:

[...] sabe você não ter dinheiro para pagar um advogado, não ter dinheiro para nada é muito difícil.

Essas mães acima citadas que participaram da pesquisa fazem parte de uma população de baixo poder aquisitivo, logo deixaram muito evidente que o dinheiro tem representatividade decisiva na qualidade de vida dessas famílias monoparentais.

(vii) Percepções sobre o protagonista do abuso sexual

No que concerne aos trinta e dois protagonistas de abuso sexual citados pelas mães nesta pesquisa, tem-se referência a vários familiares, mas o genitor aparece em maior número, como pode ser constatado nos seguintes dados: pai (37,4%); padrasto (25%); tio (12,5%); irmão (9,4%); avô e primo (6,25%); cunhado e namorado do pai (3,1%). Logo, os resultados corroboram com o estudo feito por Habigzang et al. (2011) com o objetivo de identificar e analisar as medidas adotadas pela rede de apoio a crianças e adolescentes após a revelação de abuso sexual. Desse trabalho participaram 40 meninas, entre 8 e 16 anos, e os resultados evidenciaram que o pai aparece em primeiro lugar (25%) como perpetrador, seguido pelo padrasto (22,5%), tio (14,3%), avô e irmão (10%) e cunhado (5%).

Vide abaixo um comentário no qual a mãe não se referiu sobre o perpetrador de violência sexual, o qual foi seu atual companheiro e padrasto da sua filha, mas a outras pessoas, por não acreditar na ocorrência do abuso.

[...] são pessoas que tem o espírito ruim, que tem uma mente desocupada para fazer uma coisa dessas com uma criança.

[...] para mim ele é um verme. [...] ele era agente penitenciário, ele é uma pessoa que convive com tudo isso e fez isso com a minha filha.

[...] porque eu acho que uma pessoa dessa é doente ela não tem menor controle, esses adultos que fazem esse abuso sexual com uma criança é tudo fruto de uma sociedade que está doente e que ela é muito pobre em sentido de dar esclarecimento para as pessoas. [...] acaba que olha uma criança e acaba é tendo uma coisa doentia. [...] ela é uma pessoa doente em todos os sentidos, no meu caso que era uma pessoa que eu tinha inteira confiança e assim, era uma pessoa da minha família posso falar assim da qual eu nunca imaginei que fosse praticar o que ele fez com a minha filha na realidade foi um

abuso. [...] como existe várias pessoas que têm essa deficiência que tem uma doença que tem predisposição a ter essa disfunção cerebral. [...] porque as pessoas estão doentes e não têm essa lucidez a gente acaba sendo vítima dessas situações. [...] foi o marido da minha sobrinha que molestou minha filha.

[...] não sei talvez se ele tem um distúrbio.

[...] é uma pessoa que não tem que não tem noção.

Os discursos acima demonstram a crença popular de que o protagonista tem um transtorno mental, embora na maior parte das vezes seja um cidadão bem integrado na sociedade, e não é tido como uma pessoa violenta ou louca. Ademais, ao cometer o abuso, ele conta com a legitimação de sua autoridade sobre a criança e usa esse poder como um meio de garantir o controle e a submissão da vítima, como bem referencia Ballone (2003).

Nessa linha de pensamento, a correlação natural de crime sexual e transtorno mental deve ser contestada, segundo Ballone (2003), sabendo-se que uma pessoa não necessita ter um transtorno de personalidade para praticar um crime sexual, porque o que é comumente observado na maioria dos perpetradores de violência sexual é que são indivíduos com condutas aprendidas ou estimuladas pelo livre arbítrio na sua trajetória de vida (TELLES et al., 2011).

Outro olhar é lançado na crença de que o protagonista de violência consegue identificar a fraqueza da criança que precisa de dinheiro para praticar abuso, o que configura a exploração sexual:

[...] eles procuram a deficiência que a pessoa tem e querem obter algo por isso, por troca de dinheiro, por ser criança.

A troca de dinheiro por sexo com uma criança remete especialmente à condição de submissão, de apropriação da incapacidade de decisão dela, o que consiste em práticas criminais, que humilham, aviltam e ameaçam a integridade física e psicológica. Segundo End Child Prostitution, Child Pornography and Traffic of Children for Sexual Purpose (2002), o fator remuneração ressalta uma distinção entre exploração e abuso sexual. Isso porque o ganho comercial, na situação de abuso, é aparentemente inexistente, contribuindo para o aumento da vulnerabilidade infantil ao tráfico humano para fins sexuais, uma vez que a possibilidade de ganhos financeiros com a situação vivenciada passa a ser considerada pelas vítimas.

Ainda surgiu um sentimento de não aceitação da ideia de ser o autor do abuso sexual o próprio provedor da família, que é o seu ex-companheiro abastado, que é pai biológico da sua filha:

[...] eu estou lutando contra uma pessoa que é empresário, que tem dinheiro, conhecimento, amizade, que está mexendo todos os pauzinhos para se safar.[...] quando a gente morava junto sempre ele não deixava faltar nada para gente, só que a gente não conhece a pessoa quando a gente convive. [...] que fosse um estranho, a última hipótese o pai dela, nunca na vida que fosse ele, nunca, se puder pagar para que tivesse sido outra pessoa, não ele.

O abuso sexual intrafamiliar não está restrito à classe de baixo poder econômico, tendo sido encontrada nas diversas camadas e em populações em diferentes níveis de desenvolvimento, segundo Oliveira e Prado (2003). Nas camadas de baixa renda, as próprias condições de vida, de habitação e de vulnerabilidade tornam a violência sexual contra a criança muito mais visível, quando é tornada pública e é notificada. Logo, o protagonista não é somente aquele indivíduo desprovido de cultura e dinheiro, abrange desde o desempregado aos diretores de empresas renomadas (INOUE, 2007; NASCIMENTO, 2009).

Em contrapartida emergiu outra visão do protagonista, que, no caso, praticou abuso sexual contra a genitora quando ela ainda era criança e depois com a sua filha, objetivado como uma pessoa que deve ter sofrido violência na sua infância e depois de adulta está reproduzindo o trauma, como evidenciou em sua fala:

[...] porque a pessoa que está cometendo o crime com certeza no seu passado algo aconteceu com ela durante a sua infância para que ela venha essa trans transpassando aquilo para outras pessoas.

Para no imaginário de muitas pessoas que o protagonista de abuso sexual reproduz o trauma de vivências de maus tratos na infância, mas há evidências que confirmam essa percepção, como uma pesquisa de Stirpe e Stermac (2003), que estudaram sobre a vitimização na infância e as características da família de origem de autores de violência sexual, no Canadá, tendo como universo de pesquisa 124 internos em um hospital psiquiátrico. Os resultados obtidos indicaram que 33 sujeitos abusaram sexualmente de crianças, e foram eles que tiveram maior índice de vitimização sexual na infância (60,6%), bem como dificuldades no ambiente familiar agressivo e desorganizado, com famílias de origens mais problemáticas do que os outros

pesquisados. Apontam também que a maior parte deles eram pais das vítimas, logo, é um fenômeno que ocorre em vários contextos familiares.

As representações sociais que as mães trazem ao entendimento do abuso sexual intrafamiliar estão para além dos fatores individuais, são referidas fontes de conflitos associados ao contexto das famílias, entre os quais se destacam os problemas socioeconômicos, extrema pobreza, situações profissionais instáveis e dificuldades na estrutura familiar com pouco cuidado e atenção às necessidades das crianças, várias situações de violência, mudança frequente de companheiro, famílias reconstituídas com filhos de outras relações afetivas, isolamento social e sem suporte de outros membros familiares ou de uma rede de apoio externo que realmente atenda as necessidades dessa população.

Nessa classe 2, as visões representativas das mães sobre o abuso, consequências e o abusador denotam uma imagem negativa de impotência frente à gravidade da situação, parece que ficaram tão impactadas, que muitas extravasaram atitudes de forma dramática e não vislumbraram nenhuma estratégia de superação, logo, não demonstraram resiliência, limitando inclusive aspectos de proteção e promoção da saúde delas e de seus filhos.

4.2.1.2 - Representação do *locus* das ocorrências e da revelação do segredo do abuso sexual intrafamiliar

O subcorpus com o título “representação do *locus* das ocorrências e a revelação do segredo do abuso sexual intrafamiliar” agrupa duas classes, sendo a 3 intitulada “*locus* das ocorrências do abuso sexual”, e a 4 denominada de “revelação do abuso sexual intrafamiliar”.

No que se refere à classe 3, nomeada de “*locus* e ocorrências do abuso sexual”, o dendrograma expressa que ocorreram 1.243 UCE (15% dos dados avaliados), composta por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 101$ (semana) e $\chi^2 = 28$ (rede). Os discursos de onze entrevistas foram os principais responsáveis pela produção de UCE dessa classe, e as variáveis: referente à idade (ida_1 na faixa de 20 a 30 anos); relacionada a estado civil (estcivil_2 que é casada); escolaridade (esc_2 que é ensino médio) e concernente ao perpetrador do abuso (prabuso_2 que é padrasto) são as mais significativas que emergiram na análise.

A ocorrência do abuso sexual intrafamiliar desenrola-se numa rede complexa, envolvida por sofrimento, ameaças, trocas e sentimentos ambíguos e intensos. Há influências sociais,

culturais e históricas que atravessam o fenômeno da violência nas relações de poder constituídas entre os componentes familiares e nas hierarquias discutidas e contestadas, que submetem mulheres, crianças e adolescentes a homens violentos e suas condutas abusivas (PELISOLI & DELL'AGLIO, 2008).

Observa-se que para apreensão da classe 3 é imprescindível uma análise das UCE, compreendendo que essa classe 3 reúne conteúdos relacionados aos locais da violência e às ocorrências do abuso sexual intrafamiliar, agrupando os lugares em casa da mãe, casa do pai, avós e de um cunhado, suscitando incertezas, incapacidade para confrontar o perpetrador e vários episódios de violência.

Arelados à classe 3, seguem os discursos das genitoras, nos trechos relacionados às UCE nas subclasses: (i) na residência dos protagonistas e (ii) no domicílio das vítimas

(i) Na residência dos protagonistas

Segundo esse relato, a mãe sempre perguntou a filha com quem a garota dormia na casa da avó, já que a ex-sogra já teria sido avisada de que a menina deveria adormecer com ela e atribuiu o fato de a criança dormir na cama com o pai como um facilitador para a ocorrência do abuso sexual, referindo-se:

[...] toda vez eu pergunto da minha filha, amor tu dormiu com quem, eu dormi com o papai na cama aí eu falei até para a mãe dele não deixar a minha filha dormir com o pai dela não, chame a minha filha para dormir com a senhora.

Evidencia-se que, apesar da ocorrência do abuso sexual contra a sua filha, essa mãe continua deixando a criança ir passar os finais de semana com o pai, como pode ser evidenciado na sua fala:

[...] eu digo, mas amor tu tens que ir para a casa do teu pai no final de semana, mas eu quero ficar aqui com a senhora, aí eu falei não, tu vais, depois o teu pai te traz [...] aí mãe eu não quero ir, eu não quero.

[...] a primeira vez, bom, se ocorreu eu acho que foi na casa dele, porque lá em casa só quem fica lá de dia assim só é mulher.

Essa mãe se mostrou negligente e não exerceu uma ação protetiva em relação à sua filha vítima de abuso sexual. Essa atitude deve-se ao fato de seu namorado passar os finais de semana com ela e não gostar de sair com essa mulher na companhia da filha, como pode ser confirmado em sua fala:

[...] só que quando eu digo que vou levar a minha filha, o meu namorado não gosta, o meu namorado faz de tudo para que a minha filha não fique perto dele.

Abaixo, nota-se em algumas narrativas que algumas genitoras suscitam a dúvida em relação ao protagonista do abuso sexual contra os seus filhos, aparentemente acreditando que pode ser outra pessoa, ou ainda que a atitude não teve uma propositura de abuso, mas sim algum movimento inesperado:

[...] a criança fica traumatizada, aí fica com aquilo na cabeça, aí não tem como ela esconder, saber se é verdade ou é mentira, se tão botando coisa na cabeça dela aí não tem como confiar mais em ninguém, que pode ser também qualquer um.

[...] inventaram que foi uma tentativa de estupro, que ele estava se masturbando para ela, e eu perguntei várias vezes, ela disse que ele estava todo embrulhado, ela achou que ele estaria se masturbando devido ao movimento. [...] aconteceu na casa dele, a minha filha disse que foi só uma vez, eu falei você tem certeza que ele estava se masturbando, ela disse não sei eu ia passando, aí ficamos pensando que pode ter sido proposital ou não, ou poderia estar se ajeitando ou mexendo.

Como se vê, a dúvida das genitoras em relação ao protagonista de abuso sexual contra as suas filhas pode ser referente à confiança depositada nele, ou deve estar ocorrendo o que pontua Scodelário (2002) sobre a mãe, que muitas vezes fica no lugar de não saber ou não poder fazer nada, cúmplice do autor da violência, em especial quando ele é o pai biológico, ela se sente muito fragilizada e incapacitada de defender a si e a seus filhos.

Nota-se em outro enxerto a mãe que costumava deixar o seu filho ficar com o seu ex-marido quando a criança tinha seis meses, período em que a criança foi vítima de abusos sexuais, os quais foram perpetrados pelo enteado do ex-marido:

[...] ele me ligava dia de domingo para pegar o menino, pegava o menino, saía, passeava com ele, passava o dia, nesse dia ele disse para mim que o menino dormiria lá e no domingo a tarde devolveria, mas não aconteceu, eu até aceitei o menino ficar com ele e passar o dia por conta que na época ele mamava. [...] botou na boca, com uns seis meses, depois que ele veio falar, isso aconteceu em agosto e em fevereiro o meu filho foi

internado, depois ele disse que o menino beijou na boca dele, levou ele para o quarto e colocou atrás dele. [...] quando ele veio de lá ele já estava tendo febre, mas eu achava que era da garganta, mas olhava a garganta e não via nada, dava remédio, levava no Pronto Socorro, mas quando eu vi isso no outro dia eu botava a fralda tirava a fralda de novo e olhava aquilo ali e imediatamente liguei para o pai vem aqui agora, porque eu estou vendo uma coisa estranha no nosso filho.

Abaixo há comentários a serem considerados sobre os atos abusivos contra uma menina, no qual o protagonista foi o marido da sobrinha, onde há o relato sobre o que a filha descreveu para a mãe em relação aos vários episódios em que o perpetrador acariciou e manipulou a genitália da criança, em outro os abusos sexuais contra um menino, fato ocorrido no período dos sete aos nove anos e com a menina aos dez anos perpetrados pelo tio na residência da avó e um outro caso em que a menina revelou a mãe que foi vítima de duas ocorrências de abusos sexuais cometidos pelo avô paterno, fato evidenciado nas seguintes falas:

:

[...] ela contou que uma vez foi na casa lá atrás ele passou e se esfregou nela, aquilo me deu um ódio que você não tem noção, dá um desespero, depois ela contou que ele estava no quarto ela foi pegar um outro brinquedo ele chamou ela para ir ao banheiro e lá falou que a filha dele viu e falou para minha sobrinha, mamãe o papai está chamando a minha prima para ir no banheiro. [...] ela ficava comigo somente final de semana justamente por não confiar em mais ninguém eu deixava na casa da minha mãe, então o contato dele era direto, ele era marido da minha sobrinha.

[...] ela disse que ele ficava beijando no rosto dela, gostava de ficar pegando ela no colo, ficava sempre com ela no colo e ela não gostava, era quando ele ficava pegando nas partes dela e ela não gostava. [...] ela falou para a avó dela que ele ficava mexendo nas partes dela. No mês que aconteceu isso, que ela falou para a avó dela que ele ficava pegando nela, ela mudou não quis mais ir lá com ele, e foi no tempo que eu peguei ela para morar comigo.

[...] eu deixava ela na casa dele de manhã e ia buscar à tarde, então o abuso aconteceu na segunda vez que eu fui, porque ela foi três vezes, na primeira vez não aconteceu, na segunda e na terceira aconteceram, e ela não dormia lá. [...] ele colocou a mão por dentro da roupinha dela, no peitinho dela e no pipiu. [...] e do modo que ele fez foi muito rápido ele não quis nem acostumar a criança.

[...] ele fez isso com meu filho, quando ele tinha sete anos, ele passou só um ano lá, aí ele veio no final do ano, quando acabou as aulas, quando foi no outro ano ele foi só passar as férias para lá, passear com a avó. [...] para ela acariciar ele, ele queria tipo assim que ela embalasse ele na rede, ficasse acariciando ele, ela disse que na hora que ele foi se deitar com ela, ela saiu da rede e correu para o lado da avó.

[...] dizia para ela trocar de na roupa frente dele, um dia ela foi tomar banho em uma área de serviço, quando olhou ele estava olhando, outra vez ela foi tomar banho e ele entrou no banheiro e não tinha necessidade porque na casa dele tinha dois banheiro, ele entrou e ela fechou o box ele disse que só ia tirar algo, depois entrou no quarto e disse

pode trocar a roupa na minha frente que não tem importância, ele disse você tem medo de mim, ela disse eu tenho e não trocou a roupa. [...] quando ela não estava de férias ele já aliciava ela com conversas.

A criança falou para a psicóloga que foi mais de uma vez, quantas vezes ela quis me chamar, mas não podia ele ameaçava ela, coitada. Ele só fazia sexo oral com a criança não houve penetração.

Em linhas gerais, com base nas citações das mães acima, existem afirmações ancoradas na ocorrência de mais de um episódio de abuso sexual contra seus filhos, em decorrência do convívio regular ou cotidiano com os protagonistas de abuso. Essas crenças coadunam com achados no estudo de Oliveira (2004), em que constatou-se que a prolongação dos atos abusivos depende sobremaneira da oportunidade de acesso do perpetrador as vítimas, as quais são facilmente seduzidas quando moram na mesma casa, logo, a violência intrafamiliar depende em grande medida da oportunidade.

(ii) Na residência das vítimas

Abaixo há citações sobre um abuso sexual perpetrado pelo pai biológico contra a sua filha, onde a genitora comentou que tinha saído para trabalhar e ao chegar a sua residência se deparou com uma cena abusiva, bem como outros relatos de outras mães:

[...] quando eu cheguei de manhã era umas duas horas, eu nem fiquei até as cinco horas, cheguei ela estava toda estranha, ela estava sem calcinha só de babydoll aí ele, eu pedi para abrir a porta, encontrei ele drogado lá dentro, tinha cheirado cola.

[...] ele pegou segurou ela e disse assim, mas eu não quero no rosto não, quero na boca, ele tentou prender a minha filha para beijá-la na boca, ela começou a se agoniar, ela disse não, tentou se soltar dele, até que se soltou, correu para fora da casa.

[...] foi lá mesmo onde a gente mora, assim ela estava carregando madeira com ele, para ele terminar de fechar a casa, eu estava grávida desse meu filho que ele fez dois anos, estava querendo chover, eu disse minha filha está bom minha filha venha logo para dentro de casa, ela disse não mãe, só mais essa, depois ela veio correndo, contando que ele queria agarrar ela, ela falou para mim que ele tentou agarrar ela a força, ela falou na mesma hora, mamãe ele tentou me agarrar e queria me pagar cinquenta reais para ficar com ele, no outro dia depois disso ela foi embora de casa, não vi mais ela, depois que eu vim saber que ela estava aqui nessa casa, já tinha tido filho, a filha dela.

O relato dessa mãe supracitada retrata a história de abuso sexual sofrido por sua filha, que tinha na época 11 anos e fugiu de casa após a ocorrência da violência, foi viver na rua, foi explorada sexualmente, em seguida teve uma filha, logo depois foi morar numa instituição de abrigo, da qual fugiu, abandonando a criança.

A atitude de fugir de casa após a ocorrência do abuso sexual é um fator de risco, ficando a criança à mercê de pedófilos, que podem lhes oferecer abrigo em troca de favores sexuais ou a exploração, a qual pode ser considerada pela vítima como uma alternativa melhor, por estar tendo uma recompensa financeira, pois no lar, onde deveria ter proteção, cuidado e amor, acaba sendo escravizada sexualmente por um familiar.

Nessa linha de pensamento, pode-se compreender que, além disso, as crianças vitimadas podem sentir-se desvalorizadas, e somente atribuindo valor ao fato de serem desejadas como objeto a ser comercializado, logo, os atos abusivos na infância também são fatores que propiciam a iniciação na exploração e muitas vezes no tráfico sexual, uma vez que a violência tende a causar danos à integridade psíquica das crianças (SANDERSON, 2005; RIBEIRO & DIAS, 2009).

Outros comentários tratam da periodicidade contínua dos atos abusivos contra as crianças, como um relato descrevendo as ocorrências de vários atos abusivos contra a filha de oito anos perpetrados pelo padrasto, denotando a incapacidade de tomar atitudes protetivas com o intuito de romper o ciclo de abusos sexuais, porque essa mulher continua a conviver com o perpetrador da violência, mas conjectura uma futura separação, acalentada no plano das ideias, perante um porvir indefinido:

[...] quando eu cheguei em casa ele estava na cama para um lado e a minha filha estava para o outro, quando eu saí e a minha filha estava na rede dormindo e criança não é de acordar cedo, e quando eu cheguei a minha filha estava na cama com o meu companheiro a minha filha para um lado e o meu companheiro para o outro e deu para notar que o meu companheiro estava pegando nela, e eu não sei se ela estava pegando nele na hora eu cheguei e abri a porta, a porta estava trancada, eu meti a chave na porta fui logo abrindo e o pequeno foi entrando para o banheiro, ele disfarçou na hora, virou e ele estava com a bermuda aberta ele disfarçou que estava procurando uma coisa embaixo da cama e eu fiquei assim, e eu fiquei com aquilo, sabe eu querendo falar, mas na hora eu não falei nada por causa das crianças por que eu sabia que se eu fosse abrir a boca para falar alguma coisa eu ia me descontrolar, eu ia fazer alguma alarme, então eu fiquei só comigo. [...] eu acho que ele pensava que eu estava dentro do ônibus eu já estava descendo a escadinha que vai lá para casa, e quando eu cheguei que eu abri a porta a menina estava sentada no meio das pernas dele, e ela ficou toda sem graça, e ela saiu escorregando devagar pelo meio das pernas dele ai eu fiz a mesma coisa que eu fiz da outra vez, eu entrei tirei meu calçado, mas eu não falei nada com ele não pedi

explicação de nada, eu fiquei assim sem ação, eu nunca pensei que ia acontecer o que aconteceu entre o meu companheiro e minha filha, chegar nesse ponto, como eu disse para ele eu nunca esperava isso dele. O meu companheiro não estava querendo demonstrar, o que estava acontecendo, mas eu percebi que já estava acontecendo há algum tempo no decorrer de um ano mais ou menos. [...] ele tem acesso lá em casa, ele tem a chave lá de casa e ele vai lá de vez em quando, às vezes ele dorme, ele vai e dorme lá em casa de sábado para domingo até as quatro da manhã e ele vai embora, eu penso de pedir o divórcio, de me separar dele de uma vez.

[...] ocorreu na minha casa, a minha filha me falou que com o pai dela foi mais de uma vez, que quando a minha filha ia tomar banho o pai dela ficava olhando, ficava brechando a minha filha, o pai dela muitas das vezes abraçava a minha filha em cima da cama.

[...] eu nunca vi nada ela dormia comigo, ela na rede e ele na cama comigo, eu perguntei agora dela que afirmou que sim que realmente aconteceu, como ela passou a morar comigo eu não tinha confiança de deixar com ele, aliás, ele nem parava em casa.

No discurso da maioria das mães nessa subclasse, emergiram falas sobre as dificuldades em confrontarem seus companheiros, mesmo com evidências, logo, esses comentários estão coadunando com a pesquisa de Martins (2010) em constatar os entraves para as genitoras das vítimas em se defrontarem com seus parceiros e manifestarem a devida proteção às filhas, durante o tempo transcorrido dos abusos sexuais. Ou seja, elas não conseguiram interromper a inércia instalada para exigir de seus cônjuges o limite que eles parecem não terem internalizado, como também não perceberam os vários sinais evidentes a respeito dos atos violentos sofridos por suas crianças.

Destarte, cabe salientar que, na maioria das ocorrências de abuso sexual relatados neste estudo, as vítimas foram meninas, com um percentual maior de 90,6%, do que com meninos, com 9,4%, confirmando os dados de Habigzang et al. (2005), que aponta que as vítimas mais vulneráveis para os casos de violência sexual são crianças do sexo feminino, com a idade de início bastante precoce, na faixa etária entre os 5 e os 8 anos de idade.

Lançando um olhar sobre as ocorrências dos abusos sexuais que aconteceram na maioria das vezes nas casas onde moravam os protagonistas, os quais em sua maioria eram ex-cônjuges e quando ocorreram nas residências das vítimas os perpetradores eram os padrastos, pode-se concordar com os resultados encontrados no estudo realizado por Borges e Dell’Aglío (2008), no qual aponta-se que a quebra de vínculos afetivos provocaram um grande risco para os episódios de violência sexual contra as crianças, seja pela entrada de um novo companheiro da mãe, os

quais demonstravam comportamentos violentos no sistema familiar, ou por ficarem mais horas sob os cuidados do pai.

Cumprе mencionar que há algumas características dos familiares mais frequentemente associadas à ocorrência do abuso sexual, como o papel parental autoritário e punitivo, a facilidade em sexualizar a criança pela falta de vínculo biológico e afetivo, e histórias de maus tratos na infância. Além dessas particularidades, há também dificuldades na revelação dos episódios abusivos, podendo ser um indicativo de isolamento social da família, indisponibilidade de algum familiar protetivo ou a falta de diálogo sobre os temas sexuais, como aduz Machado e Gonçalves (2002).

É importante destacar que existem muitas dificuldades e necessidades apresentadas pelas famílias de crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar e que contribuem para a ocorrência desses atos abusivos, como: precariedade nas condições de moradias; utilização de drogas lícitas e ilícitas; alienação da criança e a não percepção de que ela necessita de cuidado e proteção; história de maus tratos na infância do protagonista; o processo de individualização dos sujeitos na sociedade capitalista; trivialidade da violência; dificuldades econômicas e necessidades afetivas colaborando para a inversão de papéis no sistema familiar (PEDERSEN, 2010).

Já ao que concerne à classe 4, denominada de “revelação do abuso sexual intrafamiliar”, o programa elegeu 1.249 UCE, ou seja, 33% do material avaliado, tendo um conjunto de palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2 = 74$ (disse) e $\chi^2 = 6$ (errado). As falas proferidas das genitoras foram representadas pela extração de UCE dessa classe, e as variáveis: referente a idade (ida_1 na faixa de 20 a 30 anos); relacionada a estado civil (estcivil_2 que é casada); escolaridade (esc_3 é ensino superior) e concernente ao perpetrador do abuso (prabuso_2 [padrasto]; prabuso_3[tio]) são as mais expressivas que surgiram na análise.

Compete trazer à baila o entendimento da classe 4, e para tanto é imperativa uma análise das UCE, compreendendo que essa classe reúne conteúdos relacionados à revelação do abuso sexual pelas crianças, fazendo emergir os sinais, suspeitas, dúvidas, desespero, momentos de tristeza, crenças, descrenças, notificações.

Vinculados à classe 4 seguem os enxertos relacionados às UCE nas subclasses: (i) a quem foi revelado o abuso; (ii) os sinais e as suspeitas do abuso sexual e (iii) as atitudes tomadas pelas mães após a revelação.

(i) A quem foi revelado o abuso sexual

A revelação do abuso sexual tem sido exposta em estudos como um momento especial, no qual a vítima expõe para alguém da sua confiança a violência sofrida, sendo, desse modo, um processo dialógico que se torna menos difícil se a criança percebe que há uma oportunidade, ou seja, uma abertura para conversar, um propósito para falar e uma conexão afetiva foi estabelecida para o que estão falando (CUNNINGHAM, 2009; JENSEN et al., 2005; PLUMMER, 2006).

Dessa forma, quando o segredo foi revelado às mães, elas falaram como se sentiram e o que foi dito aos seus filhos vitimados, conforme os trechos abaixo:

A minha filha não, eu perguntei dela eu conversei com ela e ela só fazia sacudir a cabeça, ela nem me olhava direito, não sei se com vergonha, eu perguntei minha filha, ele fez alguma coisa contigo, ele te pegou, ele tirou a tua roupa, o que ele fez contigo, e a minha filha só fez sacudir a cabeça, minha filha fazia que sim, então eu achei que ela estava confirmando, eu perguntei dela, foi só uma vez que ele fez isso, ou foi várias vezes, eu disse então eu vou confiar na minha filha e no que eu vi lá no momento, e minha filha sacudia a cabeça dizendo que foi várias vezes, mas pelo que ela disse na psicóloga, ela confirmou o que eu tinha falado, que eu tinha pensado, que eu tinha visto, ela disse assim que realmente ele não chegou a fazer nada com ela.

Esse comportamento da criança de estar com vergonha e não conseguir falar sobre os episódios de violência sexual são comuns nas crianças vitimadas, que, segundo Sanderson (2005), mostram-se relutantes em conversar a respeito por causa do medo de se expor ou por ter de manter silêncio em decorrência de ameaças ou, ainda, por não serem capazes de lembrar os abusos sexuais sofridos, pois o impacto não é apenas sexual, mas também emocional e psicológico, gerando sentimentos de dúvida e incerteza, medo e embaraço, culpa e vergonha, que impedem a criança de buscar aqueles que poderiam protegê-la.

[...] a minha filha falou foi o meu tio quando a minha filha falou que foi o tio tudo caiu assim na minha cabeça aí eu perguntei mas, como que ele te falou isso?, quando que ele te falou isso?, aonde ele te falou isso?, mas como foi?, aí eu estava desesperada chorando, a minha filha se assustou a minha filha não queria mais falar, eu falei não eu não vou mais chorar, mas me conta como foi?, e a minha filha foi contando tudo que ele tinha feito, aí a minha filha falou assim, aí eu já estava chorando e a minha filha estava chorando também, aí a minha filha falou assim não mãe é que ele, ele, ele me chamou para ir transar, eu disse foi o teu tio que te chamou minha filha?, foi só uma vez?, aí minha filha falou assim para mim não mãe não foi, eu disse me diz quantas vezes, eu não sei mãe, eu não sei, eu disse quantas vezes, aí a minha filha disse duas, eu disse mas foram duas vezes minha filha, não mãe não foi, a minha filha já estava embolando tudo uma hora dizia que era só uma, outra hora a minha filha dizia que não era, aí a minha filha, porque eu fiz muita pressão, fiz muita pergunta, eu também não soube reagir na

hora, mas porque minha filha pelo amor de Deus eu já estava chorando desesperada, eu falei por que minha filha por que que você não me contou que ele te chamou para transar, não mãe, não mãe porque eu tinha medo da senhora me bater. A minha filha ficou com medo, eu senti, porque a minha filha disse por que eu tinha medo da senhora me bater, então eu calculo que o meu tio dizia para a minha filha que a minha filha ia apanhar se a minha filha me contasse, e por isso a omissão dela.

[...] nós estávamos assistindo um programa do Alô Amazonas, onde um pai pegou o irmão dele em cima da filha dele, aí eu chamei elas vem aqui, vamos assistir esse programa aqui, peguei, todo mundo assistiu, depois a minha filha foi para o banheiro tomar banho, e a minha filha demorou muito no banheiro, a minha filha mais velha disse mãe eu quero ir lá, aí eu disse vai lá então, ver o que a tua irmã está fazendo que está demorando tanto, ela foi, entrou com ela, a minha filha mais velha saiu espantada e disse mãe a senhora tem que ir lá agora, eu disse não pode ser daqui a um tempo, que eu estou, não mãe tem que ser agora, e quando a minha filha saiu eu perguntei o que foi que aconteceu, foi seu pai, quem foi, foi vizinho, foi tio, foi seu avô, quem foi? [...] a minha filha começou a chorar e falou que foi o tio dela, mas eu pensei que ele tivesse brincando comigo, eu não sabia que era errado, eu falei, mas eu já conversei com vocês que não pode. [...] eu perguntei para minha filha o que ele fez, ela falou, chorou, a minha filha disse que o meu irmão mostrava revista pornô para minha filha, levava dentro de uma bíblia, ficava mostrando para minha, perguntando se a minha filha tinha gostado de alguma coisa, o meu irmão ficava mandando a minha filha pegar nele. [...] a minha filha olhou para o meu marido e começou a chorar e minha filha falou meu pai também mãe, meu pai também abusou de mim, na hora eu perdi o controle com ele, eu briguei com ele, eu queria brigar, eu queria furar, eu disse eu sabia. [...] quando eu saía para trabalhar de madrugada, o pai dela chamava a minha filha para deitar com ele, deixa eu ver se me recordo aqui, e assim a minha filha me fala que foi mais de uma vez que o pai dela passava a mão nela.

[...] ai aconteceu dos sete aos nove anos, e eu não sabia, e ele me falou agora, porque ele disse como o caçula morava lá com ele, ele tinha medo. [...] ela nunca tinha falado isso, que o tio tinha tentado também com ela, e quando eu comecei a falar a minha filha começou a chorar, a minha filha disse mãe também nunca tinha lhe falado nada.

O abuso sexual intrafamiliar infantil é geralmente escondido pela criança de outros familiares protetivos pela vergonha e medo, sendo a divulgação um aspecto crítico do processo de resposta. Uma das primeiras condições para parar os episódios abusivos é que eles se tornaram conhecidos, foram enfim revelados para os outros ao lado da vítima e algoz. No entanto, normalmente a situação abusiva não é divulgada imediatamente, fato que tem implicações para a manutenção da violência, tanto em nível individual, social e para o potencial fornecimento de apoio aos vitimados (ALAGGIA, 2004; PAINE & HANSEN, 2002; TANG et al, 2008).

Vale frisar que a maioria das mães disse que seus filhos revelaram a elas os atos abusivos a que foram vitimados, logo, se entende que a revelação do abuso, muitas vezes oculto na informação verbal é um processo que deve ser bem compreendido, assim como o seu significado para as vítimas e para as mães protetoras e acolhedoras (SANTOS, 2007). A maior

parte das ocorrências de violência sexual sofrida por crianças é revelada à genitora, que tem sido apontada como uma pessoa importante no acompanhamento e na realização da notificação (HABIGZANG et al., 2005).

[...] ela falou que ele foi dar banho, que ela tinha feito cocô e ele foi dar banho nela e lavou ela com muita força, mas o meu ex-marido diz para minha filha, diz que é o fulano e, diz que é o fulano, a minha filha mesma já disse não foi o fulano não mamãe, o papai que mandou falar isso.

Abaixo é importante destacar que as revelações referentes aos atos de abuso sexual intrafamiliar somente foram realizadas as genitoras após notificações nos Conselhos Tutelares, conforme os relatos:

[...] eu estava trabalhando quando o Conselho Tutelar chegou e disse que queria conversar sobre minha filha, chegando lá existia várias denúncias anônimas de maus tratos e abuso sexual, que minha filha podia ter sido estuprada.

[...] quando fizeram a denúncia, a gente não estava lá, a gente nem sabia, a gente foi saber quando a gente foi intimado, e aí que a gente foi saber, quando o Conselho Tutelar chamou que a gente veio saber.

[...] ele ficou surpreso, aí foi que nós fomos chamados pelo Conselho Tutelar, eu e o pai, ele o meu companheiro não, só que ele foi assim mesmo, porque ele disse que não devia nada.

Muitas vezes a criança consegue, enfim, fazer a revelação para uma pessoa em quem ela confia, e não para a mãe, porque está sofrendo chantagem, ameaças, ou ainda recebe presentes ou favores do protagonista, além dos casos em que teme ser desacreditada pelos seus familiares, que podem acusá-la de estar inventando, desencadeando num assujeitamento da vítima ao seu algoz (QUAGLIA et al., 2011).

(ii) Os sinais e as suspeitas do abuso sexual

Destarte, seguem os enxertos referentes aos comentários das genitoras sobre os sinais, as desconfianças e as suas atitudes diante das evidências dos abusos sexuais sofridos por seus filhos, os quais foram difíceis de ser aceitos e elaborados, e, assim, romper o ciclo de violência intrincado nessas famílias.

[...] então eu fiquei pensando naquilo que o meu filho me falou, eu acho que, eu não sei se eu sonhei ou se eu vi a minha irmã em cima do titio na cama. aí eu fiquei assim, desde esse dia eu fiquei encucada, ficava de olho, perguntei dela e ela não me falava nada, ficava calada, eu acho que foi desde lá já estava com mais ou menos um ano que estava acontecendo isso, mas eu penso assim que não era todo dia. [...] foi passando o tempo, mas eu fiquei o tempo todo observando ele, o jeito dele com ela e tudo, eu conversava com ela bastante e até hoje eu ainda falo com ela, se acontecer alguma coisa e para ela me falar.

O comentário seguinte se refere à mãe de uma menina de seis anos, vítima de abuso sexual protagonizado pelo tio, o qual também praticou vários atos abusivos contra essa genitora na sua infância.

[...] então conta para mamãe, eu sempre perguntava dela e minha filha sempre dizia para mim que não, porque eu também e houve um tempo que eu suspeitei, mas aí depois eu vi que a minha filha não falava nada eu também nem, deixei passar. [...] ela se dava bem, tio para cá, tio para lá, mas eu sempre dizia para minha filha não fique só com seu tio, eu não quero nunca você sentada no colo dele, nunca, porque eu sabia como ele fazia isso. [...] dizia para ela não permitir a ninguém tocar nela e dizia explicitamente não quero nunca você sentada no colo do seu tio, não sente, houve algumas vezes que eu cheguei em casa do trabalho e ela estava sentada, quando ela me viu ela tomou um susto levantou, e eu rapidamente chamei a minha filha no quarto, conversei perguntei e a minha filha não mãe, não mãe, tem certeza minha filha, não mãe, não. [...] o meu tio brincava com a minha filha, mas sempre que eu olhava para o meu tio ele largava a minha filha rapidamente, ele saía de perto, porque o meu tio sabia que só o meu olhar já dizia muita coisa.

Noutro relato a mãe fez referência ao diálogo com a sua filha de oito anos, vítima de abusos sexuais protagonizados pelo pai e tio materno, dizendo que a menina apresentava sinais de tristeza, como segue:

[...] ela só vivia triste, chorava, mas não me falava nada. [...] os meus dois menores falaram assim mãe, o papai estava sozinho com a minha irmã dentro do quarto, quando eu cheguei do trabalho, aí a minha filha falou a gente só estava brincando, a gente falou, eu conversei com eles. [...] perguntei para minha filha se só tinha sido o tio dela, a minha filha dizia que era, mas ela não olhava no meu olho, e o meu marido mudou o tratamento dele com a minha filha, começou a tratar ela bem, começou a fazer as vontades dela, eu disse aí tem.

Nesse trecho, a genitora observou que a filha vivia entristecida, mas a criança não tinha coragem para falar sobre a situação de violência sofrida, entretanto, havia o sinal não verbal que a genitora percebeu, porém não averiguou, logo, há que se atentar para os sinais decorrentes do abuso sexual intrafamiliar a que as crianças são submetidas, os quais muitas vezes não são percebidos ou ignorados.

Vale destacar a importância de a mãe ou de outro familiar observar os sintomas de que uma criança está sendo vítima de abuso sexual, os quais se apresentam como tristeza, desânimo, raiva, vergonha excessiva, sonolência diurna ou perturbações no sono, receio de ficar no escuro, mudanças no apetite, medo exagerado de adultos, habitualmente aquele do sexo do protagonista, poucas relações com os colegas, história de fugas, temor em trocar de roupas em frente de outras pessoas, comportamento agressivo ou sexual com masturbação frequente e descontrolada, manias, enurese ou encoprese, baixa autoestima, mau desempenho escolar, prática de delitos, gravidez precoce, envolvimento com drogas e álcool, erupções na pele, dores de cabeça, vômitos, ou vestígios de sêmen na boca, genitais ou roupas (PFEIFFER & SALVAGNI, 2005; VIDOTTI, ARAÚJO & PUENTE, 2005).

Por conseguinte, às vezes existem as evidências, como nos relatos, mas há mãe que não consegue se colocar numa atitude de proteção para com a sua filha, porque continua deixando a sua filha passar os finais de semana com o pai na casa da avó, logo, tomou uma atitude contraditória, o que torna o abuso sexual algo impróprio para ser desvelado, aquilo que não pode ser dito:

[...] eu achei estranho desde uma vez que a minha filha veio, que a minha filha falou dessa conversa, que eu fui dar banho nela e minha filha falou assim, eu fui lavar as partes dela e a minha filha falou ai mamãe não pega aí não. E mais toda vez que a minha filha vai para lá para a casa dele eu olho ela direitinho, aí quando a minha filha vem eu olho a minha filha de novo, aí se tiver alguma coisa errada eu já procuro falar com ele.

Lançando um olhar sobre as razões das mães não atuarem de forma protetiva com os filhos vítimas de abuso sexual, De Antoni et al. (2011) asseveram que o fato de a genitora não proteger suas crianças se deve à sobrecarga de papéis que envolve o desempenho de diversas atividades, que, se não forem bem conduzidas, podem provocar angústia ou negligência, por exemplo, quando a mãe trabalha fora de casa, sai para estudar, cuida dos trabalhos domésticos e da educação dos filhos, ou seja, quando as demandas são maiores que a capacidade de prover. Assim, essas mulheres podem vivenciar situações graves de estresse que as levam a ter baixa tolerância para com a carga excessiva das atividades cotidianas.

Corroborando com outro comentário citado anteriormente, a genitora afirmou que havia sinais físicos, enfim, evidências demonstrando o sofrimento da sua filha quando retornava dos

finais de semana que ficava na companhia do pai, mas, ao contrário da outra mãe, depois de várias evidências, ela conseguiu retirar a menina do convívio com o genitor, como segue:

[...] eu estava num estado de não aceitação da verdade, eu não acreditava que isso estava acontecendo com a minha filha de maneira alguma, então tinha todos os sinais físicos, psicológicos, baixo rendimento escolar, choro sem motivo aparente, pesadelos, então todas as desculpas que ele me dava do estado que a minha filha chegava, eu acreditava, porque nunca passou pela minha cabeça isso, nem depois que a minha filha falou, verbalizou como tudo aconteceu, eu ainda dizia que eu não queria ver, todos os sinais estavam diante de mim, e eu nunca acreditei que isso pudesse estar acontecendo, nunca, e eu não conseguia ver, além do físico que era incrível, que estava diante dos meus olhos e eu acreditava que a minha filha tinha se machucado com o papel higiênico, eu confiava piamente nele, ele era a única pessoa na face da terra que eu confiava. A minha filha disse que havia sido tocada um dia antes que eu levei a minha filha ao Instituto Médico Legal de tão machucada que a minha filha estava.

É importante destacar que no sistema familiar, a genitora, geralmente, é a pessoa mais próxima do filho e precisaria estar atenta aos sinais de abuso sexual, mas, muitas vezes, por processos inconscientes, determinados pela própria história de vida, nega as evidências, como afirma Cantelmo (2010).

Essas mães que negam as evidências, os sinais, não podem simplesmente carregar toda a culpa, como cúmplices ou colaboradoras, pois seria uma visão extremamente reducionista, mas sim é preciso tentar compreender essa dinâmica familiar na qual elas estão inseridas, muitas vezes com vínculos afetivos fragilizados, relações repletas de tensão e vários tipos de violência interconectados em todos os subsistemas familiares, enfim, há que se ter uma visão holística dessa teia relacional familiar.

No que concerne às reações maternas frente à revelação do abuso, observou-se, em um estudo com revisão de literatura realizado por Elliot e Carnes (2001), que algumas genitoras, mesmo acreditando em parte na criança, não conseguiam exercer atitudes de apoio e proteção, evidenciando sentimentos ambivalentes ou atuações contraditórias. Talvez pela própria capacidade de compreensão mais desenvolvida e mais elaborada que a da criança, é presumível que as mães afetivamente envolvidas com seus filhos sejam mais afetadas do que as próprias vítimas (INOUE, 2007).

(iii) As atitudes tomadas pelas mães após a revelação

Assim, seguem as falas que possibilitam tentar compreender quais as atitudes que essas mães tomaram e como se relacionaram com seus familiares e com outras pessoas da rede de proteção após o desvelar do segredo do abuso.

[...] eu contei para eles o que tinha acontecido, e pedi também para que eles não falassem, que tem coisas que a gente não pode sair comentando, eu preciso falar com vocês que o pai de vocês fez isso. [...] se você não fez nada você vai comigo até a delegacia, e ele foi até a delegacia, e a gente falou com o delegado, nós demos o depoimento, tudo, mas ele negou, mas foi uma decepção muito grande.

O relato retrata a fala da mãe que conversou com os seus filhos sobre os abusos sexuais sofridos por sua filha, os quais foram perpetrados pelo pai e pelo tio, depois se referiu ao comentário dito ao seu marido, que a acompanhou à delegacia, mas negou perante o policial ter cometido a violência, o que desencadeou nessa mulher um sentimento de desilusão, porque ela sabia que seu marido estava mentindo.

Neste trecho, há uma revelação aos familiares sobre os abusos sofridos por essa mulher na infância e pela sua filha, bem como um alerta direcionado aos irmãos para que conversem com os seus filhos sobre como se prevenir contra o perpetrador da violência sexual, referindo-se assim:

[...] eu falei agora em fevereiro para minha mãe porque a minha filha me contou, quando a minha filha me contou eu escancarei a janela para todo mundo eu não aguentei, foi pressão demais. [...] para o papai eu não contei nada, porque o papai tem sessenta e um anos, então eu fiquei com medo pela saúde dele, eu disse para mamãe contar para o meu pai e com certeza a mamãe só contou da minha filha, a minha mãe não contou de mim. [...] conversei com os meus irmãos depois que a gente soube de tudo em fevereiro conversei com eles, orientei eles olha conversem com eles vejam porque na época não era só a minha filha que ia para lá, os meninos também iam de repente não sei alguma coisa pode ter acontecido. [...] esperei o meu esposo chegar em casa, e e nós fomos para delegacia já era nove horas da noite, e a gente não sabia onde era a delegacia, nós fomos numa e mandaram para outra e, aí aí ele nós fomos na delegacia na mesma hora e aí a minha filha foi contando tudo lá na delegacia de novo, e aí depois eu já fiquei toda em êxtase assim.

[...] eu disse se é caso de estupro vamos na delegacia e disseram para eu vim aqui, no mesmo dia fiz tudo que era para ser feito.

Nesses comentários, que são de mães que sofreram abuso sexual na infância, percebeu-se que tomaram a atitude de fazerem a notificação frente à revelação de seus filhos vitimados, indicando que essas ações tenham correspondência com as suas próprias vivências de terem

permanecido em segredo após terem sido abusadas sexualmente por parentes, mas quando aconteceu com suas crianças sentiram que deveriam revelar e coibir novas vitimações.

Pode-se pensar que a revelação da criança parece ser um catalisador para a revivência de vitimação dessa mãe, que volta a reexperimentar sintomas decorrentes dos atos abusivos, logo, o impensável, durante muito tempo negado, parece retornar de forma intensa e agora reveladora (PEDERSEN, 2010).

Isso leva a refletir sobre as atitudes tomadas por mulheres com história de abuso sexual na infância e suas reações maternas frente à revelação das situações abusivas de seus filhos: umas têm maior facilidade para acreditar no que foi dito por suas crianças e protegê-las de futuras revitimações, enquanto outras tem dificuldades em interferir com ações protetivas e assim notificarem os atos criminosos, segundo apontam DiLillo e Damashek (2003).

Nesse recorte, é importante entender que praticar atos sexuais contra crianças é um crime no nosso país, conforme dispõe o art. 217-A da Lei n.º 12.015/2009, sobre a conduta de ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com uma pessoa com idade inferior a 14 catorze anos ou com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que não pode oferecer resistência, como afirmam Oliveira e Rodrigues (2011).

Destarte, segundo Amendola (2004), as genitoras que apresentam uma atitude protetora após a revelação do abuso sexual infantil são as mães que choram, e as outras que não apoiam são não protetivas, mas ambas demonstram dificuldade de perceberem ou utilizarem-se dos sinalizadores precedentes a violência, os quais estão sempre presentes, mas são negados ou desconsiderados. Existem várias razões para uma mãe não proteger seu filho, sendo uma delas ela ter sido abusada sexualmente na infância, como nos casos citados.

Outro trecho remete à genitora que foi ao Conselho Tutelar fazer a notificação sobre o abuso sexual perpetrado pelo padrasto contra sua filha. Observa-se a dificuldade que a mãe enfrentou na tarefa de lidar com o profissional da rede de proteção. Sua denúncia foi recebida com dúvidas de maneira que, mais do que apresentar cautela em entender quando as incriminações são inverídicas, o conselheiro fez um julgamento de valor antecipado à investigação dos fatos, como segue:

[...] lá eu fui no Conselho Tutelar e falei o que eu tinha visto, e o conselheiro até falou para mim, a senhora tem certeza do que a senhora está falando, isso pode até gerar uma

separação, eu sei, eu pensei muito antes de vir aqui, mas eu pensei mais foi na minha filha, porque se eu não fizer nada se eu continuar deixando o que não vai acontecer mais tarde? porque lá no IML o homem disse que ele precisava de tratamento, então eu estou tentando convencer ele a fazer um tratamento eu conversei com ele, mais eu não deixo ele só com os meus filhos nem nada, eu fico o tempo todo ali perto. [...] ele percebeu que eu não estava falando com ele e ele veio perguntar o que que tinha acontecido e eu falei, eu é que te pergunto o que que está acontecendo, porque que a minha filha estava no meio das tuas pernas. [...] eu contei para minha irmã para desabafar que aquilo estava engatado, e ela perguntou por ele que ela não sabia de nada e ela disse ah! ele vem aqui e não fala nada, e eu disse é, mas é isso que me chateia. [...] eu não falei para os meus filhos o que aconteceu, nenhum deles sabe e eles perguntam mãe, porque que o tio foi embora de casa, não, foi discussão. [...] primeiro eu conversei com ela, eu até me irritei com ela porque eu já tinha dito para ela, minha filha não deixa ninguém tocar em ti, não deixa ninguém te enganar.

É importante entender que a atribuição de julgar não é do Conselho Tutelar, mas sim tomar a medida que preconiza o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) no “art. 136, IV-encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente” (BRASIL, 2005, p. 36).

Refletindo sobre o papel das genitoras que fazem a notificação, é possível pensá-las como rompendo com a barreira do que não podia ser revelado. Entende-se que os papéis exercidos na família por essas mulheres, diante da situação de abuso sexual infantil, entram em conflito. A mulher, ao exercer a função de mãe da vítima e companheira do perpetrador, sobrinha, irmã, enfim qualquer parentesco com ele, vive uma ambivalência de emoções, visto que se apresentam duas situações antagônicas, ou seja, manter os atos abusivos ocultos ou notificá-los.

Nesse viés, pode-se perceber que as mães enfrentam intenso sofrimento diante da revelação do abuso sexual intrafamiliar, permeado por relacionamentos difíceis e dependentes. Os papéis desempenhados pelas mulheres se encontram emaranhados como mãe, esposa, amante, gerando intensa ambiguidade de sentimentos que alternam entre certeza e medo, sentimento de desproteção, insegurança e raiva, força e fragilidade, negação da violência, necessidade de compreender onde fracassaram e por que os episódios abusivos ocorreram.

Logo, percebe-se que algumas genitoras não conseguem lidar com as suas angústias e as de seus filhos, abrigando-se na dúvida ou na negação, a despeito das ocorrências e das narrativas. Muitas, entretanto, continuam decididas no propósito de proteger suas crianças de novas abordagens e das consequências, apesar das suas aflições geradas pelas incertezas perante o descortinado segredo familiar (AMENDOLA, 2004).

Por conseguinte, pode-se inferir que são mulheres que vivenciam pensamentos ambíguos, sentem que devem cuidar e proteger o filho(a) e, ao mesmo tempo, temem o desvelar do segredo e o esfacelamento da família. Ao terem coragem de fazer a notificação, essas progenitoras têm um prejuízo quanto às relações afetivas, visto que são múltiplos e conflituosos os sentimentos que vão atravessá-las nos relacionamentos com vários membros familiares que podem auxiliá-las ou não (AMAZONAS et al., 2009).

Destarte, no que concerne a essa classe 4, a maioria das mães ancoraram seus discursos em atitudes de proteção e apoio aos seus filhos, logo, foram protetivas e fizeram a notificação, seja no Conselho Tutelar ou em delegacia especializada.

Essas atitudes maternas corroboram com a afirmação de Furniss (2002) sobre o abuso sexual infantil intrafamiliar que ocorre quando há um relacionamento parental, em que a mãe é próxima e protetora e logo capta os sinais dos episódios abusivos contra seus filhos, que falam a respeito e são acreditados, ou essa progenitora reconhece as mudanças no sistema familiar, quando os maridos e filhos começam a se comportar de modo estranho. Quando descobrem, elas levam a sério o que viram e ouviram e agem geralmente tomando medidas para proteger a criança e induzindo a revelação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abuso sexual aparece hoje como preocupação de alta relevância em todas as instâncias, seja ela pública ou privada. É fruto de um processo histórico e social que surge desde o início da formação histórica brasileira, impulsionado pelos padrões de comportamento que se situam no poder da masculinidade, no domínio do adulto sobre adolescentes e crianças no âmbito privado da família.

Seu impacto acarreta danos imediatos ou ao longo de dias e anos à saúde da população vitimada e, quando praticado dentro do círculo familiar, promovem rupturas afetivas e muitas vezes resistências dos envolvidos em solicitar apoio e auxílio de alguém de dentro do próprio sistema familiar ou de outra pessoa confiável e protetiva do meio extrafamiliar, acarretando a manutenção do segredo e, assim, a não notificação nos órgãos da rede de proteção.

Nesse sentido, enveredar no caminho da pesquisa sobre o abuso sexual intrafamiliar infantil foi um processo exaustivo durante o período da coleta dos dados, porque muitos casos não são notificados em Manaus, além de haver na cidade poucos programas nas instituições públicas com serviços de saúde responsáveis pelo cuidado das vítimas no sentido de prevenir uma possível gravidez ou de investigar a existência de doenças sexualmente transmissíveis. Na área psicossocial, funciona apenas um CREAS, que oferece atendimento psicológico a crianças e adolescentes vitimados e, para os outros familiares, são disponibilizadas informações por profissionais sobre a rede de proteção. Há também os Conselhos Tutelares, que fazem o encaminhamento para a notificação na Delegacia Especializada de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente (DEAPCA).

Esta pesquisa possibilitou o alcance dos objetivos em apreender as representações sociais das mães sobre o abuso sexual intrafamiliar sofrido por seus filhos; investigar os fatores que propiciaram a ocorrência; identificar os sentidos das representações sociais das genitoras sobre o abuso na interação familiar e avaliar as consequências advindas dos episódios violentos.

O estudo em questão possibilitou o aprofundamento da comparação entre os princípios organizadores das representações sociais apreendidas nos discursos maternos devido à contribuição da análise lexical, pelo emprego do *software* Alceste, a partir da verificação do *corpus* através da classificação hierárquica descendente (dendrograma), que forneceu as classes

com as co-ocorrências das palavras mais significativas emergidas no processamento do programa.

Os resultados da pesquisa revelam que a construção das representações sociais das genitoras sobre o abuso sexual no contexto familiar sofrido por suas crianças encontra-se edificada sobre as vivências e ideologias envolvidas na sua condição de ser mãe e esposa, que, por serem as grandes responsáveis pelos filhos – ou, pelo menos, as que se colocam mais atentas a tudo que diz respeito à sua prole – se sentem culpadas, contudo não desconsideram o vínculo afetivo com seus companheiros, mesmo habitando num lar repleto de conflitos conjugais e parentais.

Percebeu-se a ancoragem das representações sociais das mães sobre os fatores que propiciaram a ocorrência do abuso sexual contra seus filhos por meio dos sentimentos de culpa, ódio, vingança, de falta de autonomia, de injustiça, revelada por meio de objetivações naturalizadas na violência estrutural. Nesse contexto, identificou-se o caráter societal da análise das representações sociais apreendidas nos discursos dessas genitoras, manifestado na violência física e psicológica que sofriam com relatos de agressões verbais e ofensas por parte de seus companheiros, os quais eram os provedores das famílias. Nota-se, ainda, precariedade financeira, desemprego, falta de assistência psicológica e social, tornando vulnerável a condição desse grupo aos atos violentos no sistema familiar.

Buscou-se neste estudo a junção de explicações de ordem individual com esclarecimentos de ordem societal do grupo de mães, evidenciando que os processos de que essas mulheres dispõem para viver em sociedade são orientados por dinâmicas sociais interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais, como destaca Almeida (2009).

Cabe destacar as descrições das agressões e dos relacionamentos difíceis nos subsistema conjugal e parental dentre as manifestações que estão ancoradas nos sentidos das representações sociais das mães sobre o abuso sexual infantil na interação familiar, visto que, por se fazer presente sob a ótica da maioria delas, representam o universo consensual.

As dificuldades de uma boa interação e diálogo diante das disputas existentes nas relações interpessoais, bem como a precariedade afetiva com pouca proteção e atenção às necessidades das crianças, além de situações profissionais instáveis e utilização de bebidas alcoólicas e drogas, configuram contextos de causas e condições que favorecem os conflitos

emergentes na família, e estão no cerne das crenças apontadas como elementos que propiciam os episódios violentos protagonizados pelos seus cônjuges contra mães e seus filhos.

Dessa forma, o modo como essas mulheres compreendem a causa e os fatores da ocorrência do abuso sexual tem a ver com as construções obtidas a partir da necessidade de entenderem e se relacionarem com a realidade conflitiva em que estavam inseridas. Nesse processo, elas lançaram mão de conhecimentos e crenças precedentes, direcionadas a mudar o que é desconhecido em familiar e, assim, ancorá-lo numa rede de sentidos, constituindo um sistema explicativo para dar conta de seus sofrimentos e dificuldades relacionais vivenciadas no sistema familiar.

Com relação às consequências advindas do abuso sexual no sistema familiar, as genitoras objetivaram seus discursos nas sequelas físicas sofridas pelos filhos que tiveram o rompimento do hímen, diarreias, vômitos e dilaceração genital. Já em relação aos danos sofridos pelas genitoras, destacam-se os efeitos intrapessoais, entre os quais figuram sentimentos negativos de ódio, repulsa, revolta, culpa, dor, tristeza, pesadelos, traição, autoimagem negativa, sede de vingança, mágoas e rancor, além da sensação de impotência perante o acontecimento do fenômeno.

Cabe acrescentar que as genitoras objetivaram seus comentários em outras consequências referentes aos danos interpessoais, apresentando, por exemplo, evitação de envolvimento afetivo com outro companheiro devido ao medo de expor seus filhos a outro possível perpetrador de violência. Relataram, também, dificuldades financeiras, devido ao desemprego e à falta de ajuda financeira do ex-companheiro – quando este foi o autor dos abusos sexuais. Evidenciou-se que há, por parte das mães, descrença na justiça dos homens, o que pode ser creditado à demora no processo de denúncia pelo Ministério Público e o posterior julgamento do protagonista, apresentando, porém, em antinomia à descrença no processo jurídico, a crença no amparo da lei divina.

Destarte, evidenciou-se através dos cálculos estatísticos que, além dos filhos, as mães também vivenciam processos de vitimação: 12,5% também sofreram atos abusivos, 87,5% tiveram danos com a violência física e psicológica perpetrada por companheiros usuários de bebidas etílicas e drogas e 59,3% padeceram ao enfrentarem dificuldades financeiras após a revelação, uma vez que os grupos familiares estudados são marcados, também, pela desigualdade e injustiça social.

Os discursos maternos, fundamentados nas evidências identificadas, objetivaram diretamente as suspeitas dos abusos sexuais. Contudo, a iniciativa de notificar e solicitar ajuda só foi tomada após a obtenção de confirmação verbal por parte das crianças vitimadas, as quais demonstraram sentimentos de medo e vergonha, todavia, após muita insistência das genitoras, conseguiram relatar os fatos ocorridos.

Verificou-se, claramente, que as mães também externaram fortemente um sentimento de culpa, percebido não apenas na linguagem verbal, mas também nos comportamentos não verbais, creditada ao fato de acharem que poderiam ter evitado a ocorrência dos atos abusivos contra seus filhos.

Os princípios organizadores das representações sociais apreendidas nos discursos maternos se mostram com uma heterogeneidade representacional em relação ao objeto de estudo, que é o abuso sexual intrafamiliar, conceituado como horrível algo que acontece somente com as crianças que são inocentes e meigas, alguma coisa que se vê, se faz e se toca. Logo, as genitoras referem-se à explicação de como e por que os indivíduos se diferenciam entre si nas relações que mantêm com esses objetos de representação, identificando os princípios organizadores individuais do grupo, segundo Doise (2002).

Os resultados evidenciaram a presença de atitudes ambíguas na maioria das mulheres, ao afirmarem terem se separado dos antigos parceiros violentos, no entanto, logo depois se envolviam com outros igualmente agressores, permitindo que seus filhos ficassem desprotegidos nessa teia relacional de violência, sem conseguirem fazer a notificação contra esses protagonistas.

Em contrapartida, outras romperam as relações com seus companheiros, depois, entretanto, apresentaram medo quanto à possibilidade de terem novos envolvimento afetivos, prendendo-se ao receio de suas crianças serem novamente vitimadas.

Apesar de tudo isso, uma grande parte dessas mães alcançou a tomada de iniciativa individual de superação da situação particular em que se encontravam, após a revelação, ao recorrerem aos órgãos públicos da rede para solicitarem ajuda e acompanhamento das suas crianças vitimadas.

É importante destacar a relevância do conhecimento materno nesse grupo de mulheres sobre o abuso sexual intrafamiliar com noções oriundas das experiências do cotidiano, das conversas entrelaçadas em seus grupos de pertença, do saber que escoar pelos meios de

comunicação entre todas as pessoas com quem convivem em suas múltiplas relações de interdependência, com familiares, amigos e outros.

Acreditando que o retorno dos resultados obtidos para as participantes envolvidas na pesquisa é de grande importância para fins de elaboração e percepção da dinâmica relacional de famílias com casos de crianças vitimadas por abuso sexual, e considerando a tessitura dos aspectos éticos da pesquisadora, será fornecido retorno sobre os resultados alcançados na pesquisa ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social, por meio de uma apresentação oral na própria instituição.

Esta dissertação compreende somente um recorte da realidade, uma tentativa de contribuir para o conhecimento científico a partir dos saberes populares maternos acerca do abuso sexual intrafamiliar infantil, sabendo que esse tema é complexo, repleto de segredos, tensões e ambiguidades.

Em virtude da sua complexidade, esse fenômeno ainda está por merecer estudos mais aprofundados, numa perspectiva psicossociológica que consiga trazer à baila outras percepções de genitoras de várias classes sociais que vivenciaram experiências de violência sexual com filhos vitimados ou não, gerando, assim, um saber a respeito da influência intergeracional nas situações abusivas que ocorrem tanto em meio familiar como extrafamiliar, o que ainda não foi contemplado em estudos da área das Ciências Humanas e Sociais, principalmente na abordagem da TRS.

É importante enfatizar a existência de certa tolerância da sociedade manauara em relação à violência, disseminada de forma corriqueira, incorporada nas relações familiares permeadas de conflitos, negligência e maus tratos dos pais para com seus filhos, como foi evidenciado neste estudo.

Desse modo, há que se lançar um repúdio a todo tipo de violência praticada contra a criança ou qualquer outro indivíduo, porque é necessária a preservação da saúde de toda a população, envolvendo a busca por uma sociedade mais justa e menos permissiva. As famílias precisam rever suas relações afetivas e os vínculos que se estabelecem em seu sistema familiar, enredado em práticas de atos violentos, sem o exercício de um cuidado vigilante, havendo também, o preceito do diálogo como um hábito cotidiano.

REFERÊNCIAS

ADED, N. L. O.; DALCIN, B. L. G. S.; MORAES, T. M.; CAVALCANTI, M. T. Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. **Revista psiquiátrica clínica**. V.33, n. 4, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.jornallivre.com.br/14522/abuso-sexual-em-criancas-e-adolescentes-revisao-de-100-anos-de-literatura.html>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (ANDI). **O grito dos inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALAGGIA, R. Many ways of telling: Expanding conceptualizations of child sexual abuse disclosure. **Child Abuse and Neglect**. V. 28, p. 1213–1227, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0145213404002431>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

ALMEIDA, A. M. O. Abordagem societal das representações sociais. **Sociedade e Estado**. Vol.24, n0.3, Brasília, sept./dec.2009. Disponível em: www.scielo.br/pdf/se/v24n3/05.pdf. Acesso em: 04 jan. 2012.

AMAZONAS, M. C. L. A.; BRAGA, M. G. R. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. **Ágora**. V.IX, n. 2, Rio de Janeiro, jul./dez. de 2006. p. 177-191. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v9n2/a02v9n2.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

AMAZONAS, M. C. L. A.; OLIVEIRA, P. A.; MELO, L. M. M. B. Repercussões do abuso sexual incestuoso sobre a relação mãe X filha. **Psicologia em revista**. V.15, n. 3, Belo Horizonte, dez. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682009000300006&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 04 jan. 2012.

AMENDOLA, M. F. Mães que choram: avaliação psicodiagnóstica de mães de crianças vítimas de abuso sexual. In: Prado, M. C. C. A. (Coord.). **O mosaico da violência**. São Paulo: Vetor, 2004.

ANTON, G. S. B. Abuso sexual: o contexto do segredo e dos mitos sociais. **Pensando Famílias**. V.7(8), p. 98-111, 2005.

BREWER-SMYTH, K.; BURGESS, A. W. Childhood sexual abuse by a family member, salivary cortisol, and homicidal behavior of female prison inmates. **Nursing Research**. may./jun. 2008. V.57, issue 3, p. 166-174. Disponível em: <http://journals.lww.com/nursingresearchonline/Abstract/2008/05000/Childhood_Sexual_Abuse_by_a_Family_Member,.7.aspx>. Acesso em: 04 jan. 2012.

BRIERE, J.; ELLIOTT, D. M. Prevalence and psychological sequelae of self-reported childhood physical and sexual abuse in a general population sample of men and women. **Child Abuse & Neglect**. V. 27(10), p.1205-1222, out. 2003. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0145213403001856>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

BRITO, B. R. P. Violência e solidão: territórios dominados por mulheres negras. In: TAQUETTE, S. R. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente-jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2005.

CAFFARO, J. V.; CONN-CAFFARO, A. Treating sibling abuse families. **Aggression and Violent Behavior**. V.10, p. 604-623, 2005. Disponível em: <<http://empowerdaphne.psy.unipd.it/Caffaro>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

CAMARGO, B. V. Alceste um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In: MOREIRA, A. S. P. **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária, 2005.

CANO, I. Violência estrutural e suas repercussões na juventude. In: TAQUETTE, S. R. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente-jovem**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

CANTELMO, C. A. **A relação de proteção entre mãe e filha no contexto do abuso sexual**. 2010, 204f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.bce.unb.br/2010>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

CAPRA, F. **A Teia da Vida**. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

_____. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Editora Cultrix, 2009.

CARVALHO, Q. C. M.; GALVÃO, M. T. G.; CARDOSO, M. V. L. M. L. Abuso sexual infantil: percepção de mães em face do abuso sexual de suas filhas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. V.17(4): p.501-506; 2009. Disponível em: <<http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:bfmWfzP0GPOJ:scholar.google.com/abus+o+sexual+infantil:+percep>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

CENTRO REGIONAL AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA (CRAMI). Violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes: a necessidade de atendimento especializado. In: CRAMI. **Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor**. São Paulo: Cortez, 2005.

CERVENY, C. M. O. **A família e**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

CESCA, T. B. O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade**. V.16 (3), p. 41-46, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/psoc/v16n3/a06v16n3.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2011.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

COHEN, C. O incesto. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. (Orgs). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2009.

CORTEZ, M. B. **Maridos dominadores, esposas (in) subordinadas: as implicações do apoderamento feminino e da masculinidade hegemônica na violência conjugal**. 2006. 125f. Dissertação (mestrado em Psicologia). Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: UFES, 2006. Disponível em: <<http://www.cchn.ufes.br/ppgp/dissertacoes/2006mbc.htm>>. Acesso em: 04/01/2012.

COSTA, L. F.; PENSO, M. A.; ALMEIDA, T. M. C.; RIBEIRO, M. A. A justiça é demorosa, burra e cega. Percepções de famílias sobre a dimensão jurídica dos crimes de abuso sexual. **Boletim de Psicologia**. V.58, n. 128. São Paulo: jun. de 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M. C.; RIBEIRO, M. A.; PENSO, M. A. Grupo multifamiliar: espaço para a escuta das famílias em situação de abuso sexual. In: **Psicologia em estudo**. V.14, n.1 Maringá Jan./Mar. 2009. Disponível em: <<http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:-uOzIFJCSNoJ:scholar.google.com>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

COSTA, D. M. F.; COUTINHO, M. P. L.; ARAÚJO, L. S. Cenário cinzento da violência e as múltiplas facetas da família: enfoque psicossocial. In: **Psico**. Porto Alegre, PUCRS. V.42, n. 3, p. 401-407, jul./set., 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article>>. Acesso em: 04 ago. 2010.

COUTINHO, S. M. S.; MENANDRO, P. R. M. **“A dona de tudo”: um estudo intergeracional sobre representações sociais de mãe e esposa**. Vitória: GM gráfica e editora, 2009.

CUNNINGHAM, A. A escuta de crianças abusadas sexualmente para compreensão do processo de autorevelação. In: WILLIAMS, L. C. A.; ARAÚJO, E. A. C. (Orgs.). **Prevenção do Abuso Sexual Infantil: Um Enfoque Interdisciplinar**. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E.G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.11, 2006. Disponível em: <http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:jcp3csC8kJ:scholar.google.com/+DAHLBERG+Viol%C3%Aancia+um+problema+global+de+sa%C3%BAde+p%C3%BAblica+Ci%C3%Aancia+e+sa%C3%BAde+coletiva&hl=pt-BR&as_sdt=0,5>. Acesso em: 04 ago. 2010.

DATTILIO, F. M.; FREEMAN, A. **Estratégias cognitivo comportamentais para intervenção em situações de crises**. São Paulo: Editoriais psy II, 2005.

DAY, V. P.; TELLES, L. E. B.; ZORATTO, P. H.; AZAMBUJA, M. R. F.; MACHADO, D. A.; SILVEIRA, M. B.; DEBIAGGI, M.; REIS, M. G.; CARDOSO, R. G.; BLANK, P. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista psiquiátrica do Rio Grande do Sul**. V.25, supl.1. Porto Alegre, abril de 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-81082003000400003&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 jan. 2012.

DE ANTONI, C.; YUNES, M. A. M.; HABIGZANG, L.; KOLLER, S. H. Abuso sexual extrafamiliar: percepções das mães de vítimas. **Estudos de Psicologia**. V.28, n.1 Campinas jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v28n1/a10v28n1.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. In: DESSEN, M. A.; COSTA JUNIOR, A. L. (Orgs.). **A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DILILLO, D.; DAMASHEK, A. Parenting characteristics of women reporting a history of childhood sexual abuse. **Child Maltreatment**. V.8, p. 319-333, nov. 2003. Disponível em: <<http://cmx.sagepub.com/content/8/4/319.short>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

DOISE, W. Da Psicologia Social à Psicologia Societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. V. 18 n. 1, p. 027-035, jan./abr., 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v18n1/a04v18n1.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

DOURADO, A. C. D. **História da infância e direitos da criança**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

DREZETT, J. Violência sexual como problema de saúde pública. In: TAQUETTE, S. R. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente-jovem**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

DUVEEN, G. Crianças enquanto atores sociais: As representações sociais em desenvolvimento. In: JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ELSEN I. Violência bate à porta. In: MOTTA, M. G. C.; MANCIA, J. R.; LUZ, A. M. H. (Orgs.). **As amarras da violência: a família, as instituições e a enfermagem**. Porto Alegre: 2004.

END CHILD PROSTITUTION, CHILD PORNOGRAPHY AND TRAFFIC OF CHILDREN FOR SEXUAL PURPOSE (ECPAT). **CSEC Terminology**. Disponível em: <http://www.ecpat.net/EI/Csec_definition.asp>. Acesso em: 04 jan. 2012.

EIZIRIK, M. F.; TREVISAN, J. F. Da genealogia da moral a moral do ressentimento: a crueldade nos bons costumes. **Psicologia: ciência e profissão**. V.26, n. 3, Brasília, set. 2006. Disponível

em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932006000300003>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

FALEIROS, V. P. A questão da violência. In: SOUZA JÚNIOR, J. G. (Org.). **Educando para os Direitos Humanos: Pautas pedagógicas para a Cidadania na Universidade**. Brasília: Síntese/UnB, 2005.

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em Representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

FAZENDA, I. E. **Representações Sociais em torno do Abuso Sexual de Crianças numa amostra de Médicos e Enfermeiros dos Cuidados de Saúde Primários**. 2010. 103f. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria Cultural). Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Portugal, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/18219>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

FERGUSON, D.; BODEN, J. M.; HORWOOD, L. J. Exposure to childhood sexual and physical abuse and adjustment in early adulthood. V. 32, Issue 6, June, 2008, p. 607–619. **Child Abuse & Neglect**. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

FERRARI, D. C. A. Definição de abuso na infância e na adolescência. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Orgs.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002.

FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Orgs.). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002.

FERREIRA, M. H. M.; AZAMBUJA, M. R. F. Introdução. In: AZAMBUJA, M. R. F.; FERREIRA, M. H. M. & Cols. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FERREIRA, M. H. M.; MARCZYK, C. F.; ARAÚJO, T. S. Laudo psicológico e psiquiátrico no abuso sexual. In: AZAMBUJA, M. R. F.; FERREIRA, M. H. M. & Cols. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FERREIRA, M. H.; ROCHA, V. Normalidade e desvios do comportamento vincular materno. In: AZAMBUJA, M. R. F.; FERREIRA, M. H. M. & Cols. **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FRANZOI, N. M. **Concepções de profissionais de equipes de saúde da família sobre violência de gênero**. 2007. 118f. Dissertação (mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7137/tde-13072007-101343/pt-br.php>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. 32a ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FUKS, L. B. Abuso sexual de crianças na família: reflexões psicanalíticas. In: VOLNOVICH, J. R. (Org.). **Abuso sexual na infância**. Rio de Janeiro: Lacerda, 2005.

FURNISS, T. **Abuso Sexual da Criança: Uma Abordagem Multidisciplinar**. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

GARDNER, R. A. The parental alienation syndrome and the corruptive power of anger. In: GARDNER, R. A.; SAUBER, S. R.; LORANDOS, D. **The international handbook of parental alienation syndrome: conceptual, clinical and legal considerations**. Springfield: Charles C. Thomas Publisher, 2006. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-R&lr=&id=QIHbI5Tjbs8C&oi=>>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: 2007.

GIFFIN, K.; DANTAS-BERGER, S. M. Violência de gênero e sociedade de risco: uma abordagem relacional. In: TAQUETTE, S. R. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente-jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

GOMES, N. P.; FREIRE, N. M. Vivência de violência familiar: homens que violentam suas companheiras. **Revista Brasileira de Enfermagem**. V.8(2):176-9, mar./abr. 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/reben/v58n2/a09.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

GONÇALVES, H. S. Violência contra a criança e o adolescente. In: GONCALVES, H. S.; BRANDÃO, E. P. (Orgs.) **Psicologia Jurídica**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2004.

GONÇALVES, M. J. Aumentar a resiliência das crianças vítimas de violência. **Análise Psicológica**. V.1(21), p. 23-30, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v21n1/v21n1a04.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

GÖRAN, T. **Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2006.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H.; AZEVEDO, G. A.; MACHADO, P. X. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. V.21, n. 3, Brasília, set./dez., 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v21n3/a11v21n3.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

HABIGZANG, L. F.; RAMOS, M. S.; KOLLER, S. H. A Revelação de Abuso Sexual: As Medidas Adotadas pela Rede de Apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. V.27 n. 4, p. 467-473, Brasília, out./dez.2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n4/10.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

HARDY, S. B. **Mãe natureza: uma visão feminina da evolução, maternidade, filhos e seleção natural**. Rio de Janeiro (RJ): CAMPUS, 2001.

INOUE, S. R. V. **Violência sexual contra a criança: significações e estratégias de enfrentamento adotadas pelas mães**. 2007. 201f. Dissertação (mestrado em Psicologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.pospsi.ufba.br/Silvia_Viodres.pdf>. Acesso em: 04/01/2012.

INOUE, S. R. V.; RISTUM, M. Violência sexual contra a criança: estratégias de enfrentamento adotadas pelas mães. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology** – 2010. V.44, n. 3, p. 560-570. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/284/28420658019.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

JABLONSKI, B. Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2003. p. 141-168.

JENSEN, T. K.; GULBRANDSEN, W.; MOSSIGE, S.; REICHEL, S.; TJERSLAND, O. A. Reporting possible sexual abuse: A qualitative study on children's perspectives and the context for disclosure. **Child, Abuse & Neglect**. V. 29, issue 12, p.1395-1413, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0145213405002565>>. Acesso em: 02 jan. 2012.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org), **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

KIM, K.; TRICKETT, K. P.; PUTNAM, F.W. Childhood experiences of sexual abuse and later parenting practices among non-offending mothers of sexually abused and comparison girls. **Child Abuse & Neglect**. V.34, issue 8, p. 610–622, ago., 2010. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

KEARNS-BODKIN, J. N.; LEONARD, K. E. Alcohol involvement and marital quality in the early years of marriage: a longitudinal growth curve analysis. **Alcoholism: Clinical Experimental Research**. V.29, n. 12, p. 2123-2134, 2005. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1097/01.alc.0000191751.62025.77/abstract>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

KOLLER, S. H.; DE ANTONI, C. Violência intrafamiliar: Uma visão ecológica. In: KOLLER, S. H. (Org.). **Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2004.

KRONBAUER, J. F. D.; MENEGHEL, S. N. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. **Revista de Saúde Pública**. V.39, n. 5, São Paulo, out. 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000500001>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, F. **Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde (OMS), 2002. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/cedoc>>. Acesso em: 22 fev. 2011.

LALOR, K. Child abuse in sub-Saharan Africa: a literature review. **Child Abuse & Neglect**. V.28, p. 439-460, 2004. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

LANGBERG, D. M. **Abuso Sexual: Aconselhando Vítimas**. Tradução de Werner Fuchs. Curitiba: Editora Esperança, 2002.

LEIFER, M.; KILBANE, T.; KALICK, S. Vulnerability or Resilience to Intergenerational Sexual Abuse: The Role of Maternal Factors. **Child Maltreatment**, 2004. Disponível em: <<http://cmx.sagepub.com/content>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

LEITE, C. N.; OLIVEIRA, R. K. F.; CAMERINI, M. B.; RAMOS C.; MOSCARDINI, A. C. Notificação de maus-tratos infantis: necessidade de educação médica continuada. In: **Ciência e Saúde**. V.13(1): p.22-26; jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.cienciasdasaude.famerp.br/racs_ol/vol-13-1/ID%20149.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2012.

LIMA, C. M. **Infância ferida: os vínculos da criança abusada sexualmente em seus diferentes espaços sociais**. Curitiba: Juruá, 2011.

LIMA, J. A.; ALBERTO, M. F. P. As vivências maternas diante do abuso sexual intrafamiliar. In: **Estudos de Psicologia**. V.15(2), mai./ago. de 2010, p. 129-136. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v15n2/01.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

LISBOA, C. S. M.; KOLLER, S. H. Considerações Éticas na Pesquisa e na Intervenção sobre violência Doméstica. In: HUTZ, C. S. **Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência: Aspectos Teóricos e Estratégias de Intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

LUO, I.; PARISH, W. L.; LAUMANN, E. O. A population – based study of childhood sexual contact in China prevalence and long-term consequences. **Child Abuse & Neglect**. V.32, issue 7, p. 721–731, jul., 2008. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0145213408000987>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

MACEDO, M. S. Mulheres chefes de família e a perspectiva de Gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. In: **Caderno CRH**. Salvador, V.21, n. 53, p. 389-404, mai./ago. 2008. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

MACHADO, C.; GONÇALVES, R. **Violência e vítimas de crimes**. V.2. Coimbra: Quarteto, 2002.

MACMILLAN, H. L.; FLEMING, J. E.; STREINER, D. L.; LIN, E.; BOYLE, M. H.; JAMIESON, E.; DUKU, E. K.; WALSH, C. A.; WONG, M. Y. Y.; BEARDSLEE, W. R. Childhood abuse and lifetime psychopathology in a community sample. **American Journal of Psychiatry**. V.158, n. 11, p. 1878-1883, nov. 2001. Disponível em: <<http://ajp.psychiatryonline.org/article.aspx?volume=158&page=1878>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

MAGALHÃES, T. **Maus Tratos em Crianças e Jovens**. Coimbra: Quarteto, 2005.

MAIDA, A. M. S.; MOLINA, M. E. P.; BASUALTO, C. R.; BAHAMONDES, C. P.; LEONVENDAGAR, X. B.; ABARCA, C. C. La experiencia de abuso en las madres: ¿Es un predictor de abuso sexual de sus hijos? **Revista chilena de pediatría**. V.76, n.1. Santiago, jan. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0370-41062005000100005&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 04 dez. 2011.

MALLOY, L. C.; LYON, T. D.; QUAS, J. A. Filial Dependency and Recantation of Child Sexual Abuse Allegations. **Journal of American Academy of Child & Adolescent Psychiatry**. V.46, Issue 2, fev 2007, p. 162-170. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii>>. Acesso em: 04/12/2011.

MANAUS. Secretaria Municipal de Ação Social e Direitos Humanos (SEMASDH). **Relatório do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)**. 2011.

MARCELLO, F. A. Enunciar-se, organizar-se, controlar-se: modos de subjetivação feminina no dispositivo da maternidade. **Revista Brasileira de Educação**. S./V., n. 29, São Paulo, mai/ago. 2005, p. 139-151. Disponível em: <<http://www.doaj.org/doaj?func=abstract&id=157130>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos feministas**. V.13 (3), p.483-505, Florianópolis, set./dez. de 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000300002&script=sci>>. Acesso em: 04/12/2011.

MARKOVÁ, I. **Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MARQUES, T. M. **Violência conjugal: estudo sobre a permanência da mulher em relacionamentos abusivos**. 2005. 303f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2005. Disponível em: <http://www.webposgrad.propp.ufu.br/ppg/producao_anexos/014_Tania%20Mendonca%20http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php>. Acesso em: 04 jan. 2012.

MARTINS, R. C. **Jovens mulheres vitimadas - abuso sexual, sofrimento e resiliência**. Curitiba: Juruá, 2010.

MATIAS, D. P. Abuso sexual e sociometria: um estudo dos vínculos afetivos em famílias incestuosas. **Psicologia em Estudo**. V.11 (2), p.295-304, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n2/v11n2a07.pdf>>. Acesso em: 04/12/2011.

MELLO, I. S. P. B.; DIAS, C. M. S. B. Mãe que doa um filho: os vários ângulos da adoção. In: AMAZONAS, M. C. L. A.; LIMA, A. O. (Orgs.). **Família: diversos dizeres**. Recife: Bagaço, 2004.

MENDONÇA, M. C. V. **Pedagogia da violência: as relações de poder entre mãe e filha**. Recife: Bagaço, 2002.

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINUCHIN, S.; FISHMAN, H. C. **Técnicas e terapias familiares**. Belo Horizonte: Artmed, 2003.

MONRILLO, B.; MONTERO, L.; COLMENARES, Z. Conocimiento de los padres en la prevención del abuso sexual infantil. Vol.1, n0.1, 2012. **Revista eletrônica trimestral de enfermagem**. Disponível em:<<http://revistas.um.es/eglobal/article/viewFile>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

MONTEIRO, C. F. S.; TELES, D. C. B. S.; CASTRO, K. L.; VASCONCELOS, N. S. V.; MAGALHÃES, R. L. B.; DEUS, M. C. B. R. Violência sexual contra criança no meio intrafamiliar atendidos no SAMVVIS, Teresina, PI. **Revista brasileira de enfermagem**. V.61, n. 4, Brasília, jul./ago. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672008000400010>. Acesso em: 04/12/2011.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOURA, L. B. A.; LEFEVRE, F. **Discurso do Sujeito coletivo: narrativas de violências praticadas por parceiros íntimos contra mulheres**. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu, de 20 a 24 set. 2010. Disponível em: <**Erro! A referência de hiperlink não é válida.**<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

NARITA, S. Notas de pesquisa de campo em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**. V. 18, n.2, p. 25-31, mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/03.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

NARVAZ, M. G. **Submissão e resistência: Explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina**. 2005. 196f. Dissertação (mestrado em Psicologia do Desenvolvimento). Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://www.msmedia.com/ceprua/diss_marta.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2012.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias, gênero e violências: desvelando as tramas da transmissão transgeracional da violência de gênero. In: STREY, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P. (Org.). **Violência, Gênero e políticas Públicas - Coleção gênero e contemporaneidade**. 1 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

NARVAZ, M. G. KOLLER, S. H. A Concepção de Família de uma Mulher-Mãe de Vítimas de Incesto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. V.19 (3), p. 395-406, jan. 2006a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v19n3>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia e Sociedade**. V.18(1), p. 49-55, 2006b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

NASCIMENTO, S. A. V. Violência intrafamiliar e a síndrome do segredo. **Revista do Ministério Público - GO**, Goiânia, ano XII, n. 17, mar./2009. Disponível em: <https://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/10/docs/revista_do_mp_n_17.pdf#page=34>. Acesso em: 04 jan. 2012.

NATIONAL CHILD ABUSE STATISTICS CHILDHHELP. In: **Childhelp**. Disponível em: <<http://www.childhelp.org/pages/statistics>>. Acesso em: 22 fev. 2011.

NÓBREGA, S. M. Sobre a teoria das representações. In: MOREIRA, A. S. P.; JESUÍNO, J. C. (Orgs.). **Representações sociais: Teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2003.

NEVES, D. B. S., RAMIREZ, C. F. G.; BRUM, I. R. Atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: experiência em Manaus. In: LIMA, C. A. (Coord.). **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

NURCOMBE, B. Child sexual abuse I: Psychopathology. **Australian and New Zealand Journal of Psychiatry**. V.34(1), p. 85-91, fev., 2000. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1046/j.1440-1614.2000.00642.x/abstract;jsessionid>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

OLIVEIRA, E. A. **Abuso sexual doméstico: desproteção e configurações da grupalidade familiar**. 2004.167f. Dissertação (mestrado em Psicologia). Centro de Ciências da Vida da Pontifícia Universidade Católica (PUC), Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php>. Acesso em: 04 jan. 2012.

OLIVEIRA, G. M.; RODRIGUES, T. M. A nova lei de combate aos crimes contra a liberdade sexual: Uma análise acerca das modificações trazidas ao crime de estupro. In: **Âmbito Jurídico**. Rio Grande, 88, 01/05/2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9553>. Acesso em: 2012.

OLIVEIRA, M. L.; PRADO, R. A violência sexual contra crianças e adolescentes e o contexto familiar. In: **Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia – Yves de Roussan**. Construindo uma história: tecnologia social de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes / Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia, p.181-194. Salvador: CEDECA–BA, 2003.

PADILHA, M. G. S. Abuso sexual contra crianças e adolescentes: considerações sobre os fatores antecedentes e sua importância na prevenção. In: GUILHARD, H. J.; QUEIRÓZ, P. P.; MADI, M. B.; SCOZ, A. C. (Orgs). **Sobre comportamento ciência e cognição: contribuições para a construção da teoria do comportamento**. V.10. Santo André: ESETEC, 2002.

PADILHA, M. G. S.; GOMIDE, P. I. C. Descrição de um processo terapêutico em grupo para adolescentes vítimas de abuso sexual. **Estudos de psicologia**. vol.9, no.1, Natal, jan./abr. de 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2004000100007>. Acesso em: 11 dez. 2011.

PAINE, M. L.; HANSEN, D. J. Factors influencing children to self-disclose sexual abuse. **Clinical Psychology Review**. V.22, p. 271–295, mar. 2002. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272735801000915>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

PAULA, A. F. Capacitando profissionais. In: VOLNOVICH, J. R. (Org). **Abuso sexual na infância**. Rio de Janeiro: Lacerda, 2005.

PASSOS, M. C. Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. In: Féres-Carneiro, T. (Org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

PEDERSEN, R. J. **Abuso sexual intrafamiliar: do silêncio ao seu enfrentamento**. 2010. 136f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_busca/processaArquivo.php?codArquivo=2595>. Acesso em: 11 dez. 2011.

PEDERSEN, R. J.; GROSSI, P. K. O abuso sexual intrafamiliar e a violência estrutural. In: AZAMBUJA, M. R. F.; FERREIRA, M. H. M. & Cols. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PELISOLI, C.; DELL`AGLIO, D. D. Do segredo à possibilidade de reparação: um estudo de caso sobre relacionamentos familiares no abuso sexual. **Contextos Clínicos**. V.1, n.2, São Leopoldo, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-34822008000200001&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 04 jan. 2012.

PELISOLI, C.; PIRES, J. P. M.; ALMEIDA, M. E.; DELL`AGLIO, D. D. Violência sexual contra crianças e adolescentes: dados de um serviço de referência. In: **Temas em Psicologia**. V.18, n. 1, p. 85-97. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Psicologia, 2010.

PENSO, M. A.; COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M. C. Pequenas histórias, grandes violências. In: COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M. C. **Violência no cotidiano: Do risco à proteção**. Brasília: Universa, 2005.

PEREDA, N.; GUILERA, G.; FORNS, M.; GÓMES – BENITO, J. The prevalence of child sexual abuse in community and student samples: A meta-analysis. In: **Clinical Psychology Review**. V.29, p. 328-338, junho de 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a08.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

PEREIRA, L. M. Violência sexual doméstica contra crianças e adolescentes: uma proposta interdisciplinar de atendimento. In: CRAMI. **Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor**. São Paulo: Cortez, 2005.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro: 2005. V.81(5 Supl): p. 197-204. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/jped/v81n5s0/v81n5Sa10.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

PIMENTEL, A. S. G. Alteridade de crianças. In: PIMENTEL, A. S. G. (Org.). **Sexualidade e gêneros: reflexões teóricas e empíricas**. São Paulo: Letras a Margem, 2010.

PLUMMER, C. A. The discovery process: What mothers see and do in gaining awareness of the sexual abuse of their children. In: **Child Abuse & Neglect**. V.30, p. 1227-1237, may. 2006. Disponível em: <<http://pdn.sciencedirect.com/science>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

PORTO, M. S. G. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 250-273, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a10n16.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PUTNAM, F. W. Ten-year research update review: Child sexual abuse. **Journal of the American Academic Child and Adolescent Psychiatry**. V. 42(3), p.269-278, mar., 2003. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0890856709605591>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

QUAGLIA, M. C.; MARQUES, M. F.; PEDEBOS, G. L. O assistente social e o atendimento a famílias em situação de violência sexual infantil. AZAMBUJA, M. R. F.; FERREIRA, M. H. M. & Cols. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

RAMOS, J. G. B. **A Representação Social da Mulher construída na relação conjugal violenta na cidade de Manaus**. Trabalho apresentado no II SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: Gênero e Movimentos Sociais, Identidade, Diferença e Mediações, de 8 a 11 de Abril de 2003. Disponível em: <<http://www.rizoma.ufsc.br/semint/oficinas.htm>>. Acesso em: 04 dez. 2012.

RAMOS, M. C. R.; VIEIRA, L. L. F. **Desmentido materno; o posicionamento subjetivo das mães diante do abuso sexual de suas filhas**. In: RAMOS, M. C. R. Mães de meninas vítimas de

abuso sexual: aquilo que não se pode dizer. 2010. 121f. Dissertação (mestrado em Psicologia Clínica). Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, 2010. Disponível em: <http://www.unicap.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=476>. Acesso em: 04 dez. 2011.

RELVAS, A. P. **O Ciclo Vital da Família. Perspectiva Sistêmica**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

REINERT, M. Quelques aspects du choix des unités d'analyse et de leur contrôle dans la méthode "Alceste". Em L. S. Bolasco (Ed.). **Analisi Statistica dei Dati Testali** (JADT 1995). CISU, Roma, 1993, (pp. 27-34). Disponível em: <<http://www.image-zafar.com/publication/JADT1995Rome.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

RIBEIRO, M. O.; DIAS, A. F. Prostituição infanto-juvenil: revisão sistemática da literatura. **Revista da escola de enfermagem da USP**. V.43, n.2, São Paulo, Jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342009000200029&script=>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

RICAS, J.; DONOSO, M. T. V.; GRESTA, M. L. M. A violência na infância como uma questão cultural. **Texto & contexto – enfermagem**. V.15, n.1, Florianópolis, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072006000100019> . Acesso em: 04 jan. 2012.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

_____. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SABADELL, A. L. **Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do direito**. São Paulo: RT, 2002.

SADIGURSKY, C. A.; MAGALHÃES, M. L. C. Violência sexual: aspectos psicossociais e clínicos. In: COSTA, M. C.; SOUZA, R. P. (Orgs.) **Adolescência – Aspectos Clínicos e Psicossociais**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SALVAGNI, E. P.; LUESKA, S. D. O pediatra diante da criança abusada. In: AZAMBUJA, M. R. F.; FERREIRA, M. H. M. & Cols. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SANCHEZ, R. N.; MINAYO, M. C. S. Violência contra Crianças e Adolescentes: Questão Histórica, Social e de Saúde. In: LIMA, C. A. (Coord.). **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005.

SANTOS, S. S. **Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar: Reações maternas e multigeracionalidade**. 2007. 81f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento). Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/10810>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

SANTOS, S. S.; DELL' AGLIO, D. D. Multigeracionalidade sobre violência: um estudo sobre mães de meninas vítimas de abuso sexual. In: Grupo de pesquisa sobre violência, exploração sexual e tráfico de mulheres, crianças e adolescentes – VIOLES/SER/ UnB. **Tráfico de pessoas e violência sexual**. Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.violes.unb.br/matriz2011/acervo/publicacoes/trafico_de_pessoas_e_violencia_sexual.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2012.

SANTOS, S. S.; DELL'AGLIO, D. D. Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. In: **Estudos de Psicologia**. V.25, n. 4, out./dez. Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2008000400014>. Acesso em: 04 jan. 2012.

SANTOS, M. F. S.; NOVELINO, A. M.; NASCIMENTO, A. P. O mito da maternidade: discurso tradicional sob roupagem modernizante? In: MOREIRA, A. S. P.; JESUÍNO, J. C. (Orgs.). **Representações Sociais: Teoria e prática**. João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2003.

SARAIVA, E. R. A.; COUTINHO, M. P. L.; MIRANDA, R. S. O emprego do software Alceste e o desvendar do mundo lexical em pesquisa documental. In: COUTINHO, M. P. L.; SARAIVA, E. R. A. (Orgs.). **Métodos de pesquisa em psicologia social: perspectivas qualitativas e quantitativas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

SARTI, C. A. **A família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Cortez, 2011.

SARTOR, C. E.; AGRAWAL, A.; MCCUTCHEON, V. V.; DUNCAN, A. E.; LYNSKEY, M. T. Disentangling the Complex Association Between Childhood Sexual Abuse and Alcohol-Related Problems: A Review of Methodological Issues and Approaches. **Journal of Studies on Alcohol and Drugs**. V. 69 (5), p. 718-727, set. 2008. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2575394/>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

SATTLER, M. K. O abusador: o que sabemos. In: AZAMBUJA, M. R. F.; FERREIRA, M. H. M. & Cols. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SAYÃO, Y. **Refazendo laços de proteção: ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: manual de orientação para educadores**. São Paulo: CENPEC: CHILDHOOD – Instituto WCF-Brasil, 2006.

SCHMICKLER, C. M. **O protagonista do abuso sexual sua lógica e estratégias**. Chapecó - SC: Argos, 2006.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; COUTO, M. T. Violência e saúde: estudos científicos recentes. **Revista de Saúde Pública**. V.40. São Paulo, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-8910200600040001&=>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

SCODELARIO, A. S. A família abusiva. In: FERRARI, D. C. de A.; VECINA, T. C. C. (Orgs). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. 2ed. São Paulo: Ágora, 2002.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes - Disque Denúncia Nacional: DDN 100**. Disponível em: <http://www.mp.rn.gov.br/Relatório_Geral/RN>. Acesso em: 10 mai. 2011.

SHACKEL, A. The beliefs commonly held by adults about children s behavioral responses to sexual victimization. **Child Abuse and Neglect**. V.32 (4), p. 485-495, abr., 2008. Disponível em: <<https://www.ncjrs.gov/App/Publications/abstract.aspx?ID=245098>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

SILVA, M. A. S. Violência contra crianças quebrando o pacto do silêncio. In: FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (Orgs). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2002.

SILVA JUNIOR, A. P. **Dano psíquico em crianças vítimas de abuso sexual sem comprovação de ato libidinoso ou conjunção carnal**. 2006, 187f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.bce.unb.br/2006>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

SLONIM-NEVO, V.; MUKUKA, L. Child abuse and AIDS-related knowledge, attitudes and behaviour among adolescents in Zambia. **Child Abuse & Neglect**. V.31: p. 143-159, 2007. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

SOUSA, E. S.; RODRIGUES, M. A. S; ROCHA, F. E. C.; MARTINS, C. R. **Guia de utilização do software Alceste: uma ferramenta de análise lexical aplicada a interpretação de discursos de atores na agricultura**. Planaltina, DF: EMBRAPA Cerrados, 2009. Disponível em: <www.cpac.embrapa.br/download/1668/t>. Acesso em: 04 jan. 2012.

SOUZA, J. **Filhos de alcoolistas: afetividade e conflito nas relações familiares**. 2008. 147f. Tese (Doutorado em enfermagem psiquiátrica). Escola de enfermagem da Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

SOUZA, L. Processos de Categorização e identidade: solidariedade, exclusão e violência. In: SOUZA, L.; TRINDADE, Z. (Orgs.) **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.

SOUZA, E. R.; JORGE, M. H. P. M. Impacto da Violência na Infância e Adolescência Brasileiras: Magnitude da Morbimortalidade. In: LIMA, C. A. (Coord.). **Violência faz mal à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). **Textos em Representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

STEEL, J.; SANNA, L.; HAMMOND, B.; WHIPPLE, J.; CROSS, H. Psychological sequelae of childhood sexual abuse: Abuse-related characteristics, coping strategies, and attributional style. **Child Abuse & Neglect**. V.28(7), p. 785-801, 7 jul., 2004. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0145213404001449>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

STIRPE, T. S.; STERMAC, L. E. An exploration of childhood victimization and family of origin characteristics of sexual offenders against children. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**. V.47, n. 5, p. 542-555, out., 2003. Disponível em: <<http://ijo.sagepub.com/content/47/5/542.short>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

TANG, S. S. S.; FREYD, J. J.; WANG, M. What Do We Know About Gender in the Disclosure of Child Sexual Abuse? **Journal of Psychological Trauma**. V.6, issue 4, p.1-26, out., 2008. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19322880802096442>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

TAQUETTE, S. R. Apresentação. In: TAQUETTE, S. R. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente-jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007a.

_____. Incesto: caso 1 – falso carinho. In: TAQUETTE, S. R. (Org.). **Mulher adolescente/jovem em situação de violência**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007b.

TARGETWARE INFORMÁTICA LTDA. **ALCESTE 2010 Versão Windows Software de Análise de Dados Textuais**. São Paulo, 2010. Disponível em: <www.alcestesoftware.com.br/manuais/alceste-manual.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2011.

TELLES, L. E. B.; TEITELBAUM, P. O.; DAY, V. P. A avaliação do abusador. AZAMBUJA, M. R. F.; FERREIRA, M. H. M. & Cols. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

TOLEDO, L. R. D. M. C. A família contemporânea e a interface com as políticas públicas. In: **Ser Social**. N. 21, Revista de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2007. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewArticle/257>. Acesso em: 04 dez. 2011.

TOLEDOL, R. T. Las Madres Frente al Abuso Sexual Infantil Intrafamiliar de sus Hijos¿ Son Víctimas? **Revista Trabajo Social**. N. 9, Universidade de Buenos Aires, Argentina, 2010. Disponível em: <<http://aprendeonlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistraso/article>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

TOURINHO, J. G. A mãe perfeita: idealização e realidade. **IGT na Rede**. V. 3 (5), 2006. Disponível em: <<http://www.igt.psc.br/ojs/viewarticle.htm?id=24>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

TYLER, K. A. Social and emotional outcomes of childhood sexual abuse: A review of recent research. **Aggression and Violent Behavior**. V. 7(6), p. 567-589, nov./dez., 2002. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1359178901000477>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

ULLMAN, S. E.; FILIPAS, H. H. Gender differences in social reactions to abuse disclosures, post-abuse coping, and PTSD of child sexual abuse survivors. **Child Abuse & Neglect**. V.29(7), p. 767-782, 7 July, 2005. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0145213405001481>>. Acesso em: 04 dez. 2011.

VASCONCELOS, M. J. E. **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas, SP: Papyrus, 2006.

VICENTIN, S. C. **Percepções de mães e crianças das relações familiares permeadas por violência sexual do pai contra a filha: Análise de variáveis**. 2007. 138f. Dissertação (mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem). Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Baurú, 2007. Disponível em: <www.acervodigital.unesp.br/handle>. Acesso em: 04 dez. 2011.

VIDOTTI, F. B.; ARAÚJO, M. S. L.; PUENTE, M. C. O serviço social, a família e a parceria com a rede. In: CRAMI. **Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor**. São Paulo: Cortez, 2005.

VIEIRA, M. S.; ABREU, V. I. Violência sexual na adolescência. In: TAQUETTE, S. R. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente-jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

WASSERMANN, V. G. **Crianças Vítimas de Abuso Sexual Intrafamiliar e suas Respectivas Mães: Autopercepção, Relações Interpessoais e Representação de Objeto**. 2011. 113f. Dissertação (mestrado em Psicologia Clínica). Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/20/>. Acesso em: 04 jan. 2011.

WILLIAMS, L. C. A. Abuso sexual infantil. In: GUILHARDI, H. J.; MADI, M. B. B.; QUEIROZ, P. P.; SCOZ, M. C. (Orgs.). **Sobre comportamento e cognição: contribuições para a construção da teoria do comportamento**. Santo André: ESETec, 2002. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/~cech/laprev/abuso>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

WORLING, J. R. Personality-based typology of adolescent male sexual offenders: Differences in recidivism rates, victim-selection characteristics, and personal victimization histories. **Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment**. V.3, p. 149-166, 2001. Disponível em: <<http://resources.metapress.com/pdf-preview.axd?code=h57454651t47038>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

APÊNDICE

INSTRUMENTO – ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS	
Idade Profissão Escolaridade	Estado civil Bairro onde mora Naturalidade
PALAVRAS NORTEADORAS	
O que lhe vem a mente quando lhe falo a expressão ser mãe?	
O que é para você o abuso sexual?	
Como é para você ter um filho (a) vítima de abuso sexual?	
REPRESENTAÇÕES SOBRE O CONTEXTO FAMILIAR	
Quantas pessoas constituem a sua família?	
Quantas pessoas moram com vocês na sua casa?	
Qual é a sua situação conjugal?	
Como é o seu relacionamento com o seu parceiro?	
Como é o relacionamento dos seus filhos com o agressor?	
Há algum de seus filhos que se relacionam de forma diferente com o agressor?	
Como você percebe o papel do seu parceiro com seus filhos? Isso lhe incomoda?	
Você já conversou com eles sobre essa forma de relacionamento?	
Você nunca achou algo estranho nessa forma de relacionamento?	
Quem é o provedor da família?	
Há alguém da família que faz uso de bebidas alcoólicas ou drogas?	
REPRESENTAÇÕES SOBRE O ABUSO SEXUAL	
Qual o local em que ocorreu o abuso sexual?	
Essa prática de violência é frequente ou esporádica ou foi um evento único?	
Como você se sentiu após saber do abuso sofrido por seu filho (a)?	
Como o seu filho ou a sua filha se sentiu após o abuso?	
Como a ocorrência do abuso sexual interferiu na sua relação com os seus familiares?	
OBSERVAÇÕES SOBRE O CONTEXTO DE REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA	



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Sra. para participar do Projeto de Pesquisa “Representações Sociais das mães sobre o abuso sexual intrafamiliar sofrido por seus filhos”, o qual tem como objetivo investigar as representações sociais das mães sobre o abuso sexual intrafamiliar sofrido por seus filhos.

A pesquisa terá como pesquisadoras a mestrandia Cíntia Maria Ramos de Castro e a Profa. Dra. Rosimeire de Carvalho Martins e trará benefícios como analisar que aspectos relacionais deste fenômeno possibilitam uma melhor compreensão dos relacionamentos violentos dos sujeitos, bem como contribuir para o fortalecimento psíquico das mães. Utilizaremos a metodologia qualitativa, enfatizando que os instrumentos aplicados serão num total de quinze entrevistas semiestruturadas gravadas para posterior análise, que serão somente utilizadas para a pesquisa em questão, a qual tem como ferramenta técnico-teórica a Teoria das Representações Sociais integrativa à abordagem sistêmica.

As pesquisadoras se comprometem em manter o acompanhamento psicológico da Sra. caso assim deseje, mesmo após encerrada a pesquisa.

As informações registradas deverão ser analisadas e publicadas, mas as identidades dos envolvidos não serão divulgadas. Todas as informações serão tratadas de modo confidencial e anônimo. Os dados serão divulgados apenas para fins científicos, mantendo-se o cuidado de assegurar seu anonimato como participante. Para qualquer outra informação o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora na Faculdade de Psicologia, (UFAM) na Av. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3.000 – Coroadó I – Campus Universitário – Setor Norte, Manaus/AM ou pelo telefone (92) 3305-4550.

Declaro que me foi explicado pela pesquisadora sobre as informações que fornecerei, pois estas ajudarão no melhor conhecimento do assunto em estudo. Foi-me informado também que minha participação consiste em apenas responder algumas perguntas. Sei que posso me negar a participar deste estudo, como também me retirar do mesmo a qualquer momento que desejar. Minha participação é inteiramente voluntária e não receberei qualquer quantia em dinheiro ou em outra espécie. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

- () Concordo que seja gravado
() Não concordo que seja gravado

Participante

Impressão do dedo polegar caso não saiba assinar

Pesquisadora

Manaus,/...../.....

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu _____, responsável pela instituição após ter sido informado sobre a natureza, objetivos e metodologia empregada na pesquisa proposta, concordo que a pesquisadora Cíntia Maria Ramos de Castro faça coleta de dados, sob forma de entrevista, com as mães que frequentam o espaço físico do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para a pesquisa intitulada “Representações Sociais maternas sobre a violência sexual intrafamiliar” do Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Ass. da responsável.

Manaus, _____ de 2011.

ANEXO



PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº. 0266.0.115.000-11, intitulado: **"REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS MÃES SOBRE O ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR SOFRIDO POR SEUS FILHOS"**, tendo como Pesquisadora Responsável Cintia Maria Ramos de Castro.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 03 de agosto de 2011.

Prof. MSc. Plínio José Cavalcante Monteiro

Coordenador CEP/UFAM